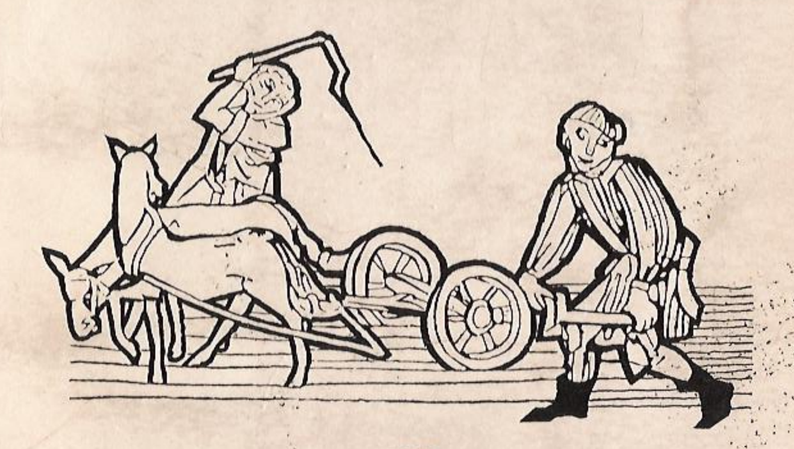
ERIC R. WOLF
da Universidade de Michigan

SOCIEDADES CAMPONESAS



2ª edição

CURSO DE ANTROPOLOGIA MODERNA



ZAHAR EDITORES

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA SOCIAL

(3.ª edição)

LUCY MAIR

As primeiras edições deste manual de Antropologia Social tiveram a mais entusiástica acolhida por parte do professorado brasileiro, que o indicou como leitura fundamental a numerosos cursos, confirmando, assim, a fama de excepcionais qualidades didáticas que granjeara na Inglaterra, onde é livro-texto no Departamento de Antropologia da Universidade de Londres.

O estudo da Antropologia Social constitui requisito básico para a compreensão dos setores mais vastos das ciências sociais, tendo como meta final a função sintetizadora da Sociologia. A estruturação das sociedades de tecnologia mais simples — de tecnologia de sobrevivência, se assim se pode dizer — está no âmbito específico da Antropologia Social. Assim também o estudo do comportamento social humano, enquanto expressão necessária dessas sociedades.

O presente volume é um roteiro límpido e seguro para a compreensão científica desses fenômenos. Escrito com intenção declaradamente didática, ordenado segundo uma hierarquia natural dos problemas, apresenta um elemento complementar que o enriquece sobremaneira: na parte final, oferece um painel de assuntos correlatos ao texto, no que diz respeito às mudanças sociais, à Antropologia Aplicada e às relações sociais.

No decorrer de todo o livro, nota-se, à evidência, a segurança de um pensamento e de um método que advém de uma intimidade profunda com os assuntos tratados: a autora rege a cadeira de Antropologia Aplicada de uma das mais famosas escolas do mundo, a *London School of Economics*, representando o livro, essencialmente, o seu curso, transmitido ao leitor através de um instrumental analítico inteligentemente articulado.

Outra característica maior desta obra, paralela à limpidez do texto e à clareza funcional dos conceitos, está em que os termos usados e manipulados pela autora são definidos sistematicamente, o que acrescenta ao desenvolvimento de suas idéias fundamentais uma força de argumentação de que o leitor forçosamente tirará partido, sem quebra de suas próprias conclusões e do exercício de suas faculdades críticas. Precisão e rigor, desta forma, qualificam este livro como um dos manuais mais bem planejados e realizados do seu setor de estudos.

LUCY MAIR, autora deste excelente manual, é Professora de Antropologia Aplicada na *London School of Economics and Political Science*, da Universidade de Londres.

ZAHAR



EDITORES

A cultura a serviço do progresso social

SOCIEDADES CAMPONESAS

(2.ª edição)

Ainda que unificada por um interesse central — o Homem e suas realizações — a Antropologia é um campo altamente diversificado. Em parte ciência biológica e em parte ciência social, abrange o estudo dos tempos pré-históricos e dos tempos modernos. Antropólogos dedicados ao trabalho de campo espalham-se ao redor do mundo, vivendo entre povos de todos os tipos e culturas, das tribos da Austrália aos mais densos centros urbanos dos Estados Unidos. Seu objetivo é definir o *homem* e a *cultura* que ele produz, o que os leva ao encontro com o ser humano em todas as suas variedades, não importa quão "primitivas" ou aparentemente "insignificantes". Dessa forma, o antropólogo expressa o imenso interesse que tem pelo que acontece no mundo de *hoje,* buscando, tanto quanto possível, reunir elementos para organizar o mundo de amanhã.

Este livro trata dos grandes segmentos da espécie humana que permaneceram a meio caminho entre as organizações tribais e a moderna sociedade industrial. Essas populações — em verdade, a maior parcela da humanidade — têm uma importância histórica, pois a sociedade industrial alicerçou-se sobre as ruínas da sociedade camponesa, mas também uma importância atual, constituindo o chamado mundo subdesenvolvido, cuja existência é considerada pelo autor como um "desafio e uma responsabilidade para os países que já se livraram dos grilhões do atraso". Daí a dupla utilidade desta obra: serve aos estudantes de Antropologia e Sociologia, ao tratar de uma fase na evolução da sociedade humana; ao mesmo tempo, como um manual sobre a vida camponesa, pode ser usado por economistas, em cursos de desenvolvimento econômico, por cientistas sociais, em cursos comparados sobre sistemas de Governo, e por outros especialistas.

Muitos autores falam do subdesenvolvimento como se fosse uma espécie de vácuo que, uma vez preenchido pelo capital e habilidades industriais, entraria rapidamente em atividade. Ao contrário, afirma o autor, o mundo camponês, não é amorfo, mas possui formas particulares de organização. Rotular suas populações de "tradicionais" ou "conservadoras", em oposição às consideradas "modernas", não explica por que a tradição persiste, nem por que o povo se mantém fiel a ela. O estudo aprofundado das sociedades camponesas, do ponto de vista antropológico, ajuda a desvendar a intrincada rede de relações prevalecente no mundo atual, e deve servir como ponto de partida para todos aqueles que se dedicam a um esforço honesto com vistas a alterar o *sentido* dessas relações — não apenas os rótulos.



SOCIEDADES CAMPONESAS

CURSO DE ANTROPOLOGIA MODERNA

ERIC R. WOLF
da Universidade de Michigan

SOCIEDADES CAMPONESAS

Tradução de
OSWALDO CALDEIRA C. DA SILVA

Revisão técnica de
GILBERTO VELHO

segunda edição



ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

Título original:

P e a s a n t s

Traduzido da primeira edição, publicada em 1966 por PRENTICE-HALL INC., de Englewood Cliffs, New Jersey, Estados Unidos da América, na série *Foundations of Modern Anthropology*, organizada por MARSHALL D. SAHLINS

capa de
ÉRICO

1976

Impresso no Brasil

ÍNDICE

Prefácio

Este livro trata daqueles grandes segmentos da espécie humana que permaneceram a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial. Essas populações, compostas de muitos milhões e não sendo primitivas nem modernas, constituem a maior parte da humanidade. Elas têm uma importância histórica, porque a sociedade industrial alicerçou-se sobre as ruínas da sociedade camponesa. Mas apresentam também uma importância atual, porque habitam a parte "subdesenvolvida" do mundo, onde sua longa permanência constitui, ao mesmo tempo, um desafio e uma responsabilidade para os países que já se livraram dos grilhões do atraso. Enquanto a revolução industrial tem avançado a passos largos, através do mundo, os acontecimentos de cada dia sugerem que seu sucesso definitivo não está ainda assegurado.

Este livro serve portanto um duplo propósito. Em primeiro lugar, trata de uma fase na evolução da sociedade humana. Nesse sentido, poderá ser útil tanto em cursos de Antropologia como de Sociologia, desde que se ocupem da evolução da experiência humana. Mas encaro este livro também como um manual sobre a vida camponesa, podendo ser usado pelo economista, em cursos de desenvolvimento econômico, por cientistas sociais, em cursos comparados de sistemas de Governo, e por especialistas, em regiões geográficas que estiverem buscando fundamentos sociais para o estudo das áreas do mundo em que a atividade camponesa ainda constitui a espinha dorsal da ordem social. Insisto nesta função do livro, porque o fenômeno do atraso ainda é mal compreendido. Muitos escritores falam do mundo subdesenvolvido como se ele fôsse uma simples espécie de vácuo que, uma vez preenchido pelo capital e habilidade industriais, entraria rapidamente em atividade. Neste trabalho, tentei demonstrar que o mundo camponês não é amorfo, mas ordenado, possuindo suas formas particulares de organização. Além disso, essas formas de organização variam de um ambiente camponês para outro. Nenhuma fórmula simplista funcionará para

todos. A falta de atenção para esse fato tem provocado decisões bem intencionadas, tomadas nos níveis mais altos da sociedade, que esbarram nas barreiras refratárias apresentadas pelos padrões de vida dos camponeses. Invisíveis às cúpulas da ordem social, eles, apesar disso, formam uma infra-estrutura da sociedade, que não pode ser ignorada por mais que se queira.

Enquanto alguns escritores tratavam as sociedades camponesas como agregados amorfos, sem estrutura própria, outros descreviam-nas como populações "tradicionais", rotulando-as de "conservadoras", em oposição às consideradas "modernas". Mas tais rótulos limitam-se a descrever um fenômeno — e descrevem-no mal — sem explicá-lo. Dizer que uma sociedade é "tradicional", ou que sua população está presa à tradição, não explica por que a tradição persiste, nem por que o povo se mantém fiel a ela. A persistência, como a mudança, não é uma causa, é um efeito. Esforcei-me por apresentar neste livro as causas tanto da persistência como da mudança entre as populações camponesas do mundo.

ERIC R. WOLF

Agradecimentos

Ao escrever este livro, contraí inúmeras dívidas, tanto intelectuais como de ordem pessoal. Recordo com prazer conversas com Robert Redfield, Börje Hanssen e Daniel Throner. Muitas das idéias apresentadas aqui foram concebidas primeiramente em seminários; o mais proveitoso deles foi o curso sobre Sociedade Camponesa e Cultura, apresentado conjuntamente por William D. Schorger e por mim na Universidade de Michigan. Mervin Meggitt, Sidney W. Mintz e Marshall D. Sahlins tiveram a delicadeza de sujeitar tanto os argumentos como o estilo a exames demorados e minuciosos. S. N. Eisenstadt levantou tantas questões sobre minhas proposições, que ainda não estou capacitado a responder a todas. Richard N. Adams, Ernestine Friedl, Donald Pitkin, David M. Schneider, Elman R. Service, Sylvia L. Thrupp e Aram Yengoyan leram o manuscrito durante uma ou outra fase de sua longa elaboração, contribuindo com conselhos, críticas e incentivo.

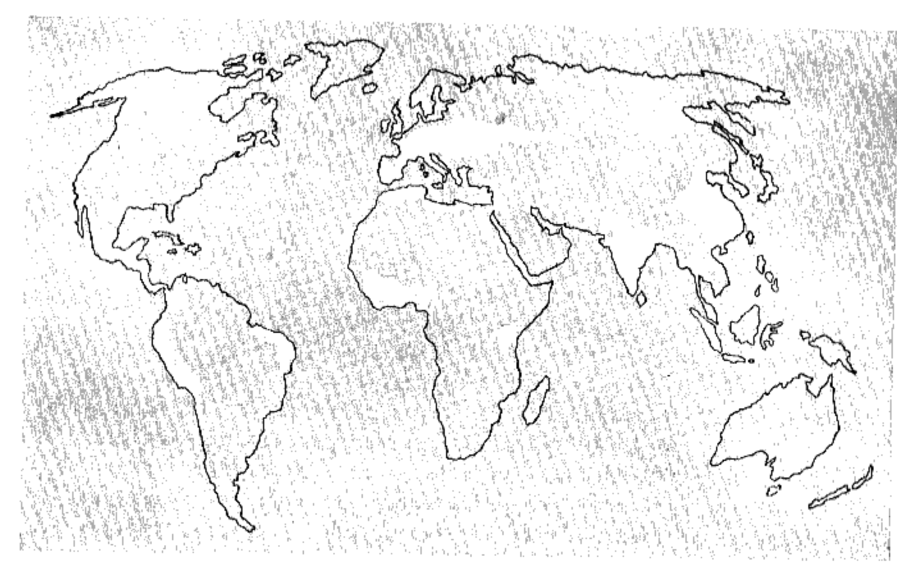
Meu maior débito, no entanto, vem de longa data. É para com Katia, que me acompanhou a todos os lugares por onde andei, alojou-se onde estive alojado, fosse entre camponeses ou em qualquer outro ambiente. Portanto, este livro é dedicado a ela.

1. *O Campesinato e seus Problemas*

Este livro estuda os camponeses com uma abordagem antropológica. Apesar de ter a Antropologia iniciado suas pesquisas entre os chamados povos primitivos do mundo, ultimamente os antropólogos têm-se mostrado cada vez mais interessados nas populações rurais, que fazem parte de sociedades maiores e mais complexas. Onde se via antigamente um antropólogo examinando os meios de vida de um bando errante de caçadores do deserto ou de cultivadores migratórios que ocupam uma povoação em alguma floresta tropical, vê-se agora, com bastante freqüência, o mesmo pesquisador interessado em uma pequena cidade da Irlanda, Índia ou China, ou seja, áreas do globo que abrigaram durante muito tempo uma variada e rica tradição cultural, abrigada por uma grande diversidade de tipos humanos. Entre estes, os cultivadores rurais constituem apenas um segmento — ainda que muito importante. Assim, os tipos humanos atualmente colocados sob exame antropológico permanecem em contínua interação e comunicação com outros grupos sociais. O que está acontecendo em Gopalpur, na Índia, ou em Alcalá de la Sierra, na Espanha, não pode ser explicado nos termos de cada uma dessas vilas isoladamente; a explicação implica também considerações que incluem tanto forças externas que atuam sobre essas vilas como as reações de seus componentes àquelas forças.

Camponeses e Primitivos

Nossa primeira preocupação será, portanto, responder o que distingue os camponeses dos primitivos mais freqüentes estudados pelos antropólogos. Já falamos dos camponeses como cultivadores rurais; ou seja, eles cultivam e criam gado no campo e não em estufas construídas no centro da cidade ou em canteiros de lírios em peitoris de janelas. Mas ao mesmo tempo não po-



As principais regiões camponesas do mundo.

deremos chamá-los de *fazendeiros* ou empresários agrícolas, pelo menos no sentido em que são conhecidos nos Estados Unidos. A fazenda norte-americana é fundamentalmente uma empresa de negócios, que combina fatores de produção comprados no mercado para obter lucro, vendendo-os vantajosamente no mercado de produtos. O camponês entretanto não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa. Mas existem também povos *primitivos* que vivem no campo cultivando e criando gado. O que distingue, então, o camponês do cultivador primitivo?

Uma forma de abordar essa questão é a que diz que os camponeses fazem parte de uma sociedade mais vasta e complexa, o que não acontece com as tribos e os bandos primitivos. Tal resposta não resolve, no entanto, a questão; na verdade, os povos primitivos raramente estão isolados. Existem exceções, como os esquimós polares, que estiveram afastados de qualquer contato exterior até serem redescobertos para o resto do mundo pelo Almirante Peary, em sua tentativa de chegar ao Pólo

Norte. Mas é muito mais comum encontrarmos tribos primitivas que mantêm relações com seus vizinhos. Até mesmo os simples caçadores e coletores dos desertos australianos mantêm laços de união entre grupos espalhados, às vezes em grande área, através de um permanente intercâmbio econômico e ritual. As tribos da bacia amazônica, aparentemente isoladas em bolsões separados da floresta tropical, comerciam umas com as outras, realizam casamentos entre seus membros ou guerreiam entre si, pois a guerra também é uma forma de relacionamento. Devemos a antropólogos como Bronislaw Malinowski, o autor de *Argonauts of the Western Pacific* (1922), descrições e análises do comércio que une a extremidade leste da Nova Guiné aos arquipélagos adjacentes através de uma rede de transações cerimoniais e comerciais. Igualmente, os índios da planície dos Estados Unidos, como podemos perceber agora, são parte integrante da história americana, sendo influenciados pelos avanços na fronteira e acabando por influenciá-los também.

A distinção entre primitivos e camponeses não repousa, portanto, no maior ou menor envolvimento exterior sofrido por um ou outro, mas no caráter desse envolvimento. Marshall D. Sahlins caracterizou o mundo econômico e social dos povos primitivos da seguinte maneira:

> Nas economias primitivas, a maior parte da produção está estruturada em função das necessidades dos produtores ou do desencargo de obrigações de parentesco e não em função do comércio ou do lucro. Deduz-se daí que o controle efetivo dos meios de produção na sociedade primitiva está descentralizado, tanto local como familiarmente. As proposições que se seguem implicam, portanto: 1) as relações econômicas coercitivas e de exploração, assim como as relações sociais correspondentes de dependência e domínio, não estão presentes no sistema de produção; 2) diante da ausência do incentivo provocado pela troca do produto por uma grande quantidade de bens em um mercado, existe uma tendência a limitar a produção apenas aos bens que podem ser diretamente utilizados pelos produtores. [1]

Portanto, na sociedade primitiva os produtores controlam os meios de produção, inclusive seu próprio trabalho, e trocam-no,

---

1 Marshall D. Sahlins, "Political Power and the Economy in Primitive Society", em *Essays in the Science of Culture: In Honor of Leslie A. White*, de Gertrude E. Dole e Robert L. Carneiro (Nova York: Thomas Y. Crowell Company, 1960), p. 408.

junto com seus produtos, por bens e serviços definidos culturalmente como equivalentes a outros. No entanto, durante o processo da evolução cultural, sistemas tão simples como estes vão dando lugar a outros, nos quais o controle dos meios de produção, inclusive a distribuição do trabalho humano, transfere-se das mãos dos produtores primários para as de grupos que não estão encarregados do processo de produção, mas que assumiram funções executivas e administrativas, baseados no uso da força. A constituição de uma sociedade desse tipo não estará mais baseada nas trocas diretas de bens e serviços equivalentes entre um grupo e outro; mas tanto bens como serviços serão fornecidos primeiramente a um centro e só depois redistribuídos. Nas sociedades primitivas, os excedentes são trocados diretamente pelos grupos ou por seus membros; os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços.

Civilização

O desenvolvimento de uma ordem social complexa, baseada na divisão entre os que governam e os que cultivam produzindo alimentos, é geralmente apontado como o desenvolvimento da própria civilização. A civilização tem uma história longa e complicada; os registros arqueológicos indicam uma grande diversidade nos processos que permitiram ao homem, nas diversas partes do mundo, fazer a transição de primitivos para camponeses. É bem verdade que grandes parcelas desse processo nos escapam. No Velho Mundo, por exemplo, o cultivo agrário e a domesticação de animais parecem ter existido no Sudoeste da Ásia por volta de 9000 a.C., sendo provável que vilas agrícolas sedentárias se tenham estabelecido em 6000 a.C. De modo semelhante, descobertas no Nordeste do México indicam que se iniciaram por volta de 7000 a.C. experiências na produção de alimentos, tornando-se um cultivo pleno e firmemente estabelecido em torno de 1500 a.C. A partir desses centros originais e alguns outros semelhantes, o cultivo da terra expandiu-se com velocidade variável, tomando diferentes direções, sendo adaptado às exigências dos novos climas e novas situações sociais. Mas nem todas as áreas do mundo foram alcançadas de maneira semelhante por êsse processo. Os habitantes de certas regiões nunca chegaram a aceitar o cultivo da terra ou o fizeram com relutância, enquanto outros tomavam a dianteira para alcançar novos níveis de produtividade e organização social, que permitissem o desdobramento da divisão funcional do trabalho entre os que cultivam e detêm o poder, o que definimos como marco da civilização.

Mínimo Calórico e Excedentes

Já se disse algumas vezes que a sustentação de uma divisão funcional do trabalho entre os que cultivam e os que governam é uma simples conseqüência da capacidade que uma sociedade tem de produzir excedentes acima do mínimo necessário para manter a vida. Esse mínimo pode ser definido com bastante rigor, em termos fisiológicos, como o consumo diário de calorias alimentares exigido para compensar o desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho. Esse montante pode ser avaliado, aproximadamente, entre 2.000 a 3.000 calorias por pessoa em cada dia de trabalho. Não será errado afirmar que esse mínimo ainda não se alcançou na maior parte do mundo. Cerca da metade da população mundial tem, em média, uma ração *per capita* diária de menos de 2.250 calorias. Essa faixa inclui a Indonésia (com 1.750 calorias), a China (com 1.800 calorias) e a Índia (com 1.800 calorias). Dois décimos da população mundial incluem-se na categoria que recebe, em média, uma ração entre 2.250 e 2.750 calorias *per capita;* esse grupo inclui a Europa mediterrânea e os países balcânicos. Somente três décimos da população mundial — os Estados Unidos, os domínios britânicos, a Europa ocidental e a União Soviética — conseguem ficar acima de 2.750 calorias.[2] Mas até mesmo essa conquista deve ser examinada dentro de uma perspectiva histórica. No século XVII, por exemplo, a França — que forma agora entre os privilegiados dos três décimos — al-

[2] Jean Fourastié, *The Causes of Wealth* (Glencoe: The Free Press, 1960), pp. 102-103.



Preparando-se para lançar sementes de centeio, de inverno, no solo não-arado antes de revolvê-lo com o arado. Saint Véran, Alpes franceses, outono de 1954. (Foto de Robert K. Burns.)

cançou a marca de 3.000 calorias por pessoa (representada por meio pão por dia) em apenas um em cada cinco anos. No século XVIII, essa proeza tornou-se possível em um para cada quatro anos. Em anos mais distantes, a ração média diária ficava claramente abaixo das exigências mínimas. [3]

Os cultivadores não precisam apenas consumir um mínimo de ração calórica; deverão também providenciar alimentos acima deste mínimo, para conseguir um número suficiente de sementes que possibilitarão uma boa safra no ano seguinte, assim como de alimentos adequados para o gado. Por isso, uma fazenda de 40 acres em Mecklenburg, no Nordeste da Alemanha, por exemplo, produzia, durante os séculos XIV e XV, 5.000 quilos de sementes para plantações, dos quais 1.600 quilos tinham de ser colocados de lado para serem novamente semeados e 1.400 quilos para a alimentação de quatro cavalos. Mais da metade do total produzido era então recolhida adiantadamente para semear e alimentar. [4] Esse montante não pode ser considerado

[3] *Ibid.*, p. 41.

[4] Wilhelm Abel, *Geschichte der deutschen Landwirtschaft vom frühen Mittelalter bis zum 19. Jahrhundert*, Deutsche Agrargeschichte II (Stuttgart: Eugen Ulmer, 1962), p. 95.

como excedente, uma vez que se destinava à manutenção dos instrumentos de produção. O cultivador tinha que economizar tempo e esforços para serem despendidos no reparo de suas ferramentas, para afiar suas facas, vedar seu depósito de armazenagem, para cercar seu curral, para colocar ferraduras em seus animais de trabalho e talvez até mesmo para construir um espantalho que manteria os pássaros mais atrevidos fora de seus campos. Além disso, ele devia consertar várias coisas, tais como um telhado defeituoso, um vaso quebrado ou suas próprias roupas quando elas se rasgavam. Os gastos necessários para a restauração desse equipamento mínimo, tanto para a produção como para o consumo, eram o seu *fundo de manutenção.*

É importante que pensemos nesse fundo de manutenção em termos não apenas técnicos, mas também culturais. Os instrumentos e técnicas que constituem uma tecnologia específica são resultantes de um prolongado processo de acumulação cultural que vem do passado. Existem tecnologias sem cerâmica, depósitos para armazenagem ou animais de trabalho. No entanto, desde que uma determinada tecnologia passou a incluir esses itens, eles passam a fazer parte da vida de cada dia, tornando-se culturalmente necessários. Como o filósofo grego Diógenes, um homem pode abrir mão de sua última taça desde que ele não sinta sede por causa disso — poderá fechar suas próprias mãos em concha, fazendo delas uma taça com que poderá beber água. Mas uma vez que os copos de barro já estão completamente integrados nas solicitações culturais de um homem, eles passam a significar mais que um simples meio de se beber água — transformam-se em um comprometimento, diante do qual o homem deverá desdobrar-se para obter. Em conseqüência, uma seca, uma invasão de gafanhotos ou qualquer outra desventura que põe em perigo o fundo de manutenção, ameaçam não somente sua existência biológica mínima, mas também a capacidade de satisfazer suas necessidades culturais.

Existem casos em que um cultivador pode paralisar seus esforços de produção desde que estejam assegurados o seu mínimo de calorias e o seu fundo de manutenção. É o que acontece, por exemplo, com os índios Cuicuros da Amazônia, que têm condições para garantir o seu mínimo de calorias e suprir as exigências para manutenção, trabalhando somente três horas e meia por dia, sem nunca ultrapassar esse período. Não existem razões técnicas ou sociais que justifiquem um esforço adicional

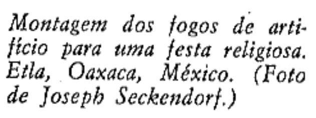
a essa quota diária de trabalho.[5] Produzir além do mínimo de calorias necessárias e do nível exigido pelo fundo de manutenção ocorre sòmente quando existem regras ou incentivos sociais nesse sentido. Está em jôgo o maior ponto de controvérsia da Antropologia econômica. Alguns argùmentam que o aparecimento de excedentes promoveu o desenvolvimento; outros sustentam que excedentes em potencial são uma presença universal e o que conta são os meios instituídos para mobilizá-los.

Excedentes Sociais

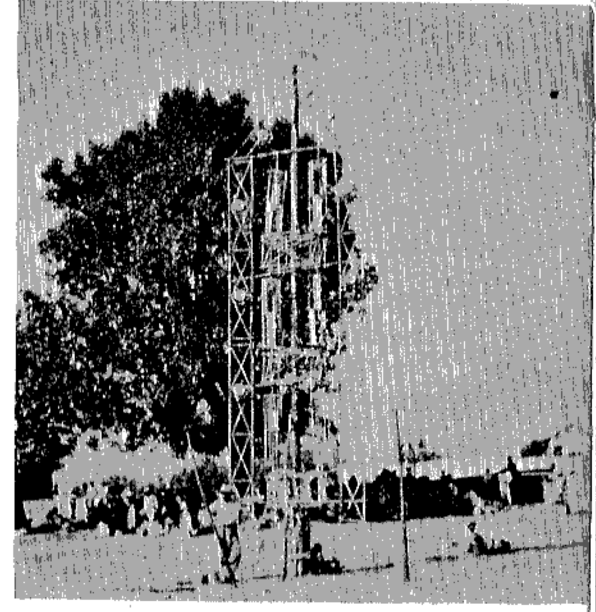
Fundo Cerimonial

Há dois conjuntos de imperativos sociais. O primeiro ocorre em qualquer sociedade. Mesmo em lugares onde o homem é auto-suficiente para conseguir seus bens e alimentos, ele deve manter relações sociais com seus companheiros. Eles deverão, por exemplo, casar fora da família em que nasceram, e essa exigência significa que eles serão obrigados a ter contatos sociais com aqueles que são seus parentes atuais ou em potencial. Também precisarão unir-se a seus companheiros para manter a ordem, assegurando a aceitação rudimentar de certas regras de conduta para manter a vida possível e tolerável. Além disso, terão de recorrer uns aos outros durante algumas fases da luta pela alimentação. Mas as relações sociais, de qualquer espécie, nunca serão exclusivamente utilitárias ou instrumentais. Toda relação social está sempre cercada de construções simbólicas que servem para explicá-la, justificá-la e regulá-la. Assim, o matrimônio, que não consiste meramente na passagem de um cônjuge de uma casa para outra, implica também a aceitação de boa vontade da esposa pretendida, assim como a de seus familiares; deverá ser ainda um ato público, no qual os participantes demonstram, de maneira que todos possam ver, que os cônjuges atingiram a idade tanto para se casar como para as redefinições sociais que o casamento envolve; além disso, deverá corresponder

[5] Robert L. Carneiro, "Slash-and-Burn Cultivation among the Kuikuru and its Implications for Cultural Development in the Amazon Basin", em *The Evolution of Horticultural Systems in Native South America: Causes and Consequences*, ed. Johannes Wilbert, *Antropologica*, Suplemento, n.° 2 (1961), p. 49.



Montagem dos fogos de artifício para uma festa religiosa. Etla, Oaxaca, México. (Foto de Joseph Seckendorf.)



ao modelo ideal daquilo que os casamentos — todos os casamentos — representam para as pessoas e como as pessoas devem comportar-se uma vez que se casaram. Todas as relações sociais estão cercadas por um cerimonial semelhante; este deve ser pago por meio de trabalho, bens ou dinheiro. Portanto, se os homens têm pretensões a participar das relações sociais, deverão trabalhar para a criação de um fundo visando às despesas por tais atividades. Podemos denominá-lo *fundo cerimonial.*

O fundo cerimonial de uma sociedade — e conseqüentemente o fundo cerimonial de seus membros — pode ser grande ou pequeno, mas o tamanho será uma questão relativa. Nas vilas índias do México e Peru, por exemplo, os fundos cerimoniais são muito grandes em comparação aos seus índices calóricos e seus fundos de manutenção, já que naquela região um homem despende uma grande quantidade de esforço e bens para promover cerimônias que dão ênfase e ilustram a solidariedade da comunidade a que pertencem.[6] Despesas com cerimônias,

[6] Na América Central há evidência de que um homem pode gastar pelo menos o equivalente a um salário local anual para atuar como patrocinador de uma cerimônia da comunidade. Gastos de duas a vinte vezes maiores que aquela quantia poderão existir em comunidades específicas. Para exemplos, ver Ralph Beals, *Cherán, a Sierra Tarascan Village*, Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication

ou seja, rituais, dependem da tradição cultural, variando de cultura para cultura. Além disso, em todos os lugares onde houver a necessidade de se estabelecer e manter um fundo cerimonial, êste resultará na produção de excedentes acima do fundo de manutenção discutido.

A esta altura, é importante recordar que os esforços na vida de um camponês não são regulados exclusivamente por exigências relacionadas ao seu modo de vida. O campesinato sempre existe dentro de um sistema maior. Em conseqüência, a quantidade de esfôrço que deverá ser despendido para sustentar seus meios de produção ou para cobrir as despesas cerimoniais estará condicionada à maneira pela qual o trabalho está dividido na sociedade a que o camponês pertence, bem como às regras que orientam a divisão do trabalho. Sendo assim, em algumas sociedades a quantidade de esforço requerido para alcançar suas necessidades pode ser bastante pequena. Tal é o caso, por exemplo, de uma sociedade onde um homem alimenta-se do que planta e faz seu próprio equipamento básico. Para ele o excedente requerido para obter artigos de fora é reduzido; na verdade, é idêntico ao fundo de manutenção. Isso é verdade também em sociedades onde diferentes famílias manufaturam objetos diversos ou oferecem diferentes serviços que são trocados por relações recíprocas equivalentes. Se um planta sementes, mas não faz cobertores, pode trocar certo número de sementes por uma quantidade correspondente de cobertores. Assim, o fabricante de cobertores obterá alimentos em troca do seu trabalho. Em situações como essas, os homens conseguem os bens através de trocas, mas — e isso é muito importante — a quantidade de alimentos que eles precisam extrair da terra para obter os cobertores ou vasos necessários ainda está sujeita à extração para o fundo de manutenção, muito embora seja indireta a maneira pela qual êles repõem os bens não-produzidos por eles próprios. Mas é possível — e cada vez mais o é, à medida que a sociedade se torna mais complexa — que os níveis de troca das unidades de alimentos e unidades de bens não sejam traduzidos em equivalências determinadas por negociações de produtor e consumidor, feitas frente a frente, mas por níveis assimétricos de troca, determinados por condições externas. Onde as redes de troca são restritas e localizadas, os participantes devem ajustar os preços de seus bens ao poder aquisitivo de seus fregueses potenciais. Mas onde as redes de troca são mais abrangentes e obedecem a pressões que não levam em consideração o poder aquisitivo da população local, um cultivador terá que aumentar de muito a sua produção para obter a quantia necessária para a manutenção. Sob tais condições, uma porção considerável do fundo de manutenção do camponês poderá tornar-se o "fundo de lucro" de outrem.

N.° 2 (Washington, D. C.: United States Government Printing Office, 1946), p. 85; Calixta Guiteras-Holmes, *Perils of the Soul: The World View of a Tzotzil Indian* (Nova York: The Free Press, 1961), p. 58; Sol Tax, *Penny Capitalism: A Guatemalan Indian Economy*, Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication N.° 16 (Washington, D. C.: United States Government Printing Office, 1953), pp. 177-178. Para os Andes, ver William W. Stein, *Hualcan: Life in the Highlands of Peru* (Ithaca, Cornell University Press, 1961), pp. 52, 236, 255.

Fundo de Aluguel

Existe ainda um conjunto de imperativos sociais que pode produzir excedentes além do mínimo calórico e do nível de manutenção. A relação do cultivador com profissionais de outras especialidades pode ser simétrica, como vimos acima. Eles podem trocar diferentes produtos, ainda que em níveis tradicionais e estabelecidos há muito tempo. Entretanto, em sociedades mais complexas, existem relações sociais que não são simétricas, sendo baseadas de certa forma no exercício do poder. No caso da fazenda de Mecklenburg, mencionado acima, os 2.000 quilos de sementes postos à parte, depois que o cultivador deduziu o fundo de manutenção recolhido para semear e alimentar, não eram consumidos somente pelo cultivador e sua família. Mil e trezentos quilos, isto é, mais da metade do produto líquido, destinavam-se ao resgate das dívidas para com um senhor que mantinha a jurisdição ou o domínio sobre a terra. Somente 700 quilos restavam para a alimentação do cultivador e de sua família, rendendo uma ração diária *per capita* de 1.600 calorias.[7] Para manter um nível calórico mínimo, portanto, o cultivador era obrigado a buscar fontes adicionais de calorias, tais como as que derivavam de sua horta ou do gado de sua propriedade. Assim, esse camponês estava sujeito a relações assimétricas

[7] Abel, *Geschichte der deutschen Landwirtschaft*, p. 95.

de poder, o que lhe acarretava um ônus permanente em sua produção. A esse ônus, pago mediante exigências que não vieram de seu trabalho na terra, chamaremos aluguel, seja ele resgatado em trabalho, bens ou dinheiro. Em todos os lugares onde houver alguém exercendo um poder superior de fato, ou *domínio*, sobre um cultivador, este deverá produzir um fundo de aluguel.

Essa produção de um fundo de aluguel é o que distingue, criticamente, o camponês do cultivador primitivo. Essa produção, por outro lado, é impulsionada pela existência de uma ordem social que possibilita a formação de um grupo de homens que, através do poder, exigem pagamentos de outros, resultando na transferência da riqueza de uma parcela da população para outra. O que é perda para o camponês é ganho para os detentores do poder, pois o fundo de aluguel levantado pelo camponês é parte do "fundo de poder" através do qual os dominadores se alimentam.

É importante assinalar, porém, que existem diversas maneiras diferentes pelas quais o fundo de aluguel é produzido e diversas maneiras pelas quais é absorvido do estrato camponês para as mãos do grupo dominante. Já que as distinções no exercício desse poder têm efeitos estruturais importantes na maneira pela qual se organiza o campesinato, há vários tipos de campesinato e não somente uma forma de vida camponesa. Indo mais além, vê-se que o termo "camponês" denota nada mais nada menos que uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante; dito de outro modo, teremos ainda que formular algumas questões acerca das diferentes séries de condições que manterão esse relacionamento estrutural.

O Papel da Cidade

O desenvolvimento da civilização tem sido comumente identificado com o desenvolvimento das cidades. Em conseqüência, tem-se definido o camponês como um cultivador que tem um relacionamento duradouro com a cidade. É inegável que durante o curso da evolução cultural os governantes ficavam geralmente estabelecidos em centros especiais que se convertiam freqüentemente em cidades. Existem ainda, em algumas sociedades, os governantes que "acampam" simplesmente entre os camponeses, como é o caso dos *Watusi,* até há bem pouco tempo entre o cam-

pesinato *bahutu* de Ruanda Urundi. Ou então os que governam podem ter vivido em centros religiosos, como sepulcros e santuários, que foram construídos às custas dos próprios camponeses. No antigo Egito, o Faraó estabelecia sua capital temporária perto da pirâmide que estava sendo construída em sua honra; o papel das cidades permanecia insignificante. Entre os Petén Maya, a integração política efetivou-se sem o surgimento de zonas urbanas densamente povoadas.[8] A crescente complexidade de uma sociedade poderá provocar o surgimento da cidade, mas nem sempre isso será inevitável. Eu gostaria de pensar na cidade como um local habitado no qual se exerce uma combinação de funções, tornando-se útil, porque com o tempo se consegue uma eficiência maior através da centralização dessas funções em um ponto determinado.

Ainda hoje, existem diferentes tipos de cidades. Recentemente, na Índia foram encontradas povoações onde se viam ainda castelos e todo o aparato que representa o poder dos governantes militares e que serviam de centros administrativos. Outras, locais de famosos santuários, funcionaram primeiramente como centros religiosos, atraindo devotos em peregrinações periódicas aos templos. Finalmente, outras eram pontos de especialistas literatos, especialistas na elaboração de algum aspecto da tradição intelectual do país.[9] Somente onde uma ou outra dessas funções ofusca as outras, exercendo poderosa atração, é que elas tendem a concentrar-se sob um só teto e um só local. Mas existem áreas onde não crescem tais centros de dominação, permanecendo as funções políticas, religiosas ou intelectuais dispersas na zona rural. O País de Gales, por exemplo, e a Noruega

8 Para o padrão de ocupação da terra tipo *Watusi* e *Bahutu,* ver Pierre B. Gravel, *The Play for Power: Description of a Community in Eastern Ruanda* (Ann Arbor: Department of Anthropology, University of Michigan, Ph. D. Thesis, 1962). Sobre o Egito, ver Henri Frankfort, *The Birth of Civilization in the Near East* (Garden City, N. Y.: Doubleday and Company, 1956), pp. 97-98, e John A. Wilson, *The Culture of Ancient Egypt* (Chicago: University of Chicago Press, 1951), p. 37, pp. 97-98. Sôbre os Maya ver Gordon R. Willey, "Mesoamerica", em *Courses Toward Urban Life,* de Robert J. Braidwood e Gordon R. Willey (Chicago: Aldine Publishing Company, 1962), p. 101, e Michael Coe, "Social Typology and the Tropical Forest Civilization", *Comparative Studies in Society and History,* IV, n.º 1 (1961), p. 66.

9 McKim Mariott e Bernard C. Cohn, "Networks and Centers in the Integration of Indian Civilization", *Journal of Social Research* (Ranchi, Bihar, India), I, n.º 1 (1958).

são regiões em que muitas funções permanecem dispersas no campo, sendo bastante débil o desenvolvimento das cidades. A presença ou ausência de cidades certamente afetará o padrão de uma sociedade; mas o local onde o poder e sua influência se colocam é apenas uma fase do seu estabelecimento e não constitui sua totalidade. Um piano é um instrumento usado para compor música polifônica; mas é possível compor música polifônica sem pianos. Igualmente, a cidade é apenas uma forma — bastante comum embora — na orquestração do poder e da influência, mas não é exclusiva, nem mesmo decisiva.

Portanto, o que serve para distinguir a forma primitiva da civilizada é mais a cristalização do poder executivo do que o problema de saber se o controle do poder está localizado aqui ou ali. Não é a cidade, mas o Estado que constitui o critério decisivo para o reconhecimento da civilização, sendo o aparecimento do Estado o limiar da transição entre cultivadores de alimentos em geral e camponeses. Portanto, é somente quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado — isto é, somente quando o cultivador passa a estar sujeito a exigências e sanções de detentores do poder, exteriores a seu estrato social — que podemos falar apropriadamente de um campesinato.

É, sem dúvida, difícil situar esse limiar da civilização em termos de tempo e espaço. Contudo, baseados em elementos que possuímos agora, podemos fixar os primórdios do Estado e, conseqüentemente, do campesinato por volta de 3500 a. C. no Oriente Próximo e por volta de 1000 a.C. na América Central. Devemos deixar claro que os processos de construção do Estado são múltiplos e complexos. Diferentes áreas foram integradas em Estados de maneiras nitidamente diferentes e em épocas também diferentes. Em algumas regiões do mundo, esses processos ainda nem sequer ocorreram e em poucos lugares podemos testemunhar o confronto entre cultivadores primitivos e sociedades em que já existe o Estado, que pressiona o primitivo e tenta submetê-lo a seu controle.

O Lugar do Campesinato na Sociedade

Nosso mundo tanto contém primitivos que estão próximos de se transformarem em camponeses, como camponeses plenos.

Ao lado disso, tanto apresenta sociedades nas quais o camponês é o principal produtor de reservas de riquezas sociais como aquelas em que seu papel foi relegado a segundo plano. Existem ainda grandes regiões do globo em que os camponeses que cultivam a terra com suas ferramentas tradicionais não só constituem a esmagadora maioria da população como fornecem ainda os fundos de aluguel e lucro que sustentam toda a estrutura social. Em tais sociedades, todos os outros grupos sociais dependem dos camponeses, tanto para a alimentação como para conseguir qualquer outro rendimento. Existem outras sociedades, no entanto, em que a revolução industrial criou um vasto complexo de máquinas que produzem bens quase independentemente dos camponeses. Se há algum camponês em tais sociedades, eles ocupam uma posição secundária na criação de riquezas. Além disso, o vasto e crescente número de trabalhadores industriais que manejam as máquinas criadoras de riquezas precisa ser também alimentado. Na maior parte das vezes, a provisão de alimentos para esses trabalhadores não depende mais dos camponeses que trabalham em pequenas unidades de terra com técnicas tradicionais, mas das novas "fábricas do campo", que aplicam a tecnologia da revolução industrial no cultivo de alimentos em grandes fazendas, fortemente capitalizadas e planificadas cientificamente.[10] Essas fazendas não são mantidas por camponeses, mas por trabalhadores agrícolas, que recebem salários pelo seu trabalho da mesma forma que um trabalhador industrial é pago para manter em funcionamento um alto-forno ou uma máquina de fiar. Os dois tipos de sociedade ameaçam o camponês, representadas por exigências de excedentes ou pela competição, que podem torná-lo economicamente inútil.

O Dilema Camponês

Para um observador de fora, o camponês poderá assemelhar-se a uma ovelha que é periodicamente despojada de sua lã:

10 Para uma discussão sobre a *plantation*, ver Eric R. Wolf e Sidney W. Mintz, "Haciendas and Plantations in Middle America and the Antiles", *Social and Economic Studies*, VI, n.º 3 (1957), e *Plantation Systems of the New World*, Papers and discussion summaries of the Seminar held in San Juan Puerto Rico, Social Science Monographs, VII, Pan American Union, Washington, D. C., 1959. Para um bom estudo de caso de substituição de camponeses por *plantations*, ver Ramiro Guerra y Sánchez, *Sugar and Society in the Caribbean* (New Haven: Yale University Press, 1964).

"Três sacos cheios — um para meu Patrão, um para minha Senhora e um para o meu Menino que mora lá na vila". * Mas para o camponês, seu mínimo calórico e seu fundo de manutenção serão primordiais juntamente com os gastos para cerimônias indispensáveis à garantia da ordem social de seu pequeno mundo. Essas necessidades, como foi indicado acima, são culturalmente relativas; certamente serão diferentes na China e Porto Rico. Além disso, terão, lógica e funcionalmente, prioridade sobre as exigências vindas de fora, sejam do senhor ou do comerciante. Essa atitude é revelada claramente na velha canção, entoada durante os levantes camponeses dos fins da Idade Média européia:

Quando Adão arou e Eva fiou
Quem era o senhor?

As necessidades do camponês — as exigências para manter um mínimo calórico, o fundo de manutenção e os fundos cerimoniais — entrarão freqüentemente em choque com as exigências colocadas por quem está de fora.

Além disso, se é correto definir a existência de um meio camponês fundamentalmente por seu relacionamento subordinado a grupos dominantes exteriores, também será correto afirmar, como conseqüência dessa definição, que os camponeses serão obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências de fora, estando sujeitos às tensões provocadas pela luta para manter um equilíbrio. Para quem está de fora, o camponês é visto, fundamentalmente, como uma fonte de trabalho e bens, com os quais o grupo superior poderá aumentar seu fundo de poder. Mas o camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade *tanto é uma unidade econômica como um lar.*

A unidade camponesa não é, portanto, somente uma organização produtiva formada por um determinado número de "mãos" prontas para o trabalho nos campos; ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto "bocas" para alimentar quanto "mãos" para trabalhar. Além disso, uma unidade camponesa não estará preocupada exclusivamente com a alimentação

* Parte de uma velha canção chamada *Bah-Bah-Black Sheep* (O Balido do Carneiro Negro). (N. do T.)

de seus membros; estes deverão ser atendidos com inúmeros outros serviços. Tal é o caso das crianças que são criadas e preparadas de acordo com as exigências do mundo adulto. Os velhos precisam de cuidados, muitas vezes até morrerem, e seus funerais são pagos com retiradas do estoque de riquezas de sua unidade. O casamento possibilita a satisfação sexual, e as relações dentro dessa unidade geram afeições que ligam todos os membros entre si. Empregando o seu fundo cerimonial, a unidade paga os "gastos de representação" em que seus membros incorreram dentro da comunidade maior. Assim, ela contribui com trabalho à medida que é necessário, em uma série de contextos diferentes; suas despesas não são ditadas diretamente pela existência de um sistema econômico governado por preços e lucros.

Na verdade, estamos familiarizados com esse tipo de conduta econômica em nossa própria sociedade. Uma mãe manter-se-á de pé durante toda a noite com uma criança doente ou cozinhando uma refeição para a família, sem levar em conta o custo de seu trabalho. Um pai poderá fazer reparos menores na casa; um filho adolescente pode aparar a grama. Obtidos no mercado, tais serviços custariam bem caro. Foi calculado, por exemplo, que em nossa sociedade um homem pode economizar anualmente de 6 a 8 mil dólares em pagamentos por serviços, se ele se casar, deixando de chamar profissionais que cobrariam de acordo com os preços correntes no mercado. Dentro de uma família tais trabalhos afetivos são desempenhados prontamente, sem a necessidade de despesas.

As famílias camponesas funcionam de forma semelhante. Certamente, os camponeses estão conscientes do preço do trabalho e dos bens do mercado — sua sobrevivência econômica e social depende disso. A sagacidade dos camponeses é proverbial. Vários antropólogos, sem dúvida, concordariam com Sol Tax que concluiu, num estudo sobre camponeses índios na Guatemala, que "o comprador escolhe o mercado de acordo com o que quer comprar e com o tempo que será obrigado a gastar para conseguir esses bens mais baratos e mais próximos de sua fonte". [11] No entanto, levando em conta que as posses de um camponês constituem as provisões de um grupo de pessoas, toda decisão tomada em termos de mercado externo também terá seu aspecto doméstico.

11 Sol Tax, *Penny Capitalism*, p. 14.

Esse fato levou o economista russo A. V. Chaianov a falar de um tipo especial de economia camponesa. Ele explicou esse conceito nos seguintes termos:

A primeira característica fundamental na economia da fazenda de um camponês é que se trata de uma economia familiar. Sua organização está determinada pelo tamanho e composição da família e pela coordenação entre suas exigências de consumo e o número de mãos aptas para o trabalho. Isso explica por que a concepção de lucro na economia camponesa difere da concepção de lucro dentro da economia capitalista e por que esta última não pode ser transportada para aquele outro contexto. O lucro capitalista é claramente computado pela subtração das despesas de produção ao total da renda. O cômputo do lucro, dessa forma, é inaplicável à economia camponesa, porque nesta os elementos que participam das despesas de produção estão expressos em unidades incomparáveis às de uma economia capitalista.

Na economia camponesa, assim como na economia capitalista, o grosso da renda e das despesas de material pode ser expresso em rublos; mas o trabalho despendido não pode ser expresso nem medido por rublos ou salários pagos, mas somente pelo próprio esforço de trabalho da família camponesa. Esses esforços não podem ser subtraídos ou adicionados a unidades monetárias; podem ser, no máximo, confrontados em rublos. A comparação de valor de certo esforço da família com o valor do rublo seria bastante subjetiva; variaria de acordo com o nível em que as necessidades da família são satisfeitas e com o grau de sacrifício que o próprio esforço de trabalho acarretou, assim como com outras condições.

Na medida em que as exigências da família do camponês não são satisfeitas, desde que a significação subjetiva dessa satisfação esteja avaliada acima da carga de trabalho necessária para tal satisfação, a família do camponês trabalhará por uma pequena remuneração que seria decididamente antilucrativa em uma economia capitalista. Uma vez que o principal objeto da economia camponesa é a satisfação do nível anual de consumo da família, o fator de maior interêsse não é a remuneração da unidade de trabalho (a jornada de trabalho), mas a remuneração alcançada pelo trabalho de um ano inteiro. É claro que se já existe abundância de terra qualquer unidade de trabalho despendida pela família tenderá a receber a recompensa máxima, seja numa economia camponesa ou capitalista. Sob tais condições, a economia camponesa freqüentemente resulta num cultivo mais extensivo do que o da economia da terra cuja propriedade é privada (empresarialmente). Haverá menor renda de uma unidade de terra, mas salários mais altos para uma unidade de trabalho. Mas quando o montante de terra disponível está limitado e se encontra abaixo de um nível normal de cultivo, a família do camponês não pode empregar todas as suas forças de trabalho em sua própria terra se ela pratica o cultivo extensivo. Possuindo um excedente de tais forças e achando-se incapaz de assegurar todas as suas necessidades com a renda derivada do salário anual de seus membros, a família camponesa pode empregar o excedente de trabalho num cultivo mais intensivo de sua terra. Dessa maneira, ela pode incrementar a renda anual de seus membros ativos, mesmo que a remuneração por unidade de trabalho seja menor... Pela mesma razão, a família do camponês freqüentemente aluga terra por um preço extraordinariamente alto, não-lucrativo de um ponto de vista puramente capitalista e compra terra por um preço consideravelmente acima do aluguel capitalizado. Isso é feito com o intuito de encontrar-se um uso para o excedente de trabalho da família, o qual não poderia ser utilizado de outro modo sob condições de escassez de terra.[12]

O eterno problema da vida do camponês consiste, portanto, em contrabalançar as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares. Ainda em relação a esse problema básico, o camponês pode seguir duas estratégias diametralmente opostas. A primeira delas é incrementar a produção; a segunda, reduzir o consumo.

Se o camponês escolhe a primeira estratégia, deverá elevar o rendimento do trabalho às suas próprias custas, tendo em vista levantar a produção e o aumento da produtividade, com que entrará no mercado. Sua capacidade de fazer isso dependerá da facilidade com que puder mobilizar os fatores de produção necessários — terra, trabalho, capital (seja em forma de economias, em moeda ou crédito) — e das condições gerais do mercado. Recordemo-nos que para o camponês os fatores de produção geralmente estão sobrecarregados de compromissos prioritários, especialmente sob a forma de excedentes já antecipadamente destinados para despesas cerimoniais e pagamentos de aluguel. É muito difícil, se não impossível, para um homem levantar sozinho, às suas próprias custas, um nível de produtividade acima e além do exigido pelos pagamentos obrigatórios. É também difícil para a maior parte dos camponeses considerar suas posses em um contexto econômico divorciado do abastecimento de seu grupo doméstico. Um pedaço de terra, uma casa, não são meramente fatores de produção; eles também estão carregados de valores simbólicos. As jóias da família não são simplesmente um valor em si; são muitas vezes uma herança cheia de

12 A. V. Chaianov, "The Socio-economic Nature of Peasant Farm Economy", *A Systematic Source Book in Rural Sociology*, de Pitirim A. Sorokin, Carle C. Zimmerman e Charles J. Galpin (Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1931), II, pp. 144-145.

sentimentos. Nossa análise pode revelar-nos ainda em que situações um número crescente de camponeses seguirá a estratégia do incremento da produção.

Isso se torna possível, em primeiro lugar, quando se relaxam as tradicionais hipotecas sobre os fundos de aluguel do camponês — uma condição que tem grandes possibilidades de ocorrer quando a estrutura do poder através da qual os soberanos tradicionais absorvem esses fundos se torna ineficaz. Em segundo lugar, podemos esperar esse fenômeno sempre que for possível ao camponês escapar de responsabilidades que pesam sobre ele e que têm a finalidade de assegurar — mediante despesas cerimoniais — os laços sociais tradicionais que o unem a seus companheiros. Se ele se recusar a empregar seus excedentes em gastos cerimoniais, poderá então usar os fundos assim liberados para ajudar sua ascensão econômica. As duas mudanças ocorrem geralmente ao mesmo tempo. Se a cúpula do poder tem sua estrutura enfraquecida, muitos laços sociais tradicionais perdem também suas sanções específicas. A comunidade camponesa, sob tais circunstâncias, testemunhará a ascensão de camponeses mais abastados, que abrirão caminho afastando seus companheiros menos afortunados, até alcançarem e preencherem a lacuna deixada pelo afastamento daqueles que ocupavam o poder: No curso dessa ascensão, eles transgridem freqüentemente as expectativas tradicionais a respeito das relações sociais — e como elas devem ser conduzidas e simbolizadas — usando o poder recentemente adquirido para enriquecer às custas dos vizinhos. Assim agiram os ascendentes *yeomen* na Inglaterra do século XVI, os ricos camponeses da China, os *kulaki* ou "fists" da Rússia pré-revolucionária. Em outros casos, um grande número de camponeses pode encerrar seus compromissos cerimoniais, como aconteceu entre muitos grupos indígenas da América Central, que abandonaram seus rituais católicos populares — com seu alto custo pago com a finalidade de sustentar organizações e acontecimentos religiosos — passando a um protestantismo sóbrio para o qual não se exigiam tamanhas despesas. [13]

A estratégia que se apresenta como alternativa é a de solucionar o problema básico através da redução do consumo. O camponês pode reduzir seu consumo de calorias restringindo sua alimentação apenas aos alimentos mais básicos; pode limitar suas compras no mercado ao essencial e, em vez disso, pode confiar tanto quanto possível na capacidade de seu grupo doméstico de produzir tanto os alimentos como os objetos necessários, sem precisar sair dos limites de sua terra. Tais esforços para equilibrar a balança do orçamento pelo subconsumo explicam, parcialmente, por que os camponeses temem o novo como se vissem a própria tentação: qualquer novidade poderá abalar seu precário equilíbrio. Ao mesmo tempo, tais camponeses sustentarão também a manutenção das relações sociais tradicionais, inclusive as despesas exigidas com os fundos cerimoniais. Se for necessário que tudo isso se mantenha, uma comunidade camponesa pode precaver-se contra quaisquer outras exigências e pressões externas, forçando, ao mesmo tempo, seus membros mais afortunados a compartilhar uma porção de seus bens e de seu trabalho com os vizinhos menos aquinhoados.

Portanto, em muitas partes do mundo — mesmo naquelas em que o camponês foi relegado a um papel secundário na ordem social global — deparamos com o fenômeno de camponeses desdobrando-se para sobreviver sem compromissos excessivos com o sistema que os envolve. Ao mesmo tempo, devemo-nos lembrar que em muitas situações — especialmente durante épocas de guerra e depressões — as propriedades camponesas representam refúgios diante da devastação que atinge os habitantes da cidade e dos centros industriais. Um homem com 40 acres e uma mula tem um osso duro de roer, mas consegue pelo menos certo rendimento de calorias, enquanto outros são obrigados a buscar seus alimentos nas latas de lixo das cidades. Com seu controle da terra e a capacidade de cultivá-la, o camponês conserva tanto sua autonomia como sua capacidade de sobreviver, enquanto outros, mais sutilmente dependentes da sociedade, têm essa sobrevivência bastante dificultada.

Apesar de as duas estratégias oferecidas à ação camponesa apontarem para direções diferentes, não devemos pensar que elas se excluem mutuamente. Já vimos que a predominância de uma ou de outra depende, em grande parte, do contexto social maior, em que o camponês vive e de onde deve extrair os meios para sua sobrevivência. Levando em conta que uma ordem social evolui entre altos e baixos, o camponês optará por uma ou outra estratégia, e até mesmo, em alguns casos, controlará as

[13] Ver, por exemplo, June Nash, "Protestantism in an Indian Village in the Western Highlands of Guatemala", *The Alpha Kappa Deltan*, XXX, n.º 1 (1960), p. 50.

duas ao mesmo tempo, em contextos diferentes. Períodos em que a primeira estratégia encontra forte preferência podem ser seguidos de outros em que o camponês reduz seus gastos, renovando e reestruturando-se dentro de uma órbita mais estreita. Da mesma forma, em qualquer época existirão alguns indivíduos empenhados em desafiar os limites do ostracismo social, enquanto outros escolhem a segurança que o cumprimento da ordem — já experimentada e conseqüentemente considerada verdadeira — acarreta. Ao contrário do que dizem os clichês literários, os camponeses não se encontram estáticos, mas em permanente estado dinâmico, movendo-se continuamente entre dois pólos em busca de uma solução para seu dilema fundamental.

A existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda a sua espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção. Neste estudo, tentaremos esboçar tanto o tipo de relações que os camponeses mantêm com o mundo exterior como as estratégias que eles seguem para modificar ou neutralizar os efeitos dessas relações.

2. *Aspectos Econômicos do Campesinato*

No capítulo anterior, discutimos as características básicas do campesinato e seus problemas periódicos e permanentes. Neste capítulo, vamos dedicar-nos à economia camponesa. Dividiremos o estudo em três partes. Em primeiro lugar, descreveremos e discutiremos os principais sistemas empregados para extrair sustento e excedentes do solo, tanto no passado como no presente. Analisaremos as atividades do camponês tais como o método de preparar o solo com um arado movido pela tração animal ou a irrigação de um campo onde deverá amadurecer o arroz. Na segunda parte, lidaremos com as maneiras pelas quais o camponês consegue bens e serviços que não são produzidos por ele. Aqui, nosso foco recairá sobre a família do camponês e suas necessidades de subsistência, manutenção e cerimonial, detendo-nos particularmente no modo pelo qual o camponês complementa os bens que ele produz e as habilidades que ele detém com outros bens e serviços. A terceira parte nos conduzirá ao tema da ligação entre o campesinato e aqueles cujas vidas dependem de sua atividade, através de certos direitos adquiridos sobre os excedentes camponeses. Focalizaremos aí as maneiras pelas quais os fundos de aluguel e lucro são transferidos. Em cada parte, analisaremos os principais modelos de relacionamentos apresentados em diferentes partes do mundo, tentando compreender suas implicações na vida camponesa.

Ecótipos Camponeses

Até serem introduzidos em grande escala os alimentos artificialmente sintetizados, o homem depende de outros organismos para sua alimentação. As plantas extraem diversos alimentos de várias substâncias químicas, através do processo de fotossíntese. Os homens podem obter os alimentos assim produzi-

dos, ingerindo essas plantas direta ou indiretamente, isto é, deixando em primeiro lugar que um animal coma a planta para depois alimentar-se dele pela carne ou pelo leite. Sendo assim, o homem transfere energia — a capacidade de trabalho — de plantas e animais para si próprio. Com a união das técnicas do cultivo e domesticação animal, ele terá essa transferência mais garantida. Um campo de trigo e um estábulo são, sob esse ponto de vista, meios de acumulação e controle de fontes de energia prontamente disponíveis. Essas fontes constituem a base de qualquer tipo de atividade através da qual uma forma de vida camponesa se adapta ao meio ambiente.

Mas o homem também explora outras fontes de energia em seu meio ambiente, tais como a madeira das florestas, a água dos rios ou o carvão encontrado no solo. Em primeiro lugar, o camponês utiliza as fontes orgânicas de energia, tais como a madeira; mas com um projeto simples ele poderá também bombear água para irrigar seus campos e aproveitar o vento para mover um moinho que tritura os cereais. A adaptação ecológica do campesinato consiste, portanto, numa série de transferências de alimentos e numa série de projetos que têm por finalidade a canalização de forças inorgânicas de energia para os processos produtivos. Essas duas séries juntas estabelecem um sistema de transferência de energias do meio ambiente para o homem. Denominamos este sistema de transferência de energia um *ecótipo* (grifo nosso — N. do T.). *

Para nossos propósitos precisamos distinguir dois tipos de *ecótipos*: um, caracterizado pelo emprego do trabalho humano e animal; outro, caracterizado pela crescente confiança na energia proporcionada pelos combustíveis e os aperfeiçoamentos garantidos pela ciência. Podemos chamar o primeiro tipo, com sua confiança fundamental assentada nos organismos humano e animal, de ecótipo *paleotécnico,* e o segundo, de ecótipo *neotécnico* (grifos nossos — N. do T.). **

* A expressão original do autor é o neologismo *ecotype*. Traduzimos fielmente, expressando sentido de "tipo ecológico", de acordo com a raiz grega. (N. do T.)

** O mesmo para *paleotechnic* (técnica ancestral) e *neotechnic* (técnica nova ou moderna). (N. do T.)

Ecótipos Paleotécnicos

Os ecótipos paleotécnicos baseados no cultivo são conseqüência direta do que podemos chamar de Primeira Revolução Agrícola. Essa revolução iniciou-se por volta de 7000-6000 a.C. e assumiu suas características essenciais por volta de 3000 a.C. Como foi mencionado acima, sua principal característica é a confiança na energia humana e animal: homens e animais são usados para produzir alimentos e criar mais homens e animais. Além disso, a produção está voltada para suprir a necessidade de produtos alimentícios, geralmente cereais como o trigo, centeio e cevada, para alimentar o produtor e aqueles que possuem um direito adquirido sobre seu rendimento e que vivem dentro de uma área determinada pelos meios simples de transporte disponíveis. O mais simples destes é o carregador humano que transporta sua produção para o mercado local em suas próprias costas; o mais complexo é o barco a vela. Uma característica dêsse sistema paleotécnico é que o cultivador e o não-cultivador se abastecem da mesma colheita. O cultivador consome o mesmo produto que ele passa adiante — através de impostos ou vendas — a outros. Complementando a energia orgânica proporcionada ao sistema por homens e animais, há máquinas simples impulsionadas pelo vento ou pela água e facilmente acessíveis — o barco, a bomba d'água, o moinho de vento. Todas as técnicas aplicadas ao cultivo são tradicionais, raramente originadas da contribuição de especialistas.

O critério principal de nossa classificação dos ecótipos paleotécnicos camponeses será o grau de uso de um determinado pedaço de terra através do tempo. A distinção básica entre ecótipos pode ser expressa pela quantidade de terra usada. Também consideraremos a exigência de trabalho de cada ecótipo, comparando-a a outro e em que grau a ocupação de um pedaço de terra requer uma dose determinada de trabalho. Esse trabalho é sempre executado através do uso de um determinado instrumento e aqui perguntaremos — dentro da maneira antropológica tradicional — se o sistema utiliza principalmente o trabalho manual aplicado através da *enxada* ou se emprega também o trabalho animal para mover o *arado.* Apontaremos também a duração da época de crescimento da plantação como um critério da formação de um ecótipo camponês. A distinção, nesse caso, estabele-

ce-se entre sistemas que podem estender o trabalho através de um longo período produtivo e aqueles que são obrigados a comprimir seu trabalho a períodos mais curtos. As formas paleotécnicas principais de ecótipos camponeses são:

1. *Sistemas de pousio de longa duração,* associados a roças conseguidas pelo fogo e cultivo pela enxada. Esses sistemas receberam a denominação de sistemas *swidden,* * derivada de uma palavra de um dialeto inglês e significando "clareira queimada". Os campos são limpos, ateando-se fogo à vegetação: grama, pequenos arbustos ou florestas; depois, são plantados até que haja queda na produção; e abandonados para readquirir sua fertilidade por certo período de tempo. Então outros terrenos são franqueados ao cultivo, sendo reocupados depois que o período crítico de regeneração esteja superado. Os sistemas *swidden* são encontrados tanto no Velho como no Novo Mundo. Como veremos mais adiante, esses sistemas sustentaram o campesinato apenas sob circunstâncias excepcionais.

2. *Sistemas de pousio setoriais,* nos quais a terra cultivável é dividida em dois ou mais setores que são plantados por dois ou três anos e então colocada em pousio por três ou quatro anos. A ferramenta predominante é a enxada ou o ancinho. Esses sistemas também são encontrados no Velho e no Novo Mundo, por exemplo na África Ocidental e nas terras altas do México.

3. *Sistemas de pousio de curta duração,* nos quais a terra cultivada por um ou dois anos é reocupada depois de um ano de regeneração. O instrumento que predomina é o arado, puxado por animais apropriados. Esses sistemas são geralmente associados ao cultivo de cereais e encontram-se primordialmente na Europa e Ásia Central. Em conseqüência, são chamados também de *sementeiras eurasianas.*

4. *Cultivo permanente,* associado a técnicas para assegurar um *suprimento permanente de água* para a plantação em crescimento. Esses sistemas têm sido chamado *hidráulicos,* porque dependem da construção de obras hidráulicas. Ocorrem em terras secas tanto do Velho como do Novo Mundo, onde os rios podem ser desviados para a irrigação e nas regiões tropicais do Velho Mundo onde os cultivadores foram bem sucedidos na substituição da floresta original pela paisagem resultante da ação do homem, usando recursos de água para assegurar a produção da lavoura. Não existem sistemas análogos nas terras baixas tropicais do Novo Mundo.

5. *Cultivo permanente de campos fecundos,* combinado com uma faixa no interior, utilizada esporadicamente. Tais sistemas foram batizados de *infield-outfield* (campo aberto e campo fechado — N. do T.), na orla atlântica da Europa Ocidental, onde são usados. São também encontrados no Sudão, nas regiões montanhosas do México e em outros lugares. A possibilidade de cultivar permanentemente uma série de terrenos depende tanto de qualidades especiais do solo, como é o caso da Europa atlântica (onde as regiões limitadas de bom solo nos deltas ou nos terraços fluviais e marítimos são melhoradas com um cuidadoso adubamento), quanto da habilidade de irrigar permanentemente uma região, como em partes do Sudão e do México, onde não haveria outra solução.

* Podemos associar a expressão a *coivara* ou *queimada* no Brasil. (N. do T.)

Dêsses cinco tipos de ecótipos camponeses paleotécnicos três foram da maior importância no processo da evolução cultural. São o *swidden,* o pousio de curta duração e os tipos hidráulicos. Os outros dois, aparecendo apenas raramente e sob circunstâncias especiais, foram de influência restrita, embora importantes em situações locais. Na discussão que se segue, vamos deixar êstes últimos de lado para destacarmos melhor os três tipos principais.

"Swiddens"

Consideremos primeiro minuciosamente os sistemas baseados na cultura *swidden.* Como foi indicado, a cultura *swidden* envolve uma série de passos. Primeiro, a terra é desbastada, queimando-se a vegetação da superfície. Segundo, é feita a plantação da terra limpa, geralmente sem qualquer adubo adicional, além do que resultou das cinzas da vegetação queimada. Terceiro, o terreno é usado por um ano ou mais, dependendo essa duração das circunstâncias locais. Quarto, o terreno é abandonado por algum tempo para que recupere sua fertilidade. Quinto, um



Cultivador swidden: *cultivador, de língua huasteca, limpando a terra ao longo da Rodovia Pan-Americana, perto de Tamazunchale, México, em fins de agosto de 1956. (Foto de Eric R. Wolf, extraída da obra* Sons of the Shaking Earth, *publicada por The University of Chicago Press, 1959.)*

novo terreno é aberto ao cultivo. Essa seqüência é repetida com outros terrenos, até que o cultivador retorne ao primeiro campo desbastado e repita o ciclo.



São três os fatores críticos do sistema: disponibilidade da terra; disponibilidade do trabalho exigido para produzir a cultura principal; a extensão da estação de crescimento da plantação durante a qual a cultura ou culturas principais podem ser produzidas ou alternadas com outras culturas suplementares.

A necessidade de terra é determinada pela rapidez com que um terreno original limpo e plantado até um ponto agudo de declínio de rendimento pode recuperar sua fertilidade original. Essa capacidade difere fortemente de região para região, sendo temerárias portanto as generalizações. Nas cercanias do lago Petén, na floresta tropical da Guatemala — região da famosa civilização maia — a tendência dos atuais cultivadores maias é usar um terreno durante apenas um ano, deixando-o em repouso por quatro anos. Alguns que plantam duas lavouras sucessivas no mesmo terreno permitem, posteriormente, um descanso de seis a sete anos. No norte do Yucatán o período de pousio tem dez anos em média. Para os *Hanunoo* das ilhas Filipinas, o período mínimo de descanso é de sete a oito anos. Mas podem existir outros fatores além do esgotamento quando se abandona um terreno. Tal é o caso dos camponeses de língua *Totonac* do Es-

tado de Vera Cruz no México e em muitas partes das Filipinas, quando novos roçados são ameaçados pela invasão de ervas daninhas, em que o cultivador pode preferir abandonar o terreno a esse adversário a combatê-lo.[1] Em outros lugares, como em algumas partes da Amazônia, os terrenos roçados atraem pragas de insetos daninhos e o cultivador poderá ir roçando mais além da floresta, ao invés de retornar a seu terreno original. A significativa limitação técnica dessa espécie de ecótipo repousa, portanto, em deixar nas mãos da natureza os trabalhos necessários à recuperação das terras usadas; o cultivador prefere tomar uma nova terra a ter de empregar técnicas e trabalhos adicionais. Em conseqüência, se o cultivador deseja assegurar seu sustento, ele precisará ter sempre disponível uma quantidade suficiente de terras que lhe permita deixar que uma parte descanse, sem interrupção, enquanto usa outra. A terra em pousio assume geralmente uma importância bem maior do que a área que se encontra sob cultivo.

No entanto, na medida em que tal procedimento é possível, tais sistemas podem ser consideravelmente produtivos. Sob circunstâncias favoráveis, os *Yagaw Hanunoo,* das Filipinas, podem produzir uma quantidade de arroz por unidade de trabalho que torna seus *swiddens* comparáveis à produção em terra duplamente cultivada sob ação hidráulica intensiva no delta do Tonquim, no Vietnã do Norte. Da mesma forma, a plantação *swidden* em Tepoztlán, no México, produz um rendimento equivalente aos melhores resultados obtidos pelo cultivo com o arado de campos permanentes e cerca de duas vezes tão alto quanto o rendimento médio da mesma cultura. Além disso, com estações longas de crescimento consegue-se mais de uma cultura por ano. Na área do Petén, na Guatemala, por exemplo, um cultivador pode plantar sua habitual lavoura de milho em terra boa

1 Ver Ursula A. Cowgill, *Soil Fertility and the Ancient Maya,* Transactions of the Connecticut Academy of Arts and Sciences, XLII (New Haven: Connecticut Academy of Arts and Sciences, 1961), p. 33; Harold C. Conklin, *Hanunoo Agriculture: A Report on an Integral System of Shifting Cultivation in the Philippines,* FAO Forestry Development Paper N.° 12 (Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1957), p. 138; Isabel Kelly e Angel Palerm, *The Tajín Totonac, Part I History, Subsistence, Shelter and Technology,* Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication N.° 13 (Washington, D. C.: United States Government Printing Office, 1952), pp. 113-114.

descansada de solo negro; mas para assegurar a produção de uma lavoura na estação seca ele pode suplementá-la com um terreno aberto numa área pantanosa e também com um terreno de estação chuvosa no local mais íngreme e alto da região, onde a inclinação da terra assegura um escoamento adequado para as águas. Ou, como em muitas partes do Sudeste da Ásia, o arroz crescido nos sistemas *swidden* pode ser plantado intercaladamente com lavouras adicionais, como inhames, que amadurecem em estações diferentes. Outro exemplo disso é ilustrado por cifras relativas aos *Yakö* da Nigéria Ocidental, onde se planta inhame. Nesse caso, um quintal médio de 1,5 acre, contendo 2.440 tufos de inhame, tem um rendimento médio de 2.545 unidades. A variação de rendimento para diferentes hortas vai de 235 até 11.410 tubérculos. [2]

É verdade que existem grandes diferenças entre sistemas *swidden* específicos, especialmente em relação à duração do ciclo de recuperação, ao crescimento da lavoura e à duração da estação de crescimento. Alguns sistemas são incapazes de uma expansão maior; enfrentam o problema da insuficiência de terra. Outros, entretanto, são capazes ainda de agregar populações consideráveis para a área que passa a ser explorada. Dessa maneira, os *Hanunoo* podem manter um aumento de 60%, elevando assim o nível atual de cerca de 150 pessoas para cerca de 240 pessoas por milha quadrada. Igualmente, foi estimado que a área do lago Petén, que agora apresenta apenas uma pessoa por milha quadrada, poderia manter entre 150 a 200 pessoas. As razões para uma estabilização muito abaixo dos níveis máximos são obscuras, mas pelo menos um fator pode ser a dificuldade de gerar novos mecanismos sociais para a integração de tão grande população. Tem-se argumentado que a integração política e social das populações que utilizam os sistemas *swidden* é improvável, porque a necessidade de buscar novas terras tende a dispersar a população na paisagem, impossibilitando sua concentração e controle. Certamente encontraremos entre algumas populações, com uma tradição de cultivo pelo sistema *swidden,* uma aversão à concentração em posições fixas e ao conseqüente surgimento de um controle político centralizado. Grupos de cultivadores *swidden* no Sudeste da Ásia, por exemplo, forçados a se desviar para um cultivo hidráulico intensivo em terraços, quando surgiram perspectivas de terras novas, abandonaram os terraços, que haviam absorvido uma enorme quantidade de trabalho e atenção, e voltaram ao *swidden.* [3]

[2] C. Daryll Forde, "Land and Labour in a Cross River Village, Southern Nigeria", *Geographical Journal,* XC, n.º 1 (1937), pp. 32-34, 41; Conklin, *Hanunoo Agriculture,* p. 152; Pierre Gourou, "The Quality of Land Use of Tropical Cultivators", em *Man's Role in Changing the Face of the Earth,* de William L. Thomas, Jr. (Chicago: University of Chicago Press, 1956), p. 342; Oscar Lewis, *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied* (Urbana: University of Illinois Press, 1951), p. 156; Cowgill, *Soil Fertility,* pp. 13-14.

Sua decisão pode ser atribuída à percepção que tiveram de que os *swiddens* possibilitam uma produtividade comparável à do cultivo intensivo, mas essa iniciativa é provavelmente intensificada por sua inabilidade ou má vontade em desistir de sua autonomia política e social tradicional em troca do papel de um campesinato dependente nas relações assimétricas com uma classe dominante. Devemos a Edmund Leach o excelente estudo do caso entre os *Kachim,* da montanha Birmânia, das dinâmicas que envolvem tal escolha.

Considerações análogas aplicam-se ao problema de saber se um sistema *swidden* é capaz de render excedentes suficientes para manter uma elite de especialistas artesanais. Alguns sistemas *swidden,* sem dúvida alguma, operam em um nível onde é impossível um acréscimo maior de rendimento; além do mais, em qualquer hipótese, esses rendimentos aumentados seriam de difícil coleta, devido à dispersão da população e à descentralização dos laços sociais. Contudo, alguns sistemas *swidden* mostram-se capazes de melhoramentos posteriores e de produção de excedentes. Assim, foi calculado que, numa população de cerca de 150-200 pessoas por milha quadrada de terra arável entre os maias do lago Petén, metade da população adulta poderia ter produzido excedentes suficientes para alimentar a outra metade. [4] Populações como os Yakö, com suas abundantes áreas de inhame, que alimentam uma população de 150 pessoas por milha quadrada, poderiam provavelmente prover um excedente para os não-cultivadores, dados a organização social e os incentivos ne-

[3] Robert von Heine-Geldern, "Südostasien", em *Illustrierte Völkerkunde,* de Georg von Buschan (Stuttgart: Strecker und Schröder, 1923), II, p. 808; Edmund R. Leach, *Political Systems of Highland Burma* (Cambridge: Harvard University Press, 1954), pp. 27-28.

[4] Cowgill, *Soil Fertility,* p. 40.

cessários. Em circunstâncias excepcionais, pode-se imaginar tal integração de cultivo, quer por meio de ligações de cultivo relativas a um centro cerimonial da espécie que tem sido postulada para os maias, quer por meio de conquistas pelos invasores, tais como as que parecem ter ocorrido na África Ocidental.

Plantadores *swidden* estão aptos, no entanto, a palmilhar facilmente o caminho que vai do *status* de cultivador autônomo ao de campesinato dependente, onde vários outros sistemas servem de ponto de apoio. O exemplo disso vem da África, onde o Ganda de Uganda mantém pomares de bananas que duram vinte anos ou mais, alcançando por vezes mais de cinqüenta anos. Ali, um pomar de tamanho médio de três acres produzirá de 12 a 18 toneladas de frutas por ano. Esses pomares estão cercados de campos em que se plantam culturas variadas. Embora o sistema não impeça a mobilidade populacional, ele favorece tanto a concentração demográfica quanto uma relativa estabilidade. [5]

Na medida em que tais regiões se movem na órbita do mundo comercial, encontraremos progressivamente culturas de função comercial servindo de ponto de apoio a fazendeiros *swidden*. Assim, a população de língua *Totonac* de Vera Cruz derruba e queima para plantar baunilha exclusivamente para venda; o trabalho dentro do sistema *swidden* pode estar também em combinação com o cultivo de pimenta ou café, como na Indonésia e Nova Guiné, ou com pés de cacau como fazem os achantes da África Ocidental. E encontraremos, também, um cultivo de tipo coivara em conjunção com populações sedentárias em regiões onde a escassez da terra e a pressão populacional levaram o povo a limpar e cultivar terras marginais. Foi o caso da Europa, em Hundsrück e nas montanhas Vosges, e ocorre ainda hoje em muitas partes do México. [6]

---

5 Harold B. Thomas e Robert Scott, *Uganda* (Londres: Oxford University Press, 1935), pp. 112-124.

6 Sobre os *Totonac*, ver Isabel Kelly é Angel Palerm, *The Tajín Totonac*, pp. 100-126; sobre a Indonésia, Karl J. Pelzer, *Pioneer Settlement in the Asiatic Tropics*, American Geographical Society, Special Publication N.° 29 (Nova York: American Geographical Society, 1945), pp. 25-26; sobre os achantes, Robert A. Lystad, *The Ashanti: A Proud People* (New Brunswick: Rutgers University Press, 1958), p. 34; sobre o México, Oscar Lewis, *Life in a Mexican Village*, p. 157.

Cultivo Hidráulico

Vimos que os ecótipos baseados no sistema *swidden* podem sustentar o campesinato somente em circunstâncias excepcionais ou onde os *swiddens* se apóiam em cultivos por outros métodos. O cultivo hidráulico, ao contrário, propicia uma base sólida para a sociedade camponesa. Diferentemente dos sistemas *swidden*, que podem ser encontrados em ambientes diversos, o cultivo hidráulico é bastante restrito às zonas secas, cujo índice pluviométrico está abaixo de dez polegadas por ano, e às regiões tropicais, onde os homens criaram área aluvional da luxuriante vegetação original para cultivar uma planta carente de água como o arroz. Nas terras secas, particularmente, é a água, fator vital, que constitui o ponto crítico para o êxito agrícola. Obtê-la em quantidade suficiente é o problema crucial e permanente do cultivador. Fontes irregulares de água aparecem ocasionalmente nas encostas escarpadas por onde as montanhas lançam-se em planícies, ou onde o leito de rocha rompeu-se permitindo o surgimento da água na superfície, na forma de oásis ocasionais. Mas é o vale dos grandes rios que propicia o terreno ideal para esse tipo de cultivo. Os rios geram comumente solos aluvionais, ricos para alimentar as plantas, podendo sua água ser encaminhada para os campos de plantio através de uma rede de canais de irrigação. Com a irrigação torna-se possível um grande rendimento. Na terra seca do Líbano, onde o cultivo agrícola baseado exclusivamente na queda da chuva produz somente o triplo ou o quíntuplo do total de sementes utilizadas (1:3-5), o cultivo através da irrigação nas proximidades do vale dos rios pode produzir um rendimento de 1:86, cifras baseadas em registros levantados na Suméria antiga. [7] Freqüentemente, a construção de máquinas hidráulicas maiores associa-se ao aparecimento, numa sociedade, de controles políticos fortemente centralizados, capazes de comandar os homens e os bens propícios à construção de diques e canais necessários. [8]

---

7 Raymond E. Crist, "The Mountain Village of Dahr, Lebanon", *Smithsonian Report for 1953*, Publication 4163 (Washington, D. C.: Smithsonian Institution, 1954), p. 410; Richard Thurnwald, *Economics in Primitive Communities* (Londres: Oxford University Press, 1932), p. 95.

8 Causa e efeito não estão totalmente claros. Parece que a construção de sistemas de controle de águas ou a integração de sistemas me-

A floresta tropical do Sul e Sudeste da Ásia é o segundo ambiente favorável ao estabelecimento dos cultivos agrícolas hidráulicos. O incomparável desenvolvimento que ocorreu nas florestas tropicais do Novo Mundo demonstra que a adaptação não é inevitável, mas apenas possível. Na Ásia, o homem foi bem sucedido em derrubar a floresta substituindo-a por um ambiente modificado por sua mão.

Os solos tropicais realmente parecem trazer problemas críticos a seus ocupantes. Onde a queda de chuva suplanta a evaporação e os solos ou são permeáveis demais ou o são insuficientemente, existe uma tendência de a água da chuva retirar da superfície do solo as substâncias necessárias à alimentação das plantações. Essas condições podem provocar um empobrecimento crescente do solo. Em regiões de alta temperatura, caracterizadas pelo revezamento de estações secas e chuvosas, entretanto, é bem possível conseguir um excelente equilíbrio entre os processos de empobrecimento e os processos pelos quais os microrganismos constroem matéria orgânica. O equilíbrio é conseguido pela criação de um ambiente artificial, uma rede de lagos e reservatórios pelos quais o solo é inundado periodicamente. Nesse caso, o lamaçal de solo impermeável é isolado da ação direta da queda das chuvas por uma massa de água e os microrganismos que trabalham sem o oxigênio do ar contribuem para a criação de uma rica porção de solo negro sob a água.

A adaptação mais característica dessa última série de condições é encontrada no complexo úmido do arroz do Oriente. Eis uma adaptação que exige um enorme empenho para tornar-se realidade. Os campos precisam ser cuidadosamente inclinados, mediante uma gradação, de maneira que a água empregada na irrigação não permaneça estagnada em seus centros, mas possa distribuir-se até as margens. Devem-se construir pequenos diques paralelos às margens para assegurar que a água não circule apenas na direção do centro. Da mesma forma, podem-se cavar sulcos no terreno para permitir o escoamento da água em casos de excesso. O arroz é primeiramente plantado em um viveiro onde as sementeiras são regadas cuidadosamente. Ao mesmo tempo, o campo ao qual são destinadas deverá ser revolvido, acondicionado, irrigado e nivelado. O trabalho de preparação do terreno é executado muitas vezes manualmente com uma enxada e a água a ser usada na irrigação tem de ser bombeada para o campo através de recursos humanos. Mais uma vez os campos deverão ser nivelados, antes que os pequenos brotos do viveiro sejam transplantados a mão, em molhos de seis ou sete pés. Uma vez assentados na terra, deve-se cuidar que o campo não seja invadido por ervas daninhas; espalham-se fertilizantes pelo campo: estrume humano e de ovelhas ou polpas de feijão soja, sendo os campos revolvidos mais uma vez. Durante todo o tempo, o arroz deverá ser cuidadosamente regado, o que envolve mais bombeamentos, tanto para trazer mais água aos campos como para retirar os excessos. Quando o arroz está maduro, deve ser cortado por meio de foice, enfeixado, debulhado (lançando-se as espigas contra uma caixa de madeira) e finalmente descascado.

nores de irrigação em um amplo sistema em forma de arco foi grandemente facilitada pelo estabelecimento de Governos autocráticos que coagiram pessoas a contribuir com o trabalho necessário. Comparações recentes de dados etnográficos sugerem que "a centralização da autoridade é uma resposta excepcional aos problemas da agricultura por irrigação". Ver René Millon, "Variations in Social Responses to the Practice of Irrigation Agriculture", em *Civilization in Desert Lands,* de Richard B. Woodbury, University of Utah, Department of Anthropology, Anthropological Papers N.° 62 (Salt Lake City: University of Utah Press, 1962), p. 87.

Gradeamento dos campos de arroz para a semeadura da primavera, na Província Szechuan. (Eastfoto, de Chen Chieh.)



Onde os montes encontram os vales, o trabalho nos arrozais pode ser combinado com o cultivo em terras não-irrigáveis. Nelas, o camponês pode cultivar sementes oleaginosas e talvez algodão. Nos declives dos morros podem-se plantar pés de amora, chá ou pimenta. Ao mesmo tempo, podem-se criar peixes em viveiros e lagos artificiais; muitas vezes, em conjunção com os campos irrigados de arroz, patos alimentam-se de plantas aquáticas e estas podem retornar ao campo como fertilizante.

Esse ecótipo caracteriza-se pela alta produtividade por unidade de terra e baixa produtividade por unidade de trabalho. Certo pedaço de terra, cultivado com esse tipo de trabalho manual intensivo, produzirá muito mais do que se fossem empregados métodos extensivos, mas absorverá quantidades excessivas de esforço humano, especialmente onde a cultura principal for arroz irrigado. Uma tamanha aplicação de trabalho será mais viável em áreas onde a terra é mais escassa e a mão-de-obra excessiva. A comparação entre o cultivo hidráulico e os ecótipos mais extensivos que aproveitam exclusivamente a umidade derivada da chuva se torna evidente quando expressa em termos de *dias-homem* (cada dia-homem envolvendo 10 horas de trabalho) dedicados à plantação e cultivo de um único acre. Assim, cultivadores paleotécnicos no Marrocos e na Argélia dedicam entre 18 e 24 dias-homem de trabalho para cada acre. Em Tepoztlán, no México, o cultivo com o arado envolve uma média de 19,4 dias-homem por acre; a cifra correspondente para o cultivo com enxada é de 57,9. Mas o cultivo hidráulico de arroz ascende a 90 dias-homem por acre no Japão e a 178,2 dias-homem por acre no Sudoeste da China. [9]

Se o cultivo hidráulico acarreta uma grande dose de trabalho, poderá também sustentar populações densas. Os arqueólogos estimam que a densidade demográfica do Oriente Próximo duplicou com o advento do cultivo hidráulico: a região neolítica de Jarmo nos montes Kurdos (datada de 6750 a.C. aproximadamente) tinha uma densidade demográfica aproximada de 25 habitantes por milha quadrada; a Mesopotâmia aluvional do sul — Suméria — de 2500 a.C. apresentava provavelmente uma densidade demográfica de 50 habitantes por milha quadrada. Ainda mais impressionantes são as cifras modernas de densidade, como as de regiões fortemente irrigadas do baixo Iansequião na China que tem 1.980 habitantes por milha quadrada, se comparadas com a média total chinesa de 254 habitantes por milha quadrada; ou os 5.000 habitantes por milha quadrada alcançados em algumas áreas do Centro-Norte de Java, se comparadas com a média indonésia de 155 habitantes por milha quadrada. [10] Notou-se a mesma capacidade de suportar uma pesada população em regiões sob cultivo hidráulico intensivo no México. Assim, avaliou-se que uma comunidade de 100 famílias com sistemas *swidden* do tipo encontrado nas terras baixas de Vera Cruz requereria 2.964 acres cultiváveis. Cem famílias vivendo sob condições de cultivo permanente de plantas hortícolas à base de sistema *swidden* (conforme nosso ecótipo de número cinco) requereriam 1.606 acres. O mesmo número de famílias com alguns campos sob rotação a curto prazo e irrigação de canal ocuparia 212 acres. Finalmente, a mesma comunidade em uma região completamente irrigada não requereria senão 91 acres para alimentar-se através de uma produção comercial e entre 148 e 173 para a forma combinada, subsistência e produção comercial. [11]

Mas podemos imaginar uma dosagem diferente na relação entre trabalho disponível, terra e época de crescimento. Suponhamos que o trabalho é escasso. O cultivo *swidden* pode ainda apresentar altos rendimentos por unidade de terra, mas com uma pequena força de trabalho a produção total estará também re-

---

9 Estatísticas tiradas de René Dumont, *Types of Rural Economy: Studies in World Agriculture* (Londres: Methuen and Co., 1957), pp. 181-190. Lewis, *Life in a Mexican Village*, p. 155; Fred Cottrell, *Energy and Society: The Relation between Energy, Social Change and Economic Development* (Nova York: McGraw-Hill, 1955), p. 138; Hsiao-Tung Fei e Chih-I Chang, *Earthbound China: A Study of Rural Economy in Yunnan* (Chicago: University of Chicago Press, 1945), p. 33.

10 Para estimativa de população pré-histórica, ver Robert J. Braidwood e Charles A. Reed, "The Achievement and Early Consequences of Food-Production: A Consideration of the Archaeological and Natural-Historical Evidence", *Cold Spring Harbor Symposia on Quantitative Biology*, XXII (1937), pp. 25-29. Os números sobre a população chinesa comparam a densidade na planície do Iansequião no tempo do primeiro trabalho de campo de Hsiao-Tung Fei em 1936 com as estimativas para a China em 1929. Os números para a Indonésia são de Clifford Geertz, *Agricultural Involution: The Processes of Ecological Change in Indonesia* (Berkeley: University of California Press, 1963), pp. 13, 33.

11 Angel Palerm, "The Agricultural Basis of Urban Civilization in Mesoamerica", em *Irrigation Civilizations: A Comparative Study*, de Julian H. Steward, Social Science Monographs I, Social Science Section, Department of Cultural Affairs (Washington, D. C.: Pan American Union, 1955), pp. 29-30.

duzida. Continuando, suponhamos agora que o ciclo anual de cultivo é impossível e que as condições climáticas impõem uma estação de crescimento tão curta que o esforço de trabalho terá de se concentrar num curto período de tempo. Nessas circunstâncias, a população de cultivadores aceitaria uma inovação que permitisse a um trabalhador estender a área de cultivo *e* concentrar seu esforço de trabalho em um período mais curto de tempo. Esse instrumento inovador é o arado a tração animal. O grande valor do animal de tração está no grau de energia que êle pode dispensar, permitindo ao homem arar uma área muito maior num período de tempo bem mais curto do que se fizesse sozinho essa tarefa. Se considerarmos o fato de que uma população dessas pode encontrar-se sob a pressão de governantes ou outras forças para produzir mais do que necessita para alimentar-se, torna-se ainda maior o atrativo da combinação de estocagem e cultivo. Sob tais circunstâncias, um homem com um arado estará apto a alimentar não somente a si próprio e sua família como outras famílias.

Fazendas Cerealíferas

Tais considerações sublinham a disseminação do terceiro ecótipo camponês paleotécnico, caracterizado pelo pousio de curta duração, no qual o complexo instrumental dominante utiliza o arado com tração animal. Temos visto que esse ecótipo está associado, no essencial, à produção de cereais. Nem o cultivo *swidden* nem o cultivo hidráulico faz uso extensivo de animais domésticos durante a plantação ou a colheita. Na fazenda cerealífera euro-asiática, entretanto, o cultivo está fortemente associado à criação do gado. Grandes animais de trabalho puxam o arado e a grade; também contribuem com adubo para os campos e ajudam na debulha. Além disso, fornecem carne e leite, couro e lã e podem ainda ser montados ou atrelados a carroças e charretes.

O uso de animais domesticados na agricultura, tais como os bois ou cavalos, aumentou grandemente a energia mecânica disponível para aqueles que estão em condições de atrelá-los a arados ou outros instrumentos. A função do boi ou do cavalo, nesse particular, corresponde à de uma máquina orgânica. "O trabalho animal", diz Pfeiffer, é "o autêntico antecessor da máquina moderna. Na verdade, a agricultura do arado continha um germe para a futura tecnologia, pois a utilização da força animal seria aplicada, com o tempo, a outros instrumentos de semear e colher. A conseqüência disso foi que áreas maiores puderam ser conquistadas. O método foi particularmente adaptado a sementes, que eram lançadas a mão." [12]



Camponês arando sob a orientação de um supervisor. (Rodericus Zamorensis, Spiegel des menschlichen Lebens (Espelho da Vida Humana), *edição de Ausburgo, Peter Berger, 23 de agôsto de 1488.)*

Vimos que esse ecótipo foi experimentado de forma favorável especialmente em terras caracterizadas pela escassez de trabalho agrícola. Na agricultura, as condições de escassez de trabalho podem ser de dois tipos: ou absoluta, porque a população total é pequena, ou relativa, porque, apesar de a população ser grande, somente uma fração está voltada para o cultivo agrícola. Onde a escassez de trabalho é apenas relativa, não será por isso menos real, porque as pressões sociais existem para obrigar alguns homens a produzir excedentes de aluguel de tan-

[12] Gottfried Pfeiffer, "The Quality of Peasant Living in Central Europe", em *Mans's Role in Changing the Face of the Earth,* p. 250.

tas terras quantas estiverem disponíveis, para poder alimentar quantos não-cultivadores forem necessários. Podemos presumir que tais condições existiram nas regiões densamente povoadas do Oriente Próximo e do Mediterrâneo, onde encontramos os primeiros vestígios da existência do arado de tração: Mesopotâmia, Egito e Chipre, antes de 3400 a.C. O montante da produção agrícola nessas regiões foi conseguido através do cultivo hidráulico nos vales irrigados pelo Nilo, Tigre e Eufrates. Mesmo Roma, em seu apogeu, sugou do Egito e África do Norte os excedentes que a alimentavam. Houve ainda muitas áreas onde o cultivo hidráulico foi impraticável, mas onde o cultivo tendo por base a queda da chuva tornou-se perfeitamente praticável com o auxílio do arado de tração, por condições de escassez relativa de trabalho.

A necessidade de tal instrumento provou-se igualmente grande, ou até maior, nas áreas de baixa densidade absoluta de população com uma curta estação de crescimento, ainda que com áreas de terra relativamente abundantes. Uma região desse tipo era a Europa transalpina, onde no início da Idade Média as densidades demográficas eram ainda espantosamente baixas. Por volta de 500 d.C., provavelmente não existiam de cinco a treze pessoas por milha quadrada, mesmo em áreas favorecidas. A Inglaterra, em 1086, tinha uma densidade de somente 30 pessoas por milha quadrada; em 1377 havia ascendido a 52 aproximadamente. A Holanda foi, no fim da Idade Média, uma das regiões mais densamente povoadas da Europa: em 1514 a densidade demográfica passou a 96 por milha quadrada. Em outros lugares, os índices permaneceram muito abaixo: a Suíça tinha 36 habitantes por milha quadrada em 1479, o Tirol 39 em 1604.[13] Em um ou outro lugar, as condições locais podiam impedir a disseminação do arado de tração. Na Escócia e na Irlanda, por exemplo, o "arado-de-pé", o "arado-de-ombro" e a pá demonstraram freqüentemente maior eficiência nas encostas rochosas do que o arado a tração. Em outros lugares, as condições locais favoreciam a introdução de novos arados, especialmente quando os terrenos podiam ser conquistados para o cultivo, depois de terem permanecido impermeáveis à ação da enxada e da escavadeira.

[13] Abel, *Geschichte der deutschen Landwirtschaft*, pp. 13-17; Bernard Hendrik Slicher Van Bath, *The Agrarian History of Western Europe: A. D. 500-1850* (Londres: Edward Arnold Ltd., 1963), pp. 81-82.

Esse terceiro ecótipo paleotécnico de maior importância — ou seja, o cultivo com um arado de tração animal, combinado com pousio de curta duração — desenvolveu-se e tomou duas variantes principais, que são o ecótipo mediterrâneo e o ecótipo continental (transalpino).

ECÓTIPO MEDITERRÂNEO A região européia do Mediterrâneo é em essência um conjunto de terras secas, cercando-o a leste e ao sul, mas favorecido com uma distribuição de quedas de chuva levemente diferentes. Os verões são quentes e secos, ainda que a chuva caia durante os invernos moderados. Em conseqüência, a camada original de vegetação que cobre a superfície da área é uma floresta folhuda caracterizada por carvalhos e castanheiros. As culturas que dependem da queda da chuva são geralmente plantadas no outono e colhidas na primavera. A terra está dividida em dois campos, cada um deles usado alternadamente para cultivo e pasto de gado. O aparelho agrícola característico é o arado ou *ard*, o *aratrum* romano. É a mais antiga forma de arado conhecida, tendo permanecido praticamente a mesma, nas regiões em que ainda é usado. É essencialmente um pau retorcido. O lavrador toma uma extremidade, enquanto a outra é coberta de metal; o arado é puxado por um par de animais de tração, geralmente bois. É leve e facilmente transportável; é barato de se fazer e fácil de se consertar. O *ard* é especialmente adaptado para terrenos leves e friáveis, onde o problema capital é evitar que a umidade se eleve até a superfície por atração capilar. Onde um arado mais pesado poderia danificar as capilaridades e expor a água à evaporação durante a estiagem do verão, o *ard* apenas arranha o solo, mantendo intacto o sistema capilar. Os campos são arados, repetindo-se depois a mesma operação num sentido transversal, e assim por diante, muitas vezes. Em conseqüência, adquirem uma feição quadriculada. Tal forma de tratar o campo, como já vimos, está associada à criação de algum gado, geralmente em pequeno número; as cabras que podem sobreviver na terra marginal, varrida e seca, são características. Além disso, podem-se cultivar arbustos, tais como oliveiras e nozes pistácia, e as videiras podem ser preparadas para produzir uvas adequadas para o vinho.

Essa propensão para suplementar a produção básica de cereais com culturas especializadas pode prover a base, em muitas regiões do Mediterrâneo, para o desenvolvimento de um ecó-

tipo camponês neotécnico que opera para prover os grandes centros urbanos com produtos de horta e coleta, como veremos daqui a pouco. Tendo ocorrido cedo a comercialização de tais produtos, esta tendeu a converter o cultivador individual num agente econômico independente. O impulso também é reforçado pelo fato de que nem o cultivo com o *ard* nem algumas das atividades associadas requerem uma unidade de trabalho cooperativo maior do que o grupo doméstico individual, um aspecto que se coloca em marcante contraste em relação ao quadro apresentado pelo cultivo na Europa transalpina, onde o instrumento dominante é o arado aperfeiçoado do norte — o arado rotativo, que os romanos chamavam de *caruca*.

É também importante recordar que, embora o ecótipo mediterrâneo represente uma adaptação especial para uma série de circunstâncias ambientais específicas, ele permaneceu restrito à Europa. A conquista do Novo Mundo pelos portugueses e espanhóis introduziu nas Américas o *ard* e os sistemas associados de cultivo e até hoje na América Latina os camponeses partem do padrão mediterrâneo original.

ECÓTIPO TRANSALPINO. A Europa transalpina, em contraste com a Europa meridional, caracteriza-se pelo alto índice pluviométrico, por contrastes marcantes entre inverno e verão e pelo desenvolvimento de uma camada florestal mista de coníferas e folhudas. Nesse caso, o leve *ard* mediterrâneo cedeu lugar ao pesado rotativo, capaz de cortar um sulco profundo no barro e na argila do norte, regados por chuvas mais fortes. O objetivo do lavrador não era evitar a evaporação de uma água escassa, mas conseguir uma drenagem adequada. Essa meta era consumada arando-se numa direção, cortando o solo e modelando estrias. O movimento era então invertido, resultando nos característicos campos longos e em faixas.

O arado era invariavelmente puxado por animais de tração. Dois eram suficientes para puxar o *ard* mediterrâneo, mas o pesado arado rotativo setentrional exigia uma quantidade maior de força animal. Geralmente, quatro ou seis bois eram atrelados originalmente ao arado; mais tarde, os cavalos substituíram os bois. Lavrar com o arado pesado implicava então o emprego de recursos animais que, na maior parte das vezes, estavam além da capacidade de um cultivador isolado. Como conseqüência, observou-se uma tendência de criação de alguns sistemas que permitiam uma partilha dos recursos animais, de acordo com a qual os vizinhos ou um senhor e seus súditos reuniam seus animais de tração para possibilitar a formação do grupo necessário para operar o arado.

Os animais de tração, além disso, deviam ser alimentados e cuidados, se se quisesse dispor deles estação após estação. Isso era um imperativo em regiões de invernos rigorosos, onde era necessário tomar providências para abrigar os animais durante o frio. A provisão de feno e outros alimentos converteu-se, assim, num acessório indispensável do cultivo com o arado, e o lavrador exigia não somente terra cultivável, mas também capinzais de onde poderia surgir a necessária alimentação dos animais. Onde a terra era escassa e precisava ser usada intensivamente, desenvolveu-se em conseqüência uma competição no uso da terra para a subsistência humana e animal.

O ecótipo transalpino operou a princípio com um ciclo de rotação de dois campos, os quais eram alternadamente utilizados para o cultivo e para o gado, do mesmo modo que no Mediterrâneo. Gradativamente, entretanto, desenvolveram-se modelos mais complexos de rotação de campo; estes deviam ser plantados em uma rotação de culturas com diferentes exigências em anos sucessivos. Os campos eram então ocupados para cultivo em um ciclo de curta duração bem delimitado. Eles eram geralmente cultivados uma vez por ano. As culturas variavam amplamente de acordo com as condições climáticas locais, sendo as áreas mais favoráveis reservadas para o trigo e as mais adversas para o centeio e a cevada, mais resistentes. Essa divisão era especialmente característica da Europa ocidental e da oriental. Uma linha correspondente à linha isotérica de janeiro, de zero grau centígrado, marca a divisa entre as regiões do leste que têm pelo menos um mês de ano gelado e as do oeste onde janeiro é normalmente verde. No leste, o trigo era raro, enquanto predominavam as culturas de clima frio ou culturas de estação de crescimento mais curta. Nesse caso, o centeio e a cevada eram as sementes mais importantes, suplementadas pelas batatas e milho, desde que as culturas indígenas da América foram difundidas mundialmente. Até o advento da segunda revolução agrícola no século XVIII, o sistema contava grandemente com as chuvas para o seu suprimento de água, e os fertilizantes eram espalhados pelos campos mais casual ou intermitentemente do que de forma sistemática. Apesar do uso do adubo ter-se desen-

volvido na Itália desde o século XIV, a Europa transalpina retardou-se no seu emprego. Portanto, esse ecótipo contrasta com os sistemas hidráulicos do leste não somente por estar muito mais dependente dos índices pluviométricos ou da tração animal do que dos suprimentos artificiais de água e de trabalho animal; mas também contrasta por sua habilidade em complementar o potencial natural do solo com fertilizantes humanos e animais.

Aqui, esse sistema se expandiu além das fronteiras do ambiente em que se estabeleceu inicialmente, em especial porque se tornou mais eficiente e adaptável pela adição de novos inventos e técnicas. Expandiu-se além dos mares e também dentro da grande região estépica da Ásia, onde por muito tempo competiu com o nomadismo pastoril. Nos pastos e estepes do leste, o pastoreio de enormes rebanhos de animais domésticos demonstrou na maior parte das vezes uma eficiência maior do que o cultivo do solo. Além disso, os pastores nômades constituíam durante muito tempo uma ameaça aos cultivadores sedentários, e a expansão permanente do cultivo na região só se deu com o controle militar dos pastores. Essa expansão foi trabalho dos russos, cujo movimento em direção ao leste, na Ásia, foi algumas vezes comparado ao movimento em direção a oeste, na América. No entanto, demorou muito mais. Os russos precisaram de uns 600 anos para alcançar os montes Urais, que dividiam a Europa da Ásia, e mais 100 anos para ganhar as praias do Pacífico. Entretanto, a expansão foi impulsionada mais por comerciantes de peles e exploradores de minérios do que pelos próprios cultivadores e foi somente neste século, sob a liderança comunista, que se realizou um esforço para a conquista da Sibéria para a agricultura, desta vez sob condições de tecnologia pós-camponesa.

Ecótipos Neotécnicos

Os ecótipos neotécnicos são, em larga escala, um resultado da segunda revolução agrícola, que teve suas origens na Europa e foi intimamente associada ao desenvolvimento da Revolução Industrial, principalmente durante o século XVIII. Isso não quer dizer que algumas características modernas, como a aplicação de corpos especiais do conhecimento e o desenvolvimento de culturas especializadas, não tenham ocorrido mais cedo ou em outros lugares. A horticultura do Mediterrâneo, por exemplo,

é um antigo modelo que prenunciou alguns dos modelos que se tornaram generalizados nos últimos 300 anos. Mas foi a Revolução Industrial, com suas novas fontes de energia e seus novos campos de conhecimento, que propiciou à nova agricultura seu ímpeto essencial.

Entre as principais conquistas dessa Segunda Revolução Agrícola estão:

1. O cultivo da terra arável por todo o ano, apoiado pelo desenvolvimento da rotação de culturas e o uso de fertilizantes. A rotação de culturas foi praticada em Flandres, no início do século XV, mas recebeu um grande impulso do sistema denominado Norfolk, a rotação sistemática em estações sucessivas de trigo, nabos, cevada e trevo no mesmo campo. Igualmente, o fertilizante era usado regularmente na Europa meridional por volta de 1400, mas a aplicação sistemática da Química aos problemas agrícolas foi introduzida pelo primeiro tratado de Química Agrícola publicado isoladamente (o *Agriculturae fundamenta chemica* de Johann Wallerius, na Suécia, em 1761). Aliados a esses esforços, estavam outros, voltados principalmente para o aperfeiçoamento da terra ou das culturas, através de novos sistemas de drenagem de terras alagadas e a conscienciosa erradicação de ervas daninhas.

2. Criação de plantas e animais. Embora os cavalos de guerra e as ovelhas viessem recebendo há muito tempo um cuidado especial, a criação sistemática foi estendida, a partir de então, a muitas variedades velhas e novas de sementes e animais. Fizeram-se estudos veterinários em base mais científica.

3. A introdução de culturas inteiramente novas, chegadas de outras regiões do mundo, e a crescente tendência a uma especialização regional de certas culturas.

4. A introdução de nova maquinaria, como a do arado móvel de ferro, puxado por dois cavalos, a máquina debulhadora movida por cavalos, a ceifadeira puxada por cavalo e a máquina de semear. Esses passos foram ainda mais revolucionados com a introdução da máquina a vapor na agricultura.

As novas técnicas instrumentais converteram-se também num estímulo às críticas aos sistemas tradicionais de domínio da terra e produziram novas idéias sobre a organização econômica da

agricultura, incluindo o tamanho ideal das propriedades. Sob a influência da industrialização, a agricultura foi racionalizada e transformada numa empresa econômica voltada primariamente para a extração do máximo de rendimentos e apenas secundariamente levando em conta a subsistência, a manutenção e as necessidades cerimoniais do campesinato. Em conseqüência, a introdução de métodos neotécnicos de cultivo condenou também o campesinato à regressão. Os camponeses adotaram muitas das inovações, mas não mais produziram a maioria dos aluguéis e lucros sobre os quais estava fundada a ordem social. Como resultado dessas mudanças, o camponês é agora freqüentemente solicitado a produzir culturas e produtos que ele não pode consumir, como o sisal para fazer cordas, ou pimenta para vitamina, e igualmente passou a confiar em especialistas que produzem alimentos em outras áreas. Ele tende cada vez mais a se tornar um especialista entre outros, com cada grupo produzindo bens e serviços a serem consumidos pelos outros. A característica desse ecótipo é a tendência para produzir culturas que não são necessariamente consumidas pelo próprio cultivador. Os produtos são encaminhados para a venda em um mercado, com os lucros assegurando ao camponês muitos de seus fundos tradicionais.

Os principais ecótipos camponeses neotécnicos são:

1. *Horticultura especializada,* caracterizada pela produção de hortas, pomares e vinhedos, em terrenos usados permanentemente. Esse ecótipo surgiu, primeiramente, na região mediterrânea, favorecido pela tendência a uma especialização regional ao longo das praias de um mar ligado pelo tráfego marítimo e teve sua continuidade histórica assegurada de 1000 a.C. em diante. Curiosamente, produziu também nos tempos romanos e medievais alguns dos primeiros escritos semicientíficos sobre o trabalho da lavoura, visando acima de tudo ao cultivo dos vinhedos e oliveiras. Atualmente, pode encontrar-se tal ecótipo dirigido por camponeses longe da região mediterrânea, ou seja, naquelas regiões onde se produzem culturas especiais, como as do Reno ou no vale do Ródano. E também ocorre na vizinhança de aldeias e cidades cujos habitantes são alimentados pelos camponeses com seus produtos hortícolas: o vale do México, onde os cultivadores camponeses suprem o centro da cidade com produtos hortícolas e flores, ou Yuts'un em Yunnan, onde os aldeões abastecem uma vila vizinha com verduras de 30 a 40 espécies diferentes.[14]

2. *Fazendas leiteiras,* uma especialização derivada do arado e do sistema de pousio de curta duração da Europa continental. Essas fazendas abastecem centros populosos da vizinhança com leite, manteiga e queijo. O leite fresco conserva-se durante uma noite apenas, mas há regiões camponesas que tiveram êxito nas remessas de produtos leiteiros para mais longe, desde o século XVIII. A Dinamarca, por exemplo, abastece de manteiga e leite a Inglaterra e agora, ocasionalmente, os Estados Unidos.

3. O ecótipo conhecido como "cultivo composto", no qual tanto o gado como a lavoura são destinados a fins comerciais. Esse tipo está intimamente ligado ao precedente e da mesma forma é resultado do ecótipo transalpino continental europeu. Uma designação melhor seria *criação de gado e culturas agrícolas equilibrados,* já que se cria e engorda gado para o mercado, vendem-se ocasionalmente produtos leiteiros, e cultiva-se para consumo e venda. O trigo cresce nas áreas mais favorecidas; ao centeio, aveia, batatas e beterraba doce são reservados climas mais inclementes. Êsse ecótipo é o que permanece mais próximo, na forma, aos modelos paleotécnicos tradicionais que lhe deram origem, mas funciona como uma empresa mais especializada, dentro de uma economia mais vasta com uma grande porção do rendimento total vendida no mercado.

4. Uma quarta série de ecótipos produz algumas das *culturas agrícolas dos trópicos,* como o café, cana-de-açúcar ou cacau. Esses artigos surgem também, ou principalmente, de plantações. Nessas áreas a vida do camponês está dominada pela cultura que se tornou estável no mercado local e freqüentemente sofre as vicissitudes das exigências desse mercado, sem suficientes recursos para equilibrar as receitas deficitárias com a produção de subsistência.

A Provisão de Bens e Serviços Complementares

O camponês não está ligado somente à agricultura. A agricultura poderá produzir as calorias de que um homem necessita,

[14] Fei e Chang, *Earthbound China,* p. 207.

mas ele tem também de se vestir, construir casa, fazer recipientes e manufaturar os instrumentos necessários à agricultura. Além disso, tantos os produtos agrícolas como os originados do gado devem sofrer um processo de transformação: as sementes são transformadas em pão, as azeitonas em azeite, o leite em manteiga, as peles dos animais em artigos de couro. Observando-se qualquer população camponesa, entretanto, precisamos primeiramente fazer perguntas sobre até que ponto a própria família do camponês se encarrega desses artesanatos necessários ou até que ponto ela passa a outros esses encargos, pagando-lhes em alimentos. Em segundo lugar, devemos perguntar até que ponto o camponês beneficia seus produtos ou se, ao contrário, entrega-os a um beneficiamento executado por especialistas. Devemos atentar para as maneiras pelas quais o campesinato adquire bens e serviços necessários não-produzidos por ele e que são complementares à sua produção. Estes padrões são obviamente uma função da divisão do trabalho dentro de uma sociedade mais ampla, e os mecanismos específicos que asseguram a troca dos frutos do cultivo com outras habilidades estão conseqüentemente ligados à escala e objetivos da divisão de trabalho da sociedade envolvente.

A situação mais simples — um caso limitado, tendo em vista sua enorme simplicidade — é aquela em que uma família camponesa produz a maior parte dos serviços agrícolas e especializados por ela mesma, com ligações mínimas com o exterior. Uma ilustração desse estado de coisas é fornecida pela *zadruga* da Eslávia meridional, antes da segunda metade do século XIX. Uma *zadruga* compreendia um número de famílias nucleares: o marido e a esposa, com sua respectiva prole; seu número total de membros oscilava em média entre 20 e 40. Os membros de uma *zadruga* eram geralmente parentes, mas freqüentemente eram incluídos membros adotados ou não-parentes. Tal unidade reivindicava direitos comuns sobre os campos, pomares, jardins, vinhedos, gado e pastos, bem como as lojas que trabalhavam com linho e cânhamo. Alimentos, remédios, abrigo, roupas e mobílias eram produzidos dentro dos limites da *zadruga*. Somente uma quantidade mínima de produtos, geralmente gado e suínos, era vendida para se obter sal e ferro para os instrumentos. A *zadruga* possuía e manuseava a totalidade de suas posses como uma unidade; os membros mantinham apenas os direitos de compartilhar. Paralelamente a essa propriedade comum *zadruga*, os

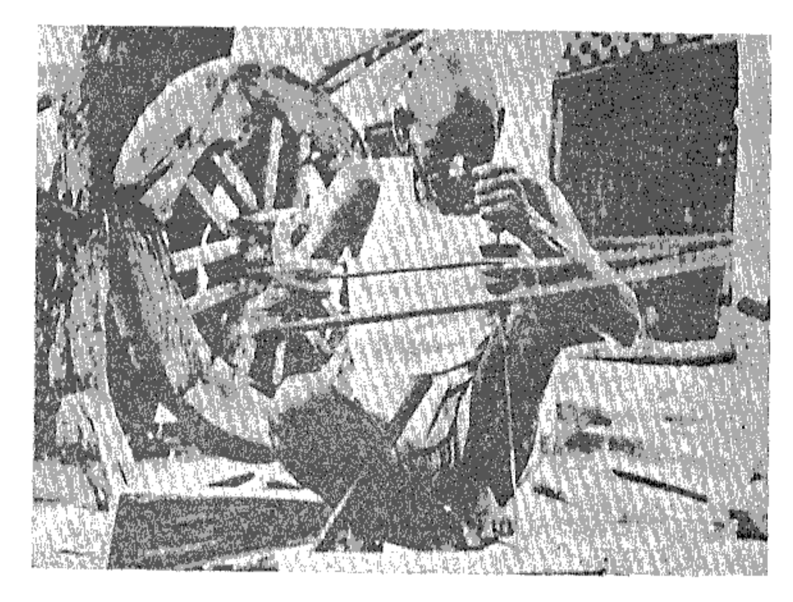
indivíduos mantinham também seus terrenos próprios que só podiam ser cultivados depois que tivessem contribuído com sua parcela para o bem-estar geral. Durante o século XIX, a obrigação de impostos, juntamente com o crescimento do mercado, mudou esse panorama. Exigências crescentes do coletor de impostos em dinheiro fizeram que as *zadrugas* principiassem a vender seus produtos a dinheiro, reforçando uma tendência à especialização em certos produtos que obtinham altos preços nos mercados. Ao mesmo tempo, à medida que se processava a especialização, os membros compravam cada vez mais outros bens e serviços, como roupas e parte dos alimentos que eles haviam anteriormente produzido para si próprios.[15]

O segundo tipo de mudança de relacionamento associada ao campesinato ocorreu dentro da comunidade. Exemplos dessa divisão de trabalho intracomunitária são fornecidos pela Índia e Europa medieval. As aldeias da Índia formam freqüentemente corporações nas quais as terras utilizáveis estão nas mãos de um grupo de cultivadores. Há, entretanto, muitas outras pessoas que vivem e trabalham nas aldeias. Na aldeia de Rampur, localizada a quinze milhas a oeste de Déli, com uma população de 1.100 pessoas distribuídas entre 150 famílias, 78 famílias pertencem ao grupo de casta *Jat* e possuem toda a terra da aldeia, incluindo os locais onde estão construídas as casas das outras castas. As outras famílias seguem uma variedade de ofícios.[16] Há sacerdotes, trabalhadores do couro, varredores, oleiros, carregadores de água, lavadores de roupa, carpinteiros, alfaiates, ferreiros ou negociantes. Esses especialistas estavam vinculados a determinadas famílias de cultivadores, para as quais desempenhavam seus serviços específicos. Por exemplo, um carpinteiro fazia e reparava arados, construía arreios para os arados e outras ferramentas para lavrar, assim como certos tipos específicos de móveis. A madeira era fornecida pelo cultivador. Por esses serviços, computados anualmente, o carpinteiro recebia uma quantidade estipulada de sementes. Em adição a essa renda anual garantida, o carpinteiro devia receber pagamento extra por ser-

---

15 A *zadruga* produziu extensa literatura. Ver, entre outros, Dinko Tomasic, *Personality and Culture in Eastern European Politics* (Nova York: George W. Stewart, 1948), pp. 149-166, 189-205.

16 Oscar Lewis e Victor Barnouw, "Caste and the Jajmani System in a North Indian Village", *The Scientific Monthly,* LXXXIII, n.° 2 (1956), pp. 66-81.



Um carpinteiro de uma aldeia preparando uma grade (agrícola) simples. (Foto cedida por cortesia da Agência do Desenvolvimento Internacional.)

viços não-habituais, como o fabrico de rodas, pranchas ou cabos das pedras de moer. Em troca, cada carpinteiro mantinha relações de intercâmbio com o barbeiro, o lavador e o oleiro, pagando a um trabalhador de couros e a um varredor da mesma forma pela qual havia sido pago pelo cultivador dominante. Entretanto, nessa aldeia, assim como em muitas outras, certas famílias executavam serviços para outros, serviços esses estabelecidos hereditariamente e pelos quais eram pagas em espécie ou sob as condições costumeiras. O sistema de serviços e direitos estipulados entre os cultivadores dominantes e os especialistas dependentes é chamado de sistema *jajmani;* o cultivador dominante é o *jajman* ou patrão do *kamin,* isto é, trabalhador que executava serviços em troca de sementes.

Uma situação análoga a dessa aldeia indiana caracteriza uma comunidade camponesa medieval na Europa. A comunidade continha não somente camponeses, mas também especialistas de tem-

po integral ou parcial, como moleiro, ferreiro, tropeiro, algumas vezes um sacerdote. Ao contrário da Índia, estes eram freqüentemente cultivadores durante uma parte do tempo, não sendo distinguidos do resto da população por graus diferentes de purezas e impurezas rituais. Analisados do ponto de vista da maneira pela qual os camponeses obtinham os serviços de outros especialistas, as comunidades camponesas indianas e da Europa medieval são semelhantes na manutenção de alguns especialistas dentro de suas fronteiras.

Vimos, além disso, que algumas (mas nem todas) relações entre os participantes do sistema são fixas. Existe na Índia e havia na Europa medieval uma área na qual o cultivador e o artesão tinham o direito de tomar decisões livres e independentes. O artesão indiano tem obrigações regulares com pessoas específicas, mas também executa serviços voluntários para essas outras. O vilão feudal tinha direitos e deveres a observar em relação a seu senhor, mas também contava com áreas de decisão dentro das quais esses direitos e deveres não interferiam.

Observemos outro sistema de troca entre camponeses, que envolva encontros periódicos em um mercado. Um mercado reúne uma série de comunidades que estão espalhadas em torno dele de maneira periférica, como os planetas do sistema solar em torno do Sol. Cada uma dessas comunidades pode ter sua própria especialidade econômica. Geralmente, a base principal da maioria das comunidades é alguma forma de cultivo, e a especialidade econômica é sustentada por pessoas que cultivam parte do tempo e também constroem recipientes, tecem roupas, fabricam telhas e trabalham com o couro. Um pequeno número de comunidades pode, na verdade, especializar-se quase inteiramente na produção de um artesanato específico. Periodicamente, as pessoas chegadas de várias comunidades encontram-se no mercado e trocam os frutos de seu trabalho. Fora dele, cada uma dessas comunidades tem vida própria, mantendo seu corpo de tradições e costumes; olham-se como estranhos, como membros de *out-group,* em agudo contraste com seu próprio *in-group.* Mas o mercado periódico une esses grupos estanques, colocando, em certa medida, cada qual dependente das atividades de outro. Apesar de as comunidades formarem corpos independentes fora do mercado, na rede de trocas cada comunidade é uma seção, e o ato da troca remete cada seção a todas as outras: são chamados por isso de *mercados secionais.*

Eles aparecem, por exemplo, nas montanhas da América Central (México e Guatemala), nos altos Andes, na África Ocidental e em regiões da Indonésia como Java. Se compararmos esses mercados à aldeia da Índia, discutida anteriormente, diríamos que na Índia as relações de troca estão sendo levadas a efeito entre seções ainda independentes, operando dentro da mesma comunidade, mas que nos mercados secionais os segmentos estão dispersos geograficamente, cada um organizado dentro de uma comunidade separada. Onde as relações entre o camponês e o especialista na Índia são estabelecidas a partir de muitos laços entre duas pessoas, patrão e dependente, *jajman* e *kamin*, nos mercados secionais as relações são estabelecidas à base de um único interesse singular. A relação está confinada ao ato específico de troca entre dois componentes que, em outras circunstâncias, permaneceriam estranhos um ao outro. Por um breve momento, as esferas de vida de dois indivíduos se tocam, mas a relação é tangencial. Esse tangenciamento é incentivado pelo uso do dinheiro, e cada participante da troca é um agente autônomo, tendo em vista o outro. Um tecelão vem ao mercado e vende roupas; então, deseja comprar potes. Irá ao local onde os oleiros, oriundos de uma aldeia especializada em olaria, exibem seus artigos; pode escolher em comprar seu vaso de João, José ou Pedro, dependendo da qualidade e preço dos bens oferecidos. Os preços não são completamente livres nem completamente estabelecidos: existem certos limites para cada produto, mas dentro deles pode haver certa flutuação.

Essa liberdade de escolha dentro de contornos delimitados lembra-nos a aldeia indiana, com suas obrigações estabelecidas para cada seção dessa aldeia. Existem "obrigações" sociais similares para cada seção participante do mercado secional. Uma vez que as várias seções dependem umas das outras para os produtos artesanais, eles não podem mudar da fabricação de um produto para outro para elevar ao máximo a possibilidade de lucro. A interdependência os força a persistir em suas especialidades durante um tempo prolongado. Mas justamente como o trabalhador especializado na aldeia indiana tinha certa liberdade além das suas obrigações estabelecidas, assim os participantes do mercado secional, uma vez cumpridas suas obrigações pelo oferecimento mútuo de suas especialidades, estão livres para agir por conta própria, para tomar decisões acerca de quanto oferecer e

quanto comprar e para variar os preços e qualidades dentro de uma faixa tolerável ao sistema de trocas como um todo.

Existe outra espécie de mercado camponês que não depende da ação recíproca de monopólios habituais em um sistema regional fechado. Para contrastar com esse tipo de mercado secional que acabamos de discutir, chamaremos essa espécie de entrelaçamento ou *mercado em rede*. Tomamos emprestado o conceito de rede de John A. Barnes, que o aplicou às relações sociais encontradas numa comunidade pesqueira da Noruega.[17] Lá não existem grupos sociais de parentes, de caráter duradouro, estabelecidos em torno de descendência de um antepassado comum. Cada indivíduo, evidentemente, tem parentes, mas, como em nossa sociedade, cada indivíduo tem uma série diferente de parentes. Cada indivíduo também tem um conjunto diferente de amigos e vizinhos. Barnes fala de cada pessoa como sendo unida a outras através de uma rede. A rede "é um conjunto de pontos, alguns dos quais ajuntados por linhas. Os pontos nessa imagem são as pessoas ou, algumas vezes, grupos, e as linhas indicam que as pessoas estão interagindo... Uma rede desse tipo não possui limites externos nem divisões internas bem delimitadas, pois cada pessoa se vê como o centro de um conjunto de amigos". Estamos nesse caso lidando não exatamente com parentes, amigos ou vizinhos, mas com produtores e consumidores, unidos pela troca econômica. Em nossa imagem, os pontos da rede são agentes econômicos, e as linhas que os unem são os laços da troca econômica. Enquanto os laços de parentesco, amizade ou vizinhança são de tipo duradouro — ou seja, permanecem ao menos por uma parte substancial da vida de um indivíduo — os laços econômicos de que falamos são provavelmente apenas temporários. Um homem pode oferecer seus porcos a B para venda numa semana, mas a D, F ou Z por várias semanas.

Os laços econômicos representados por nossa imagem de mercado em rede são bem mais variáveis que os formados por uma rede de parentesco ou amizade. Numa rede de parentesco, os laços são entre duas pessoas específicas e são relativamente exclusivos. O seu tio é o *seu* tio, o seu amigo é o seu *amigo*. Mas os laços de mercado em rede são inerentemente sujeitos ao ingresso de terceiros: outros produtores, intermediários ou con-

[17] John A. Barnes, "Class and Committees in a Norwegian Island Parish", *Human Relations*, VII, N.º 1 (1954), pp. 39-58.

sumidores; o homem que vende num mercado em rede é amigo *de todos* (ou inimigo). Afetivamente, a relação é bastante neutra. Além disso, está sujeita a infinitas complicações.

Um simples mercado em rede pode existir onde um camponês vende porcos, outro, suéteres de lá, um terceiro, pregos para botas, um quarto, limas; e depois o vendedor de porcos compra lima, o vendedor de suéteres de lã adquire pregos. E, como dissemos, as relações estão sempre sujeitas à entrada de terceiros e por esse motivo são sempre capazes de se tornarem cada vez mais complexas. Cada vez mais intermediários e transformadores, processando este ou aquele produto, podem intervir entre os produtores primários. Nem sequer a circulação necessária de produto e dinheiro permaneceu confinada em seu *habitat* original, entre os produtores primários. O café cultivado na Colômbia pode provocar a falência de um escritório em Ann Arbor, em Michigan; a manteiga e o queijo produzidos nas fazendas dinamarquesas podem compor um café da manhã na Inglaterra; machados construídos em Connecticut podem ser vendidos em lojas em Papantla, na costa do golfo do México; a aspirina alemã pode curar uma dor de cabeça na Indonésia. Potencialmente, essas cadeias de troca envolvem não somente um número crescente de intermediários, mas também adicionam ao movimento "horizontal" de bens e serviços entre membros de uma população camponesa laços "verticais" cada vez mais complexos, através dos quais os bens passam do campo às vilas, das vilas às cidades do interior, das cidades aos portos de mar, dos portos de mar aos mercados do outro lado do oceano. Colocado o problema de outra forma, as trocas em um mercado local dos bens produzidos também localmente formam apenas um pequeno setor das trocas no mercado regional; as trocas regionais são apenas uma pequena amostra da rede nacional de troca e esta é uma pequena parcela dos mercados internacionais. O camponês pode então encontrar-se lidando não apenas com um grande número de intermediários e beneficiadores, mas envolvendo-se em um sistema de mercado com vários níveis, de dimensões cada vez mais avantajadas. Além disso, o camponês envolvido em tais sistemas mais dilatados pode descobrir que os preços não são mais regulados pelos costumes e exigências locais, determinados pelas relações pluridimensionadas de seu mundo local, mas pelas exigências sempre maiores de procura e estoque que ele poderá não compreender completamente e que certamente não controla.

No mercado secional, o que os vários produtores trazem é determinado pelos monopólios tradicionais das comunidades a que pertencem. Um homem nascido numa aldeia de oleiros deverá ter um sentido aguçado de qual é o valor de seu produto; mas ele fabrica potes porque nasceu entre oleiros e compra pimenta das mãos de um homem que nasceu entre plantadores de pimenta. No mercado aberto em rede, entretanto, não há uma predição *a priori* de quem venderá potes e quem venderá pimenta. A oferta de pimenta e potes, assim como a de artigos de couro e suéteres de lã, não é mais uma questão de monopólios tradicionais e relações entre eles; está sujeita à decisão individual. Um homem pode vender potes numa estação, pimenta de sua horta na outra, suéteres de lã que as mulheres de sua família tricotaram durante o inverno. Onde o camponês introduz-se em um sistema de mercado aberto em rede, ele participa de algo em que as decisões de produzir não são adiantadas, mas sujeitas às flutuações que podem favorecer um produto agora e depois outros. O conjunto de potes ou suéteres de lã na economia total é o resultado do agregado de muitas decisões individuais separadas. Num mercado aberto em rede desse tipo, o que é produzido e quanto, e o que é comprado e a que preço, é determinado em última instância por preços relativos dos produtos. Se a demanda de potes está alta, produzir-se-ão mais potes. Se a demanda de potes sobrepujou a de suéteres de lã, produzir-se-ão mais potes que suéteres de lã.

Entretanto — e isso é uma restrição importante — há compreensões elaboradas dentro do modo de vida camponês, para limitar a capacidade de participar de maneira flexível de um mercado que determina preços como este. Se ele opera dentro de um sistema paleotécnico no qual se alimenta de parte do que produz, continuará produzindo para subsistência apesar de outros tipos de determinantes que apareçam no mercado. Supondo, porém, que ele opere dentro de um sistema neotécnico que faz que ele produza comercialmente, se não puder mudar prontamente de café para tabaco, por exemplo, porque fazendo isso perde consideravelmente ao derrubar os pés de café que representam um investimento a longo prazo, ou existindo acordo de mercado para café, mas não para abacates, ele continuará a produzir e a perder com o café, a despeito do preço decrescente deste no mercado mais amplo e o preço ascendente do abacate ou do tabaco no mesmo mercado. Apesar de o mercado aberto em rede

exigir respostas contìnuamente flexíveis de seus membros, a resposta do camponês não está apta a ser elástica.

Além disso, a posição camponesa é determinada não sòmente por essa relativa falta de flexibilidade em ajustar sua produção às mudanças de preços, mas também pelas relações cambiantes que os preços de seu produto conseguem em relação aos também oscilantes preços dos demais produtos. Essa regra funciona dentro de sua órbita regional imediata e, de forma mais importante, num mercado mais amplo que em outras regiões e áreas mundiais que lidam com produtos específicos do camponês. Essas relações de preço mudarão com o tempo, causando freqüentemente uma lacuna entre o preço do produto agrícola que o camponês vende e os outros produtos e serviços que êle precisa adquirir. Êsse "desencontro de preços" afeta ìntimamente a posição econômica do campesinato. Existem certamente períodos de prolongado declínio nos preços agrícolas, quando certa quantidade de produtos interessa cada vez menos aos bens industriais e ao trabalho agrícola. Um período em que houve queda permanente no preço dos produtos foi por exemplo aquêle entre 1350 e 1500 na Europa do fim da Idade Média. Essa queda foi acompanhada pelo declínio do preço das terras e da renda dos aluguéis, diminuindo a receita dos senhores. Em algumas regiões, como era de esperar, êsse desenvolvimento provocou tentativas de aumentos dos encargos do campesinato, com a finalidade de levantar ao máximo os lucros, enquanto em outras regiões os patrões dos camponeses procuraram aliviar os encargos para tentar, assim, mantê-los na terra e estancar a migração legal e ilegal. Tais condições mudaram marcadamente com o tempo. Assim, uma propriedade camponesa da Silésia que em 1500 tinha um grande *deficit* pôde, 300 anos mais tarde, apresentar claros excedentes. [18]

Na medida em que o setor camponês se torna firmemente comprometido com o comércio através dos mercados em rêde e cresce cada vez mais dependente dos preços estabelecidos nesses mercados, êle também será afetado pelas pequenas mudanças de preço. Isso pode ter implicações espantosas para a economia de um país como um todo. Calculou-se, por exemplo, que no mundo moderno uma mudança de apenas cinco por cento nos preços médios de exportação para os produtos primários, incluindo os

[18] Abel, *Geschichte der deutschen Landwirtschaft*, pp. 133-134.

produtos agrícolas dos chamados países subdesenvolvidos, seria aproximadamente equivalente ao influxo anual, nesses países, do capital público e privado e da subvenção governamental conjugados. Nas décadas recentes, as flutuações de preço têm sido freqüentemente muito maiores que cinco por cento, causando então sérios deslocamentos econômicos entre o campesinato, assim como na sociedade mais ampla, dessa maneira afetada.

Igualmente importantes são os pequenos ciclos de preços em declínio. Tais ciclos podem caracterizar o ano agrícola. Camponeses pobres podem agravar suas necessidades depois de passarem um ano em que foram forçados a vender a qualquer preço. Êles não possuem o "poder de recusa". Freqüentemente êles não podem, como os camponeses ricos, esperar pelo tempo em que os preços poderão ser mais vantajosos. Conseqüentemente,

Lugar de mercado (feira) semanal no Equador. Tais mercados (feiras) ligam as unidades familiares dos camponeses com os sistemas econômicos da nação e do mundo. (Foto cedida por cortesia das Nações Unidas.)



êsses mesmos indivíduos podem ser obrigados a comprar produtos semelhantes aos que venderam com a finalidade de ampliar seus magros excedentes, geralmente por preços mais altos. Hsiao-Tung Fei deu-nos um exemplo de uma aldeia no Leste da China durante os anos 30, [19] onde os aldeões que tinham vendido seu arroz antecipadamente pediam emprestado ao mercador do produto, sob promessa de pagar com juros quando terminasse a colheita do cereal. O preço de mercado do arroz era de 2,30 dólares por alqueire. O arroz tomado de empréstimo deveria ser restituído por um preço de 4 dólares por alqueire. Igualmente, alguém que estivesse com pouco dinheiro em outubro poderia tomar dinheiro emprestado na proporção de um dólar emprestado para 80 quilos de fôlhas de amoreira (que são usadas para alimentar o bicho-da-sêda durante o processo de produção do fio). Durante a época da colheita, entretanto, 80 quilos de fôlhas de amoreira valiam três dólares e o empréstimo acabava assim por estar triplicado na restituição, num sistema apropriadamente intitulado de "dinheiro vivo das amoreiras".

Paralelamente às suas aspirações de consumo, tais exigências podem compelir o camponês a transformar algumas habilidades que possua em ocupação parcial, capaz de lhe conseguir algum dinheiro ou para integrar alguma especialidade em seu ciclo agrícola. Ainda que seja limitada sua capacidade de produzir algo nôvo, a capacidade de dispor do seu tempo de trabalho excedente tem maior flexibilidade. Assim, os camponeses de Kaihsienkung, no Leste da China, não só cultivavam arroz como também bichos-da-sêda, com a finalidade de manufaturar os seus fios para o mercado. Fei descreveu o papel dêsse artesanato suplementar na vida da aldeia. A posse média de terra era de mais ou menos 8,5 *mow* (1 acre equivale aproximadamente a 7,9 *mow*). Com cada *mow* produzindo seis alqueires de arroz num ano normal, o produto total do cultivo médio seria de 51 alqueires. As famílias médias requeriam 42 alqueires para seu próprio consumo, deixando nove alqueires para vender por dinheiro. Com os preços de mercado na época da colheita em tôrno de 2,5 dólares por alqueire, êsse excedente renderia por volta de 22 dólares. Mas o grupo doméstico requeria pelo menos 200 dólares para cobrir suas despesas correntes.

[19] Hsiao-Tung Fei, *Peasant Life in China* (Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner and Co., 1939), pp. 276-277.

"É evidente que a vida não poderia ser sustentada sòmente pela agricultura." [20]

Buscando uma solução, o próprio cultivador podia cuidar da lavoura, enquanto sua espôsa se tornaria comerciante, viajando muito com a tarefa de comprar e vender pequenas quantidades de produtos, como ocorre na Jamaica e no Haiti. Ou então a família do camponês poderia começar a vender parte de sua fôrça de trabalho para obter salários. Os índios da Guatemala e dos Altos Andes descem à costa em migrações anuais, justamente como os *aneilipimen* e *aneilipiwomen* do século XIII na Inglaterra, que cruzavam todo o país em busca de trabalho na época da colheita. [21] Outra solução é a permanência de alguns membros do sexo masculino da família camponesa na fazenda, enquanto filhos e filhas aptos saem para trabalhar por salários que trazem de volta e contribuem para o fundo comum de sua casa, como aconteceu com o trabalho migratório sazonal da Rússia pré-revolucionária, com os *otkhodnichestvo*. Um estudo soviético recente de Viriatino, uma grande aldeia russa localizada a 200 milhas a sudeste de Moscou, demonstra que tanto a grande família unificada como o padrão de emigração sazonal persistiram sob a administração soviética. [22] Assim, o camponês pode encontrar-se não sòmente como participante de um mercado de produtos, mas também de um mercado no qual o artigo trocado por dinheiro é o seu trabalho.

Portanto, quando o camponês se envolve em mercados em rêde, êle pode ter de confrontar-se com uma proliferação de artesãos e vendedores intermediários especializados ou serviços comerciais com os quais êle deve competir não só econômica como socialmente. Os participantes do mercado secional discutido acima enfrentam êsse problema por exclusão social, colocando todos os diferentes especialistas como estranhos e inimigos potenciais. Todos são membros de grupos, e o relacionamento social pode ser regulado de acôrdo com o grupo; em têrmos sociológicos, alguns são membros do *in-group*, outros são membros

[20] Fei, *Peasant Life*, p. 202.

[21] George C. Homans, *English Villagers of the Thirteenth Century* (Nova York: Russell and Russell, 1960), p. 136.

[22] Stephen P. Dunn e Ethel Dunn, "The Great Russian Peasant: Culture Change or Cultural Development?", *Ethnology*, II, N.º 3 (1963), pp. 320-328.

de *out-groups*. O grupo a que o camponês pertence é o seu grupo positivo de referência; o *out-group* é um grupo de referência negativo, com o qual êle não terá mais do que as relações ditadas pelo mercado.

O participante de um mercado em rêde, entretanto, deve confrontar-se com o fato de que qualquer outro participante, camponês ou não, pode desempenhar um papel potencialmente benéfico ou extorsivo. O camponês permanece como tal no núcleo de uma série de círculos concêntricos, cada círculo apresentando especialistas com os quais êle troca cada vez menos experiências e chega cada vez menos a entendimentos comuns. Isso pode ser entendido de outro modo: há os que estão próximos a êle, igualmente camponeses, cujos estímulos e interêsses são compreendidos e compartilhados, mesmo quando suas relações não são inteiramente tangenciais. Êles constituem o que chamam de "nós outros", na expressão italiana, ou *nosotros los pobres,* no modo de falar dos mexicanos. Êstes não formam um grupo caracterizado por relacionamentos sociais duradouros, mas uma categoria de pessoas na qual são possíveis a interação e o entendimento à base de premissas comuns. Essa é a categoria de referência positiva do camponês. Com as pessoas que se enquadram nessa categoria, os relacionamentos eqüitativos são possíveis. Cada um poderá procurar sua vantagem pessoal, mas terá ciência dos estreitos limites em que se deve manter para evitar a ameaça de rompimentos de relacionamentos de fato ou potenciais. É essa equivalência de interêsses na categoria de referência que torna possível por exemplo as relações simpáticas e personificadas entre *pratik* (comprador e vendedor preferenciais) nos mercados femininos do Haiti. Ali os relacionamentos dos *pratik* ligam produtor e intermediário, intermediário e intermediário ou ainda intermediário e consumidor. Êles facilitam as transações de compra e venda, de emprestar e tomar emprestado; influem no desconto de preços e na concessão de um "pequeno extra" na transação. [28] Tal categoria de referência pode também incluir artesãos que, como o camponês, fazem da produção de pequenos artigos o seu meio de sobrevivência. O ferreiro da aldeia, o sapateiro, o escrivão, ainda não estão a tal ponto afastados da experiência de vida do camponês que lhe pareçam gente de fora ou estranhos.

[28] Sidney W. Mintz, "*Pratik*: Haitian Personal Economic Relationships", em *Symposium*: *Patterns of Land Utilization an Other Papers, proceedings of the 1961 Annual Spring Meeting of the American Ethnological Society,* de Viola E. Garfield (Seattle: American Ethnological Society, 1961), pp. 54-63.

Caracteristicamente, entretanto, há uma mudança de atitudes quando o camponês se defronta com pessoas que têm um direito de retenção sôbre seu excedente de aluguel, ou sôbre seu excedente de lucro: o negociante, o coletor de impostos, o gerente de um sistema de comércio externo que arrenda objetos artesanais das aldeias e coleta os bens produzidos, o contratador de trabalho que vasculha o campo em busca de homens aptos ao serviço. Não sòmente essa gente representa uma ameaça de fato ou potencial, em seu esfôrço de equilibrar os vários fundos que tornam sua existência possível, mas também são pessoas que se aproximaram e estabeleceram laços baseados num interêsse exclusivamente econômico e social, geralmente motivado pelo desejo de lucro. Os interêsses econômicos são diretamente antagônicos, não sendo amenizados por envolvimentos mais pessoais. A distância social é reforçada pela ausência de experiências conjuntas. Onde encontramos camponeses envolvidos em mercados em rêde, encontramos também o mercador e o lojista olhados como estranhos, mesmo que residam na aldeia. Êles pertencem à categoria de referência negativa do camponês.

Pelo fato concreto de que o camponês constitui uma parte integrante de uma sociedade mais vasta, as formas de troca camponesa raramente são autônomas e podem coexistir com outras formas de troca. O sistema *jajmani* da comunidade camponesa indiana coexistiu com um comércio de longa distância patrocinado pelos governantes, enquanto as modestas trocas das aldeias indígenas da América Central de hoje coexistem com transações que vinculam seus mercados secionais aos mercados mais vastos, nacionais e internacionais. Quando visitamos um mercado indígena no México, por exemplo, além dos aldeões sentados em fileiras de acôrdo com o gênero de artigo que estão oferecendo, esperando pacientemente seus compradores, vemos mercadores viajantes que pechincham produtos indígenas ou industriais manufaturados fora do mercado secional. Em tais situações, entretanto, a comunidade permanece bem definida e integrada, e podemos representar o sistema de mercado como uma série de camadas umas sôbre as outras. Nesse caso, o mercado em rêde mais vasto afeta os arranjos locais de troca, mas não logra dissolvê-los completamente.

A Disposição dos Excedentes Camponeses

Onde o sistema de mercado veio a dominar a sociedade como um todo, dissolveu-se também o grupo de monopólios que havia no âmbito local, desde que estivessem corporificados em relações patrão-empregado ou nos arranjos sustentados dentro do mercado secional. Nesse caso, encontramos o sistema de mercado penetrando na comunidade e transformando todas as relações em relações de um único interesse de indivíduos que possuem bens para vender. Em tais circunstâncias, o comércio camponês ainda não se assemelha, em escala e dimensões, às transações comerciais conhecidas nos países industriais do mundo. As razões para isso repousam, como vimos acima, na capacidade produtiva limitada do camponês, no seu poder limitado de compra, na sua tentativa de manter imóveis as influências do mercado. Contudo, tais locais de encontro para troca comercial efetivamente ligam o camponês às atividades de uma ordem mais ampla, ao mesmo tempo facilitando suas necessidades de troca e ameaçando seu equilíbrio social e econômico. Notamos que quando as providências para troca de artigos se tornam parte de um *sistema* de mercado, este não afeta apenas os produtos do camponês e os bens de serviços de que ele pode dispor com sua produção, mas também os seus fatores de produção. O mercado pode fixar os preços não só de recipientes, relhas de arado e batatas, mas também da terra e do trabalho, os dois fatores que lhe conferem certa autonomia num contexto de relacionamentos assimétricos. Isso quer dizer que o mercado pode vir a afetar não somente os fundos de lucro do camponês, mas também seu fundo de aluguel e, através de ambos, seu precário equilíbrio entre os fundos de subsistência, manutenção e cerimonial. Para compreender tudo isso mais claramente, devemos voltar à discussão das várias maneiras pelas quais os excedentes camponeses são transferidos para outros segmentos da população que mantêm direitos de retenção sobre eles.

Se tivéssemos observado, por exemplo, aldeias no século XVIII em Oudh, na Índia,[24] teríamos visto como em cada aldeia a terra era mantida por um grupo de cultivadores-senhores-de-terra. Cada grupo como este, por sua vez, fazia parte da jurisdição de um senhor político, um *rajá*. O sistema de tributação dos lucros de uma aldeia através de impostos e taxas, pela extração dos fundos de aluguel dos cultivadores, variava nas diferentes partes da Índia. Em algumas regiões, cada cultivador pagava tributos individuais ao senhor; em outras regiões, toda a aldeia deixava à parte uma percentagem da colheita para ser acumulada no "bolo do rajá". Qualquer que fosse o método para a cobrança de tributos, cada pedaço de terra cultivada sofria durante um ano uma completa pirâmide de exigências e contra-exigências desde o senhor que controlava a entidade política à qual a aldeia se filiava até o lixeiro pária.

24 Walter C. Neale, "Reciprocity and Redistribution in the Indian Village: Sequel to Some Notable Discussions", em *Trade and Market in the Early Empires*, de Karl Polanyi, Conrad M. Arensberg e Harry Pearson (Glencoe: The Free Press, 1957), pp. 218-236.

Semelhante situação imperou nas relações entre o senhor das terras arrendadas e o vilão na Europa medieval. O domínio não era propriamente uma grande fazenda unificada, mas uma coleção de exigências de bens e serviços feitos por uma pessoa específica: o senhor do domínio. Ele concedia terra a seus cultivadores dependentes. Em retribuição a essas concessões, direitos de caça, direitos de pastagem e lenha, um cultivador dependente tinha de pagar ao senhor produtos ou serviços em forma de trabalho nas terras dele. Cada cultivador devia ter um relacionamento bem diferente com o senhor dos domínios, ganhando diferentes recursos de suas mãos e devendo diferentes serviços em retribuição. Em conseqüência, havia graus e espécies bastante diferentes de cultivadores dependentes, que prestavam serviços a senhores, recebendo pré-requisitos das condições por eles propostas. Os cultivadores deviam, além do mais, fornecer casa para os trabalhadores sem terra em retribuição ao seu trabalho ou mesmo conceder a terra situada sob as mãos deles a terceiros até que cada porção de terra pudesse suportar sozinha uma complicada pirâmide de exigências e contra-exigências. Tal como nas aldeias indianas, havia uma tendência a construir um sistema hereditário, a passar de pai para filho direitos e deveres relacionados com a posse outorgada diretamente por um senhor.

O que esses exemplos apresentam em comum é que algumas pessoas ou grupos reivindicam um direito sobre a terra usada pelo campesinato. Tais pessoas exercem um *domínio* sobre a terra, domínio que significa uma posse ou controle efetivo sobre o uso de uma determinada área. A propriedade privada da terra, dando o direito de vender ou dispor livremente de uma

determinada extensão, direito este encontrado em nossa sociedade; é apenas uma forma de domínio. Uma pessoa pode não ter permissão de vender a terra sobre a qual tem direitos, ou expulsar dela os camponeses que a ocupam; contudo, continua a exercer direitos de domínio sobre ela, expressos na cobrança de tributos em troca da permissão de usá-la.



Camponês pagando direitos ao proprietário da terra. (Rodericus Zamorensis, Spiegel des menschlichen Lebens (Espelho da Vida Humana), *edição de Augsburgo, Peter Berger, 23 de agôsto de 1488.)*

Tipos de Domínio

Três tipos de domínio têm afetado tradicionalmente o campesinato: patrimonial, prebendal e mercantil. O *domínio patrimonial* tem sido chamado também de "feudal" — termo tão carregado de implicações que é melhor evitá-lo. O domínio patrimonial sobre a terra é exercido onde o controle dos seus ocupantes está situado nas mãos dos senhores que receberam por herança o direito de domínio como membros de grupos de parentesco ou linhagem e onde esse controle implica o direito de

receber tributos dos habitantes em troca de sua ocupação. O domínio torna-se a herança de uma linha de senhores, patrimônio deles. Tais direitos podem ser piramidados, com senhores de uma ordem superior exercendo direitos de herança sobre os de uma ordem mais baixa, e senhores de uma ordem mais baixa exercendo domínio sobre os camponeses que trabalham na terra. O camponês é sempre a base de uma organização desse tipo, sustentando-a com seus fundos de excedentes, que são entregues em forma de trabalho, espécie ou dinheiro.

O *domínio prebendal* sobre a terra diferencia-se do domínio patrimonial na medida em que não é hereditário, mas concedido pelo Governo a funcionários que passam a exigir tributos dos camponeses, baseados em sua condição de servidores do Estado. Tais domínios não são domínios de linhagem; ao contrário, representam concessões de renda, *prebendas,* usadas nesse sentido por Max Weber e originalmente classificadas como estipêndios ou benefícios concedidos ao clero europeu.[25] Esta forma de remuneração está caracteristicamente associada aos Estados burocráticos fortemente centralizados, como os do Império Sassânida da Pérsia, o Império Otomano, o Império Mongol na Índia e a China tradicional. A organização política desses impérios tentou diminuir as reivindicações e tributos de hereditariedade sobre a terra e organizou em vez disso o domínio absoluto de um soberano, um déspota, cujas exigências sobrepunham-se a todas as exigências de domínios inferiores. Qualquer domínio inferior era concedido a funcionários na sua condição de servidores do soberano.

Outra forma de domínio prebendal, igualmente importante, não envolve a terra, mas a receita que o Estado, na pessoa do soberano, retira dos camponeses. Nessa forma de domínio prebendal concede-se ao funcionário do Estado o direito de fixar certa parcela de tributo considerada devida ao Estado e usá-la para seus propósitos pessoais. Isso pode ser feito de duas maneiras: tanto através da concessão de direitos de coletar tributos sob a forma de taxas de algumas regiões aos chamados "fazendeiros de impostos", que são os que trabalham na coletoria de impostos para o Estado e têm direito a guardar uma parte da receita para si próprios, como centralizando primeiramente a re-

[25] Max Weber, *The Theory of Social and Economic Organization* (Nova York: Oxford University Press, 1947), pp. 378-381.

ceita do Estado e pagando aos funcionários um salário por seus serviços. As "fazendas de impostos" eram a forma dominante de domínios prebendais no Oriente Médio e na Índia mongólica. O pagamento de salário era costumeiro no Estado mais altamente centralizado da China. Tanto os "fazendeiros de impostos" como os funcionários assalariados tinham, é claro, muitas oportunidades de coletar fundos que eles jamais passavam às mãos das autoridades superiores. Max Weber calculou que, mesmo sob as melhores circunstâncias na China, jamais foi além de 40% o total da receita que chegava à autoridade central. Os totais variavam de período para período, variação essa que marca o crescimento ou declínio da força governamental em relação a seus funcionários. Contudo, o domínio prebendal implica obviamente um grau muito maior de centralização, numa dimensão muito mais vasta de autoridade central do que o domínio patrimonial, que conta com uma autonomia maior da parte de cada um dos vários proprietários.

Uma característica comum tanto ao domínio patrimonial como ao prebendal foi o grau que atingiu em seu exercício o que chamamos de cerimonial. Isso foi especialmente marcante no caso do domínio patrimonial, onde o senhor freqüentemente mantinha uma relação pessoal imediata, ou pelo menos personalizada, com os camponeses dependentes. Muitos serviços prestados a êsse senhor tinham aspectos de cerimonial e na ocasião o senhor retribuía em espécie. Deve-se recordar que freqüentemente a própria relação entre o senhor e o camponês estava concebida como uma espécie de contrato, no qual o senhor trocava proteção e acesso à terra pelo direito de receber tributos camponeses. Na Inglaterra, durante o século XIII, essas relações contratuais estavam estabelecidas em termos simbólicos, como uma espécie de pacto. No século XIV, a balada *Piers Plowman* conta que Piers promete "suar e semear por nós dois", enquanto o senhor se apresenta para "manter a Santa Igreja e eu a salvo dos saqueadores e pecaminosos". Os serviços prestados por um camponês a seu senhor estavam geralmente ligados a acontecimentos mais amplos no ciclo cerimonial como quando o camponês trazia cerveja ou galinhas para o Natal e ovos para a Páscoa. Em troca, o senhor oferecia a seus arrendatários uma festa para celebrar a Páscoa ou o Natal ou para comemorar o seu casamento. Igualmente, os homens que viessem para cumprir a ordem do senhor no trabalho de arado ou outros deveres eram, às vezes,

alimentados por ele em retribuição. Tal seqüência de dádivas entre o senhor e seus dependentes serviu, nas palavras de George Homans, "para amaciar os sentimentos das duas partes mutuamente, simbolizando a reciprocidade que foi concebida como fundamento de sua relação". [26]

Onde o domínio prebendal prevaleceu, fez-se um esforço para disfarçar em cerimoniais a relação do camponês com o soberano, como senhor supremo e protetor da terra. O governante era geralmente olhado como um filho do céu ou administrador das forças sobrenaturais na Terra, preservando a ordem do cosmos pela preservação da ordem do Estado que administrava. A glória cerimonial do monarca, em compensação, refletia-se sobre todos aqueles que trabalhavam a seu serviço e acatavam suas ordens. Assim, até bem recentemente, um funcionário estatal chinês era olhado pelo campesinato não apenas como um administrador técnico, mas também como uma figura ritual. Hsiao-Tung Fei nos conta como no caso de enchentes, seca e pragas de gafanhotos,

> ... o povo vai até o distrito governamental e apela por ajuda mágica. Pela antiga tradição, o magistrado do distrito era o mágico do povo. No caso de inundação, ele iria até o rio ou lago para exigir o recuo das águas pelo lançamento de seus pertences dentro da água. No caso de seca, ele emitia uma ordem para que fosse interrompida a matança de porcos e organizava uma parada, com todos os aprestos sugerindo chuva, como guarda-chuvas e botas. No caso de pragas de gafanhotos, ele desfilava com o ídolo de *luiwan*. [27]

Tal cerimonial devia servir a numerosas funções. Serviria, como sugere Homans, para equilibrar a relação assimétrica entre o camponês e o detentor do poder, compensando o camponês ritualmente. Cercaria, ao mesmo tempo, a figura do detentor do poder de um valor ritual, sublinhando assim a legitimidade de seu domínio, contra as reclamações latentes daqueles sobre os quais o domínio era exercido.

A terceira forma principal de domínio sobre a terra é a *mercantil*. Nesse caso, a terra é vista como propriedade privada do seu possuidor, considerada uma entidade a ser comprada,

[26] Homans, *English Villagers*, p. 269.

[27] Fei, *Earthbound China*, p. 167. *Luiwan* é o protetor sobrenatural contra a ameaça de gafanhotos.

vendida e usada com finalidade de produzir lucro para seu proprietário. Como uma entidade que pode ser comprada e vendida, ela é uma mercadoria, de acordo com as definições dos economistas. Karl Polanyi ressaltou que isso é uma ficção legal, uma vez que a terra é uma parte da natureza; sendo assim, ela somente *é*, não sendo *produzida* para venda.[28] O domínio mercantil, como qualquer outro domínio, reivindica sobre a terra o direito de coletar tributos pelo seu uso, o que se chama comumente aluguel. O domínio mercantil difere das formas precedentes no fato de considerar a terra e a renda potencial que poderá dela advir como uma soma imaginária de dinheiro. Desde que a terra é considerada uma mercadoria para ser comprada e vendida, ela tem preço como qualquer outra comodidade. Além disso, uma vez comprada, a terra pode ser usada para produzir outros artigos para venda; seu preço de compra pode ser calculado como investimento de capital. Se o proprietário deixa a terra para outra pessoa, ele pode converter o tributo que receberia sob as formas mais antigas de domínio em dinheiro de aluguel, cuja quantidade dependeria da procura e oferta do artigo terra naquela região. Nesse caso, o aluguel assume a forma de pagamento a juros por capital investido: é um aluguel capitalizado ou, como o chamou Sir Henry Maine, como um aluguel competitivo.[29] Além disso, sob tal forma de domínio, um possuidor de terras pode tomar dinheiro emprestado, usando sua terra como garantia. Ele pode hipotecar sua terra, e em caso de não-pagamento o emprestador do dinheiro assumirá o direito de domínio sobre a terra, apreendendo a propriedade e vendendo-a pelo maior lance para reaver o dinheiro.

Essas três formas de domínio sobre a terra (patrimonial, prebendal e mercantil) não se excluem necessariamente; na maior parte dos casos existentes, elas aparecem juntas. É mais a combinação delas, sua "mistura" e a relativa importância das diferentes formas que determinam o perfil organizacional de uma ordem social específica. Assim, o domínio patrimonial dominou o perfil organizacional da Europa medieval ao norte dos Alpes. Mas coexistiu com domínios prebendais concedidos tanto a senhores leigos como a eclesiásticos pelo soberano com freqüentes vendas de direitos patrimoniais pelo seu senhor a outros, com transferência de direitos de uso da terra (incluindo os deveres correspondentes de pagar tributo ao senhor que possuía o domínio) da parte dos camponeses e mesmo com arrendamentos e taxas de aluguéis competitivos.[30] Todavia, a estrutura patrimonial prevaleceu até que o sistema de mercado veio a dominar a sociedade como um todo, transformando cada vez mais o domínio patrimonial em mercantil, depois do século XIII. No Oriente, por outro lado, onde o domínio prebendal foi dominante por muito tempo, existiram sempre períodos e lugares onde os senhores prebendais estavam aptos tanto legal como ilegalmente a tornar seus domínios oficiais hereditários e/ou negociáveis.

[28] Karl Polanyi, *The Great Transformation* (Boston: Beacon Press, 1957), p. 72.

[29] Sir Henry Maine, *Village-Communities in the East and West* (Nova York: Henry Holt and Company, 1876), pp. 182-184.

Além disso, as diferentes maneiras de organizar as relações sociais podiam ocorrer em diferentes níveis. Assim, um senhor podia manter controles patrimoniais dentro das fronteiras de seu domínio, embora o conduzisse como uma empresa capitalista, modelo este que foi seguido na Alemanha Oriental, Rússia e América Latina, do século XVI ao XIX. Ou então um senhor podia controlar alguns domínios patrimonialmente, enquanto mantinha outros como prebendais. Igualmente existem interstícios da ordem capitalista de hoje em dia em que os domínios patrimoniais continuam a existir, apesar de os senhores patrimoniais serem obrigados a tratar seus patrimônios em termos de mercado para sobreviver dentro de uma situação competitiva. Além disso, onde o senhor estava inclinado a transformar seus direitos em trabalho e pagamento em formas monetárias, ele freqüentemente acelerava o desenvolvimento do domínio patrimonial para mercantil.

O mero fato de que várias formas de domínio possam coexistir na mesma ordem social, ainda que em diferentes mesclas de sociedade para sociedade, deve-nos acautelar na tentativa de alinhar essas formas de domínio numa escala evolutiva. Essa cautela é reforçada quando percebemos que as diferentes formas de domínio podem coexistir com qualquer dos três tipos de disposição para comércio que discutimos acima. Devemos notar que as formas de domínio são apenas *formas;* é o uso para o qual estão destinadas que provoca a maior conseqüência social.

[30] Sylvia L. Thrupp, "Economy and Society in Medieval England", *The Journal of British Studies,* II, n.° 1 (1962), pp. 5-8.

Assim, o domínio mercantil tem sido usado diferentemente por proprietários de terra verdadeiramente empenhados em aperfeiçoar o próprio processo de produção e por aqueles que estão meramente interessados em elevar ao máximo os pagamentos monetários, sem mudar as bases da produção. No Noroeste europeu, adotou-se a primeira alternativa e eliminaram-se os produtores incapazes em benefício dos eficientes. Os camponses paleotécnicos recalcitrantes foram também coagidos a adotar novos métodos de produção ou foram substituídos à força por novos grupos de produtores cooperativos neotécnicos. Essa mudança pôde ser consumada somente em um contexto de mercado em expansão permanente, que propiciou um fundo de capital sempre crescente, transformando todas as pretensões a domínio em domínios mercantis negociáveis.

As diferentes regiões do mundo seguiram diferentes cursos onde o domínio prebendal ou patrimonial manteve sua força, e o domínio mercantil era mais reduzido, ou onde os bens produzidos nos domínios penetraram no mercado em rede parcial ou ocasionalmente. Tais áreas foram o Oriente e a América Latina. Para desenvolver o Noroeste da Europa, os adeptos do domínio mercantil investiram seu capital na transformação de ecótipos paleotécnicos e assim passaram a compartilhar os riscos de produção e em áreas mais tradicionais trataram de manter a base paleotécnica do sistema. Transferiram assim os riscos da produção para o presente e tornaram apenas mais eficiente seu modo de recolher pagamentos. Esse sistema tem sido denominado capitalismo de aluguel. Nele, os aluguéis dos vários fatores de produção que o camponês manuseia podem ser acumulados ou então vendidos parcial ou totalmente a outras partes interessadas. Nele,

> a economia produtiva camponesa literalmente decompõe-se num sistema de fatores de produção e para cada um destes uma parte avaliada de maneira especial e uniforme da renda bruta foi calculada. Estes foram e continuam a ser importantes fatores de produção: a água (normalmente conjugada com a terra nas áreas com precipitação pluviométrica suficiente ou amplo suprimento de água dos rios), sementes, animais de trabalho (outros itens escassos) e finalmente trabalho humano.[31]

[31] Hans Bobek, "The Main Stages in Socioeconomic Evolution from a Geographic Point of View", em *Readings in Cultural Geography,* de Philip L. Wagner e Marvin W. Mikesell (Chicago: University of Chicago Press, 1962), p. 235.

O ponto mais crítico desse sistema aparece em algumas partes do Oriente Próximo, "onde o meeiro toca apenas num mísero quinhão do trabalho de suas mãos". Mas é sempre possível desmembrar o próprio trabalho da fazenda (como a lavra, a colheita, o cuidado periódico com as plantas) e pagá-lo com porções convenientes de produto. O conceito de unidade operacional começa a se dissolver numa série de tarefas individuais e suas respectivas exigências em renda. Tais desmembramentos para os quais estão determinados valores monetários independentes deixa o camponês em débito com os vários fatores de produção que ele requer para manter uma plantação. Talvez tenha que pagar para obter água e, se não tiver dinheiro, pede emprestado e paga juros; o mesmo para obter dinheiro emprestado; paga juros para conseguir ferramentas; toma animais por empréstimo, pagando pelo seu uso.

Tal sistema conduz rapidamente à tentativa de transformar os vários títulos de renda em títulos de débito. Não são raras as quotas de juros de 100 a 200%. As razões para tão altos juros são muitas; em parte econômicas, em parte políticas. Um fator econômico é produto da alta densidade populacional e da relativa escassez de terra, especialmente nas zonas de cultivo permanente com a agricultura hidráulica: a demanda de terras eleva seu preço e dessa forma tanto os aluguéis taxados por sua utilização quanto as taxas de juro por empréstimos contraídos por seu uso. Outro fator econômico é que a pobreza da população compele os cultivadores a utilizar a renda derivada da produção para alimentar-se. A pobreza implica a prioridade da subsistência sobre o investimento e torna muitos cultivadores incapazes de "conjugar fins". Dessa forma, têm de conseguir dinheiro por empréstimo e muitas vezes usam-no para prover sua subsistência. O emprestador entretanto não consegue seus proveitos do consumo de seus credores, mas da sua produção. Tanto a demanda agregada de vários cultivadores por empréstimo quanto o desejo do que empresta dinheiro, de maximizar seus recebimentos pela produção dos camponeses, tendem a elevar a taxa de juros. O empréstimo a uma população que possui uma capacidade mínima de reposição da dívida congela o capital; isto é, o emprestador não pode repor seu dinheiro todas as vezes que precisa fazê-lo. Novamente, temos uma situação que justifica a elevação das taxas de juro.

Há também razões políticas para o fenômeno. Onde há instabilidade política, há também constantes reviravoltas na ação daqueles que clamam por terra e dinheiro. Os senhores desta e os emprestadores devem assim esforçar-se para ganhar durante sua vida o máximo possível do que reclamam, aproveitando seu tempo produtivo. Isso é também real para os sistemas onde os fazendeiros de impostos controlam as exigências denominadas prebendas na taxação dos camponeses. Isso onde eles puderem dilatar sua parte, aumentando o total do excedente conseguido. Um fator adicional pode ser a existência de uma classe de senhores de terra e emprestadores, cujos interesses reais estão em residir nas zonas urbanas e assumir tarefas políticas e que vêem a exploração do campo como uma maneira rápida de acumular riqueza, utilizando-a para sua ascensão social e política. Tal sistema é autolimitado, porque reduz os incentivos através da redução do consumo da população lavradora a um mínimo biológico. Assim, as cidades se beneficiam do excedente drenado do campo por coletores de aluguel urbanos, sem gerar a expansão da produtividade rural.

O contraste decisivo entre a transformação totalizadora da agricultura sob a égide do domínio mercantil do Noroeste europeu, quando comparada com a estagnação relativa do cultivo nas áreas dominadas pelo capitalismo de aluguel, como o Oriente Próximo e a Índia, reforça a nossa assertiva de que, embora a *forma de domínio* como tal seja relevante para a maneira pela qual o ecossistema camponês está organizado provendo o padrão para as relações sociais, *ele é também o modo pelo qual o padrão é utilizado pelos detentores do poder, decisivo para a configuração do sistema total.* O domínio mercantil pode ser usado para manter o cultivo tecnicamente estagnado. Também para manter ecótipos camponeses de tipo paleotécnico enquanto retira tantas fontes de aluguel e lucros do camponês quantas seja ele capaz de gerar nessas condições. Pode ser empregado não só para investir os excedentes gerados pela produção como no caráter mesmo da própria produção. O domínio mercantil pode existir naquelas ordens sociais nas quais o camponês forma a base de toda a produção. Ali ordenará as *relações sociais* governando o direito de propriedade e a disposição dos excedentes, sem contudo tocar na base produtiva propriamente dita. Pode, por outro lado, tornar-se o instrumento fundamental de coerção, num período de industrialização em crescimento, transferindo o uso da terra dos produtores paleotécnicos aos produtores de tipo neotécnico, afetando a própria base da produção.

No século XX um quarto tipo de domínio fez seu aparecimento, especialmente na União Soviética e na China Popular e também em países onde ocorreu uma revolução agrária de maiores proporções, como o Egito e o México modernos. Chamaremos a isso *domínio administrativo,* porque combina certos aspectos com o domínio prebendal na medida em que é o Estado quem reivindica a soberania última sobre a terra, e a produção da terra é taxada pelo Estado por uma hierarquia de funcionários. Ainda que o domínio prebendal tenha deixado a produção agrária bastante intocada, contentando-se com a drenagem dos fundos de aluguel produzidos pelo camponês, o domínio administrativo afeta a produção agrária tanto quanto a aplicação dos seus produtos. Novamente não se trata de um princípio inteiramente original na organização dos direitos sobre a terra e o trabalho. Experiências com propriedades estatais e administração da terra francamente livres são levadas a cabo em várias sociedades burocráticas centralizadas, embora seja um padrão de menor expressão, dominado pela expansão do domínio prebendal concedido ao campesinato, tendo este feito suas próprias decisões no processo de produção. No século XX, entretanto, testemunha-se uma rápida expansão de fazendas estatais também dirigidas por grupos de técnicos mantidos pelo Estado que deixam pouco arbítrio à unidade agrária individual.

Na União Soviética, a forma predominante desse domínio administrativo é o *kolkhoz,* cujos maiores produtos, geralmente cerealíferos, são cultivados coletivamente; cada trabalhador ainda retém uma pequena porção "privada" onde ele desenvolve as colheitas de subsistência ou de plantas perecíveis que são vendidas nos mercados locais. Estudos recentes mostram que os *kolkhozes* não são um sucesso irrestrito. As áreas privadas distribuídas aos cultivadores provaram ser largamente mais produtivas que as fazendas coletivas. Embora constituindo apenas 3% de toda a área cultivável da União Soviética, essas propriedades particulares produzem cerca de 16% do total plantado e quase metade dos animais de criação. Ao mesmo tempo, os cultivadores soviéticos investem cerca de 2/3 de seu trabalho nas fazendas coletivas e 1/3 nas suas culturas particulares. Assim, 30 milhões de minúsculas lavouras continuam a produzir uma fração considerável do produto total e a absorver uma porção conside-



Funcionário agrícola do Governo soviético falando a membros de um kolkhoz. *O* kolkhoz *combina o sistema agrícola privado e coletivo; o* sovkhoz *não estabelece ligação do trabalhador com a terra. (Sovfoto.)*

rável de força de trabalho disponível.[32] Em contraste, no *sovkhoz,* que é outro tipo de domínio administrativo na União Soviética, as fazendas são trabalhadas por turmas de lavradores que não têm qualquer vínculo com a terra. Experiências semelhantes com domínio administrativo realizaram-se na China, sendo o fato mais recente a criação de comunas, que tentaram também agrupar um grande número de cultivadores em brigadas de produção e consumo sob os auspícios do Estado. No México, a maior parte da terra expropriada depois da Revolução foi conce-

[32] D. Gale Johnson, "Soviet Agriculture", *Bulletin of the Atomic Scientists,* XX, n.º 1 (1964), pp. 8-12.

dida a comunidades de cultivadores, organizadas à base de unidades corporativas ou *ejidos.* Cada *ejido* consistiria em lavouras inalienáveis concedidas a famílias específicas. Em algumas áreas, entretanto, especialmente a região do algodão ao Norte, que é altamente produtiva, o Governo experimentou domínio administrativo integral sobre terras arrendadas a cultivadores que são teoricamente acionistas de uma corporação administrada publicamente.

Essa reorganização totalizadora da ordem camponesa paleotécnica só é possível, já veremos, em circunstâncias especiais. Dois fatores são essenciais. Primeiro, deve haver algum tipo de fronteira que sirva de válvula de escape às populações deslocadas da terra, pela introdução de métodos que mantêm mais pessoas com menos trabalho. Tal fronteira pode ser geográfica, como quando o excedente populacional pode ser deslocado para novas terras; ou pode ser ocupacional, quando um complexo industrial nascente prova sua capacidade de absorver o homem sem terra. Mas a existência de uma fronteira não é suficiente. O grupo controlador que inicia a mudança no *ecótipo* para normas neotécnicas deve possuir, secundariamente, uma base de poder independente da agricultura camponesa. Ela pode ser militar ou comercial, como quando a maior fonte de receita deriva do comércio internacional; pode ser industrial, de modo que os excedentes camponeses não são a maior fonte de receita. Dito de outro modo, a capacidade de experimentação de um sistema paleotécnico é limitada; "gatos e lebres estão misturados". Somente numa situação onda existem opções alternativas eficientes pode-se efetuar a mudança para uma nova ordem. Nela, a forma de domínio é importante para aquinhoar os tipos de relação social que governarão o período de transição e determinarão a estrutura da sociedade emergente. Dela só existem entretanto meros padrões de organização. A maneira pela qual eles são empregados é uma questão de organização social e da organização do poder, tópicos que retomaremos no capítulo seguinte.

3. *Aspectos Sociais do Campesinato*

Ao lidar com os aspectos econômicos do campesinato, começamos com a família do camponês em sua capacidade como unidade produtiva e continuamos a traçar suas várias ligações em têrmos de envolvimento econômico com outras famílias em termos horizontais; em termos verticais, analisando os detentores do poder. Neste capítulo, onde trataremos da organização social do campesinato, repetiremos esse procedimento, começando pela mais restrita e íntima unidade em que vive o camponês: a família. Consideraremos, a seguir, unidades mais amplas do que esta, que o afetam também. No fim, faremos uma discussão sobre a ordem social mais ampla na qual se movem as famílias e grupos camponeses.

O Grupo Doméstico no Campesinato

Na tentativa de compreender a família camponesa — ou famílias em outros lugares — devemos recordar-nos de que estas existem nos mais diversos tipos. Dividem-se basicamente em *nuclear* ou conjugal, que consiste em homem e mulher casados e sua prole, e *famílias extensas*, que agrupam em uma única estrutura certo número de famílias nucleares. Há variantes da família extensa: consiste num varão com muitas mulheres e seus filhos. Diversos grupos nucleares têm em comum nesse caso o cabeça da família (macho). Pode consistir em famílias nucleares pertencentes a diversas gerações tal como quando uma unidade familiar contém o camponês e sua mulher, seus parentes de mais idade que são outro grupo nuclear e, muitas vezes, o filho mais velho do camponês que mora com a mulher sob o teto paterno; em outras palavras, outro grupo nuclear. Essa organização caracteriza a Europa tradicional, a China e a Índia, embora somente nas famílias mais ricas que possuíam recursos para ali-

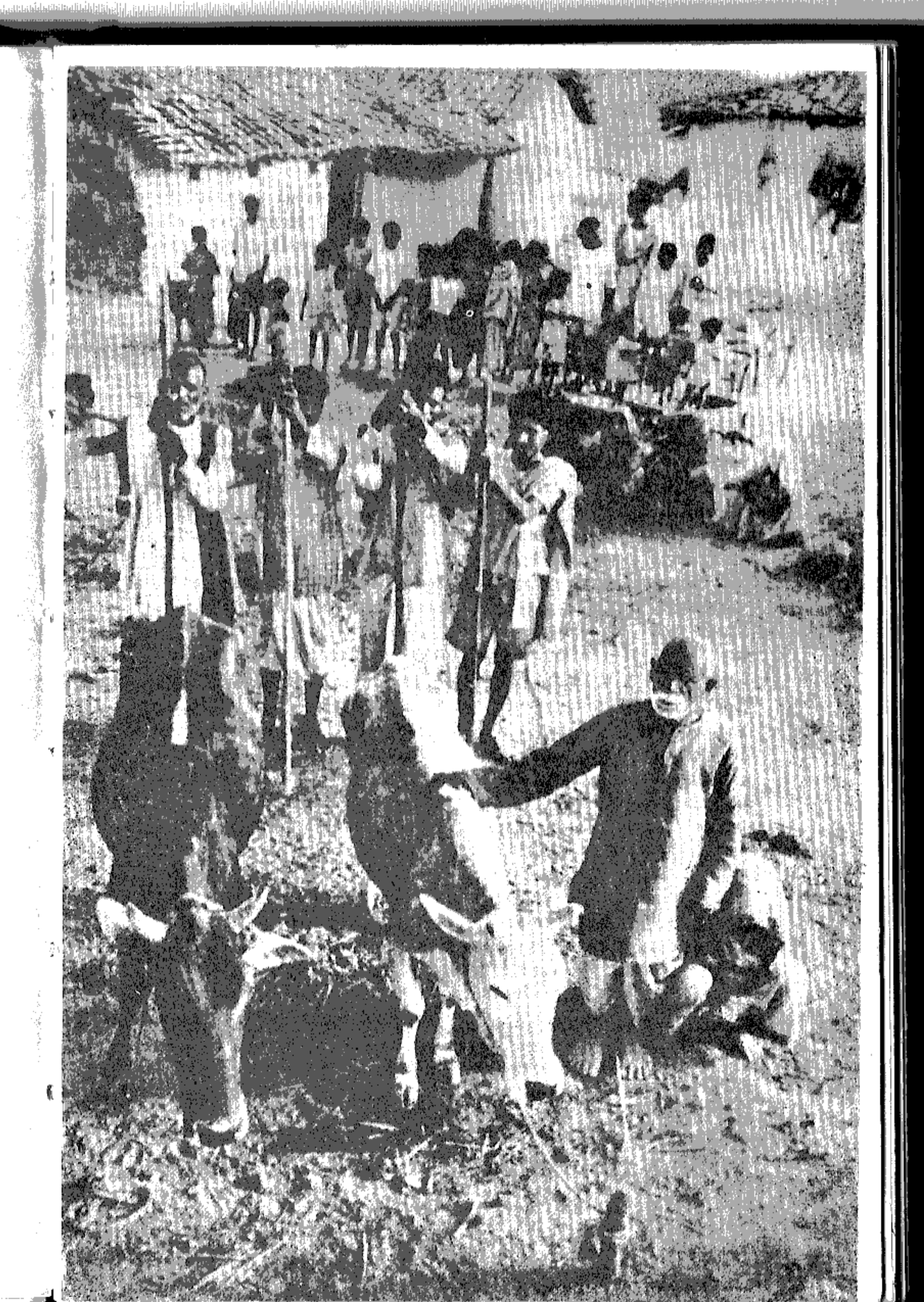
mentar todos esses grupos nucleares. Uma terceira variante é a da família extensa que consiste em um conjunto de unidades nucleares, pertencendo à mesma geração, como quando o irmão mais velho e o mais moço, ambos casados, mantêm uma comunidade de recursos e trabalho.

Vimos que a família nuclear consiste num homem, sua mulher e sua prole. A maioria das pessoas considera como "natural" a família nuclear — fenômeno encontrado em toda parte, em todas as sociedades e em todos os tempos — entendendo-a também como uma sustentação do fenômeno mais complexo do parentesco. Nesse sentido, são endossadas por alguns antropólogos. Entretanto, nossa análise crescerá consideravelmente no momento em que perguntamos se essa unidade pode ser subdividida conceptualmente ainda mais e se essas subdivisões não ocorrem "naturalmente". Assim, a família nuclear existe para incluir-se diversos itens de relações entre duas pessoas (ou diádicas). Primeiramente, está a relação do coito entre o homem e a mulher: é a díade sexual. É socialmente duradoura quando é santificada ou "licenciada" pela sociedade e nesse caso podemos chamar de díade conjugal. A relação mãe-filho é a díade maternal. Há relações diádicas entre membros do mesmo *sib* entre irmãos e irmãs. Finalmente, há a díade paternal entre filho e pai. As três primeiras díades estão baseadas em atividades biológicas. Entretanto, a díade paternal não está assim fundada: ela é um relacionamento binário de tipo diferente; não existe em virtude de uma correlação biológica, mas em virtude das outras díades.[1] Uma sociedade pode ou não atribuir assim funções econômicas maiores e também outras a esta díade. Ela poderá delegar essas funções a outras díades ou outras estruturas da sociedade.

Mas em um tipo de caso limite, uma aliança temporária entre um homem e uma mulher resulta em filhos, mas o homem acha-se impossibilitado economicamente de mantê-los. Nesse caso, as díades maternal e sexual estão estabelecidas, mas a díade paternal é fraca ou inexistente. Estamos acostumados a essas situações como fatos secundários ou transitórios em nossa cultu-

1 Richard N. Adams, "An Inquiry into the Nature of the Family", em *Essays in the Science of Culture: In Honor of Leslie A. White*, de Gertrude E. Dole e Robert L. Carneiro (Nova York: Thomas Y. Crowell Company, 1960), p. 40.

Gerações de uma família indiana extensa. (Foto de Frank Horvat.)



ra, mas trata-se de uma situação regular e majoritária em algumas sociedades. Raymond Smith relata-nos que entre os negros da Guiana, onde a díade paternal é fraca porque os pais estão impossibilitados economicamente de contribuir ou de dar prestígio à família, as crianças nada têm a ganhar mantendo laços com eles. [2] Inversamente, a fraqueza da díade paternal leva a uma ênfase maior na díade maternal, composta de um grupo de mulheres, normalmente avó, mãe e filha, que formam uma unidade "matrifocal". Essas unidades foram também encontradas entre grupos urbanos economicamente comprimidos como os habitantes da classe pobre da cidade do México ou entre os habitantes do leste de Londres ou ainda famílias negras pobres nos Estados Unidos. [3]

Mas o apoio econômico não é o único fator envolvido na ênfase da díade materna em detrimento da paterna. Como notou Richard Adams [4] na Guatemala, os camponeses índios e os não-índios (ladinos) podem viver toscamente em níveis econômicos semelhantes; ainda que os índios tenham famílias nucleares com ênfase na díade paternal, enquanto os ladinos têm suas famílias lideradas pelas mulheres. Ou ainda entre os índios do Leste da Guiana Inglesa que, vivendo em circunstâncias gerais

[2] Raymond T. Smith, *The Negro Family in British Guiana: Family Structure and Social Status in the Villages* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1956).

[3] Ver Oscar Lewis, *The Children of Sanchez: Autobiography of a Mexican Family* (Nova York: Random House, 1961); Michael Young e Peter Willmott, *Family and Kinship in East London* (Harmondsworth: Penguin Books, 1962), p. 182; E. Franklin Frazier, *The Negro Family in the United States* (Chicago: University of Chicago Press, 1939).

[4] Adams, *op. cit.*, pp. 43-44.

similares à dos guianeses de origem africana,[5] retiveram o forte papel do pai-marido. Tanto nos grupos guatemaltecos de origem índia quanto nos grupos guianenses de origem hindu, o papel masculino tem prestígio na sociedade envolvente. O homem desempenha papéis significativos na vida social e cerimonial. Em conseqüência, o papel de marido-pai é reforçado na família por apoio gerado fora desta. Podemos interpretar a posição dos homens nas unidades familiares do Sul da Itália do mesmo modo. Embora a incerteza e instabilidade econômica seja ainda um pouco maior do que na América Latina, o papel do macho é apoiado por fortes sanções no mundo ritual, jurídico, político e social fora da casa; a díade paternal é também forte.[6] Vemos que em alguns casos as díades paternais podem receber reforço adicional de fora da unidade familiar. Podemos chamá-lo, como fizemos em nosso capítulo inicial, de cerimonial. Acha-se exemplificado nas demonstrações públicas rituais que chamamos de casamento e em atividades rituais posteriores de vários tipos, que sublinham o papel masculino, dando-lhe uma importância que talvez não possuísse num campo puramente utilitário.

Acham-se variantes da família camponesa não só onde uma das relações da família nuclear é fraca ou ausente, como em muitos casos já familiares aos antropólogos, onde o núcleo acha-se incrustado em outras relações, até o ponto em que ele se torna obscuro e irreconhecível. Esses casos levaram Ralph Linton a afirmar que a família nuclear "joga um papel insignificante na vida de muitas das sociedades".[7] Onde, por exemplo, certo número de grupos de marido-mulher-criança residem juntos em uma família, é a família maior e não a nuclear individual que trabalha e se alimenta conjuntamente. O mesmo é verdade nas unidades sociais que são mantidas juntas por uma regra de descendência; aqui o cerne da família pode consistir em muitos parentes ligados por linhas paterna ou materna e os direitos são predominantemente marcados nesta ou naquela linha. Essas unidades porão ênfase mais na ligação entre gerações sucessivas do que nos laços de marido e mulher. O cônjuge que entra para uma família desse tipo verá que não casou com uma pessoa, mas com um grupo de parentes. Além disso, aquele grupo de parentes possui uma coesão que ata ainda mais fortemente o laço conjugal.

[5] Chandra Jayawardena, "Family Organization in Plantations in British Guiana", *International Journal of Comparative Sociology,* III, n.° 1 (1962), pp. 62-64.

[6] Leonard W. Moss e Walter H. Thomson, "The South Italian Family: Literature and Observation", *Human Organization,* XVIII, n.° 1 (1959), pp. 35-41.

[7] Ralph Linton, *The Study of Man* (Nova York: Appleton-Century, 1936), p. 153.

Tais agrupamentos, compreendendo inúmeras díades conjugais, podem conter também membros de díades desfeitas (como uma avó que perde o marido e que continua a viver com a família) ou então indivíduos solteiros, tios e tias nas mesmas condições, irmãos e irmãs, filhos e filhas. Podem existir também empregados que fazem parte do grupo econômico doméstico, mas não são parte do sistema de parentesco dominante. Assim, uma família camponesa nos Alpes do Tirol austríaco pode conter membros casados da linha familiar que, com seus cônjuges, têm direitos primários sobre a fazenda, tanto quanto os membros solteiros da família, viúvos ou empregados que não são parentes, mas são pagos em dinheiro ou espécie por seu trabalho. Podemos também pensar na clássica unidade doméstica romana que incluía membros de uma patrilinhagem, membros pelo casamento, parentes adotados e escravos. A unidade doméstica era chamada originalmente de *família* muito tempo antes de o termo se restringir ao núcleo específico de reprodução e sustento.

Assim, uma unidade familiar pode consistir em uma díade maternal ou várias. Pode consistir em uma família nuclear com ou sem uma moldura de parentes solteiros. Ou ainda ser composta de uma família extensa, novamente com uma periferia de parentes e agregados. Esses arranjos são importantes na vida camponesa, ainda que freqüentemente encobertos por funcionários do censo que não tomam as notas adequadas sobre as realidades da vida camponesa, mas impõem categorias feitas de organização parental sobre os dados que coletam. Nossa informação sobre a organização social camponesa é muitas vezes falsa ou enganosa.

Tipos de Família Camponesa

Voltamos agora a perguntar sob que condições podemos esperar encontrar uma predominância de famílias extensas sobre famílias nucleares ou o inverso. Quais são os fatores subjacen-

tes à distribuição diferencial de tipos de famílias entre os camponeses?

O primeiro é a própria natureza do suprimento de alimentos. Obviamente, onde o suprimento de alimentos é escasso, como entre muitos povos primitivos, unidades maiores do que a família nuclear terão dificuldades em manter-se juntas ao mesmo tempo. E talvez convivam sòmente naquelas estações de excedentes temporários ou com algum objetivo específico como a caça coletiva com finalidades lúdicas. Por conseguinte, as famílias extensas e os grupos domésticos maiores que a família nuclear ocorrem mais freqüentemente entre os cultivadores, onde as tarefas de cultivo e a posse de especialidade que ocupa tempo parcial permitem e requerem maior força de trabalho. Essa associação de família extensa com maiores suprimentos alimentares e com especialidades progressivamente diversificadas recebeu confirmação estatística. [8] Não que o contexto cultural circundante seja irrelevante; ele é relevante de dois modos: primeiro, as técnicas de produção, incluindo as de cultivo e artesanato, necessitam ser tais de modo a se beneficiarem com a presença de trabalhadores adicionais *permanentes*. Em segundo lugar, as condições devem ser favoráveis à acumulação de tal força de trabalho permanente na unidade doméstica. A ênfase nessas duas frases está na palavra *permanente*. Muitos tipos de cultivo podem trazer benefícios pela adição de mais trabalhadores. Por exemplo, quando as culturas têm de ser desenvolvidas durante uma estação reduzida de colheita. Mas esta pode ser às vezes realizada pelo aluguel de trabalhadores sazonais que ganham seus ordenados e abandonam a região, ou por padrões de trabalho cooperativo no qual os vizinhos se ajudam mutuamente em situações consideradas críticas ainda que não participem da mesma unidade doméstica. Em ambos os casos, que são freqüentes, os trabalhadores adicionais não são membros permanentes do grupo doméstico.

Os membros permanentes têm de ser alimentados, alojados, vestidos e assistidos em outras necessidades num período de tempo prolongado. Em conseqüência, as exigências técnicas da economia doméstica requerem sua presença, ao mesmo tempo que

8 M. F. Nimkoff e Russell Middleton, "Types of Family and Types of Economy", *The American Journal of Sociology,* LXVI, n.º 3 (1960), pp. 215-225.

devem ser suficientemente produtivas para permitir isso. Essa condição é mais provável onde o grupo doméstico controla a maioria ou mesmo todos os recursos naturais e habilidades requeridas para sua manutenção, e onde todos ou a maioria desses recursos são extraídos e elaborados dentro da unidade. Uma unidade doméstica de tal complexidade poderá mostrar considerável divisão de trabalho. Enquanto alguns trabalham na produção, outros estão no processamento. Enquanto alguns trabalham no cultivo, outros o fazem na pecuária. Alguns drenam água, outros serram a madeira. Ao mesmo tempo muitas mãos podem conjugar-se para tarefas repetitivas que requerem massas consideráveis de trabalhadores, como a limpa de uma floresta ou uma colheita. Já falamos da *zadruga* da Eslávia do Sul, quando discutimos a distribuição de habilidades complementares nas sociedades camponesas. Nessas *zadrugas,* os homens aravam, ceifavam, cortavam madeira, faziam móveis, trabalhavam nos vinhedos e nos pomares. As mulheres faziam a jardinagem, cozinhavam, limpavam, bordavam, trabalhavam a renda. Os homens ajudavam as mulheres a tecer; estas os ajudavam a capinar e a colhêr. As crianças e as donzelas encarregavam-se de alojar o gado e os velhos participavam de tarefas menores perto da casa ou nos campos. Um especialista supervisionava o tratamento e o pastoreio dos animais de tração e do resto do gado, outros dirigiam a tecelagem.

Em outra situação variante, o grupo ampliado (extenso) não controla a maior parte dos recursos e habilidades tecnologicamente relevantes, mas precisa de dinheiro para adquiri-los. Não obstante, o grupo ainda controla a terra e as casas. E estas, com o dinheiro, formam o trampolim estratégico para suas operações. Esse grupo poderá conjugar terra e dinheiro para sua vantagem, em formas que uma unidade nuclear fragmentada não poderia duplicar. Têm-se assim algumas famílias extensas, mesmo onde os arranjos maternais e nucleares estão em maioria. Na China, por exemplo, onde a família extensa era sustentada não somente pelos fatores instrumentais discutidos, mas por forte ênfase cerimonial, podemos encontrá-la entre os chamados camponeses médios, camponeses que estão "bem de vida" e senhores de terra. Mas era inexistente entre trabalhadores rurais (assalariados) e camponeses pobres. Com essas condições, o volume permanente de trabalho numa família é tanto um pré-requisito como uma conseqüência do bem-estar econômico.

Além disso, na China a família extensa atuava tanto como uma organização para a concentração dos recursos e do trabalho como para uma defesa contra um processo inevitável de declínio que se segue à fragmentação. Devido à regra de herança prevalecente na China antes de 1947, as unidades de terra eram divididas igualmente entre os filhos depois da morte do pai. A regra de herança teria sido promulgada originariamente pelo Estado com o objetivo de maximizar o número dos pagadores de impostos. Os interesses da família camponesa, entretanto, são atendidos da melhor maneira quando se mantém a maior quantidade de terra possível pelo maior tempo possível. A família extensa pode ser vista como um meio de evitar as conseqüências da partilha. Além disso, diz o provérbio chinês que "terra não produz terra". Somente quando uma família que possui terras estabeleceu uma cabeça de ponte no comércio ou no funcionalismo pôde iniciar-se na acumulação de recursos não-primários tais como bens comerciáveis e dinheiro. Poderia também mandar um filho à escola para tornar-se um funcionário e fazer a ligação da família com a estrutura governamental e suas fontes de receita. Eis não somente uma proteção contra o declínio como um trampolim para a mobilidade.

A riqueza adicional pode também ser conseguida enviando-se filhos ou filhas bem dotados em busca de recursos fora do ambiente camponês. Enquanto alguns membros mantêm sua ligação com a terra, conservando sua propriedade sob uma única administração, outros a deixam, sazonal ou periodicamente, com o objetivo de adicionar a seu capital líquido doméstico injeções de fontes exteriores. Tal unidade tem também uma grande capacidade de resistência em período de declínio ou dificuldades econômicas. Em épocas de depressão ou guerra, os membros de fora podem voltar ao rebanho para ali ficarem durante a atribulação. A família extensa pode assim funcionar como um artifício de segurança social bastante mais flexível do que a família nuclear, que é fraca porque sua vigência depende das habilidades produtivas de um membro de cada sexo. Se mulher ou marido ficam doentes ou se o homem é um mau cultivador, incapaz de ganhar suplementos, o balanço econômico da unidade está ameaçado mais diretamente, a menos que mecanismos efetivos para a segurança social ajam, conduzidos por alguma organização externa como o Estado. Isso para cobrir os orçamentos deficitários ou pelo menos criando meios para que seja institucionaliza-

do o capital disponível para armazenagem. Ainda que surpreendente, as famílias extensas em parte vivendo da terra, em parte mandando descendentes para a indústria, persistem até na União Soviética socialista, como mostra um estudo recente da vila Viriatino, na fronteira do cinturão de terra negra. [9]

Embora a família extensa tenha vantagens a mais sobre a família nuclear, tem que pagar por sua condição. A família extensa cria tensões que não são evidentes na família nuclear. Primeiro, aquelas tensões inevitáveis entre gerações sucessivas, envolvendo o problema da sucessão nos papéis de decisão da unidade familiar. O pai de certa idade que até aqui manejou os recursos do grupo precisa passá-los a um de seus filhos. A mãe madura que cuidou da casa e da cozinha precisa de substituta, geralmente a mulher do filho que chega ao lugar do pai. Outro tipo de tensão é aquele que envolve os *sibs*. Se a propriedade deve ser mantida intacta, um dos filhos toma as decisões e os outros devem segui-lo. Ainda assim há algumas áreas de atividades nas quais alguns parentes subordinados podem desafiar a autoridade do irmão. Finalmente, as tensões entre homem e mulher. As mulheres em geral são forasteiras, vindo, para a unidade familiar, de outras famílias localizadas em outras fazendas. Num sistema de autoridade centralizada no macho, como prevalece entre a maioria dos camponeses, as mulheres devem aprender a ajustar seus desejos aos desejos prioritários de seus maridos.

Por causa de tais tensões, a família extensa chinesa trazia em si comumente uma luta silenciosa dos filhos contra o pai, especialmente amarga onde o pai se inclinasse a hábitos tradicionais, enquanto os filhos desejassem a introdução de novos métodos e costumes. Pearl Buck na sua novela *The Good Earth* (*A Boa Terra*) fornece-nos um quadro literário dessas tensões. Similarmente, a família chinesa sofria de amargo antagonismo entre nora e sogra. A nora entrava para o grupo como uma estranha total. Era inteiramente subserviente à sogra, até que o marido conseguisse assumir o papel diretor da família e ela o papel diretor da casa e da cozinha. [10] Novamente temos na família extensa chinesa um costume segundo o qual as noivas devem desviar-se para as necessidades da coesão familiar, deixando de fazer suas reclamações aos futuros maridos; eram ensinadas, por

[9] Dunn e Dunn, *The Great Russian Peasant*, pp. 329-333.
[10] Fei, *Peasant Life*, pp. 45-50.

outro lado, a dirigi-las ao pai. As tensões implícitas na subordinação dos laços conjugais ao laço de linhagem apareceriam quando o pai morria e o grupo de irmãos disputava a herança. Freqüentemente era o pedido das esposas que levava à divisão da unidade familiar. Na medida em que cada mulher procurava conseguir vantagens para sua própria unidade conjugal, a coesão do grupo falhava ou até mesmo se rompia.

Um exemplo semelhante vem da Índia: em Khalapur, uma vila Rajput localizada na planície norte-indiana, tensões e discussões entre mulheres serviam como a principal fonte de divisão do grupo doméstico. O processo de divisão ocorria em graus: primeiramente, cada família nuclear organizava seu próprio lar, ainda que o pai continuasse a cuidar da fazenda e as mulheres mais velhas a distribuir a ração de comida diária a cada pessoa. Mais tarde, entretanto, a terra era dividida por um muro ou então a família nuclear rebelde mudava-se para a nova casa. Essa mudança significava divisão da propriedade móvel: gado leiteiro, móveis e provisões. Por algum tempo, a terra ainda era trabalhada unitariamente, mas cada nora encarregava-se da distribuição de rações a cada um de sua família. Além disso, ela passava a vender alguns pequenos estoques de grão e gastar dinheiro em miudezas sem pedir permissão a sua sogra. Finalmente a terra era dividida quando o pai morria e os irmãos cortavam os últimos laços. [11]

Adicionemos a essas querelas familiares as tensões advindas das relações entre membros centrais do grupo doméstico em relação aos parentes periféricos como a de tios e tias solteiras do pai e da mãe e as notórias dificuldades nas relações entre madrasta e enteados, tanto quanto os problemas de relacionamento com servos e escravos.

Levando em consideração essas tensões, vê-se que uma sociedade que contém êsses tipos de família necessita de poderosos reforços para manter a unidade. Podemos esperar encontrá-los na esfera cerimonial que contém não só recompensas para a conduta apropriada quanto sanções para a irregular.

Por outro lado, essas unidades protegem-se contra a dissolução, inculcando os padrões de conduta apropriada nos jovens.

11 Leigh Minturn e John T. Hitchcock, "The Rajputs of Khalapur, India", em *Six Cultures: Studies of Child Rearing,* de Beatrice B. Whiting (Nova York: John Wiley and Sons, 1963), p. 232.

Estudos recentes de cruzamento cultural no que toca às técnicas de socialização [12] dão base estatística às hipóteses de que as sociedades que possuem um alto grau de habilidade em acumular recursos alimentares, como as sociedades camponesas, são mais favoráveis àquelas técnicas que tornam seus membros dependentes do grupo socializador, porque o adestramento dependente favorecerá a execução rotineira das tarefas rotineiras. Em contraste, sociedades com baixo grau de habilidade no sentido de acumular recursos alimentares, como as sociedades caçadoras e coletoras, tendem a favorecer técnicas socializantes produtoras de auto-segurança, que conduzem aos efeitos individuais. Isso presumivelmente para favorecer o controle de um suprimento alimentar ocasional e intermitente. Mais precisamente ainda, parece haver uma tendência da parte das famílias extensas de dar ênfase à dependência dos membros no grupo doméstico, proporcionando aos filhos gratificações orais, por prolongados períodos de tempo. Essa prática recompensa a busca ininterrupta de sustento econômico por parte da unidade familiar e faz desta o principal agente no encontro de tais necessidades. Ao mesmo tempo, entretanto, essas famílias mostram forte tendência a reprimir demonstrações de agressão e sexualidade, tentando instilar nas crianças o controle do impulso requerido para a coordenação grupal. Tal socialização não só prepara a criança para tornar-se membro permanente de um grupo já existente como também estabelece as bases para os casamentos, nas quais os novos casais constroem seu lar dentro do grupo tão duradouro. Em contraste, as famílias nucleares tendem a não dar ênfase à dependência oral e punir a agressão e a sexualidade com menos rigor, permitindo ao indivíduo um jogo mais livre de relações com os outros. Onde famílias extensas socializam para continuidade do grupo, as famílias nucleares socializam para afinidade, para o estabelecimento de uma díade nuclear nova e independente.

Com apoio cerimonial e técnicas de socialização que "preparam" os membros para a vida coordenada com a família extensa, essas unidades podem manter-se em funcionamento enquanto a soma de recursos e trabalho se mostre funcional. Contudo, os grupos domésticos ampliados são também frágeis no

12 John W. Whiting, "Socialization Process and Personality", em *Psychological Anthropology,* de Francis Hsu (Homewood: The Dorsey Press, 1961), pp. 355-380.

sentido de que devem sempre comprimir as tensões complexas para as quais sejam insuficientes as sanções contra a dissolução, pois de outro modo poderiam escapar do controle e até desintegrar-se.

Naqueles lugares onde as tensões fragmentadoras da família extensa derivam fundamentalmente da filiação, ou seja, da ligação de pessoas à linhagem familiar, ou de conflitos entre membros do *sib,* as tensões da família nuclear cercam o elo conjugal. Os filhos desta experimentarão tensões e pressões para libertar-se dos pais, mas tratam de buscar seu próprio caminho, formando famílias separadas e grupos domésticos próprios. Essa exigência se faz para alcançar independência, mas ao mesmo tempo coloca considerável responsabilidade sobre a nova família. Sua continuidade é rapidamente posta em questão se um dos pares conjugais por qualquer razão mostra-se inepto e inoperante no cumprimento de seus deveres para com o cônjuge. Nessas circunstâncias, devemos esperar encontrar predominância de famílias nucleares em sociedades camponesas?

Encontrá-las-emos em primeiro lugar como fenômeno temporário em condições limites, onde a terra é abundante em relação à população e oferece oportunidade a jovens casais que desejam desligar-se de suas famílias. Essas famílias conjugais podem mostrar-se temporárias, pois tornar-se-ão famílias extensas se as condições forem favoráveis.

Em segundo lugar, vamos encontrar a predominância da família nuclear em situações onde a terra tornou-se tão escassa que a família não pode mais usar a propriedade da terra como base para consolidação posterior e deve voltar-se para outras fontes de renda para anular seus *deficits.* Isso pode ocorrer sempre que a propriedade familiar for subdividida várias vezes no processo de herança, de modo que cada pedaço de terra se torna pequeno demais para cada núcleo familiar. Onde as subdivisões formam porções minúsculas, unidades maiores só podem ser criadas pela compra ou aluguel de terras adicionais, mas poucas famílias terão recursos suficientes para pagar os preços correntes pela terra ou aluguéis. Nessa situação, entretanto, haverá famílias ricas tornando-se ainda mais ricas e maiores, enquanto as famílias pobres se tornam mais pobres e sua unidade familiar ainda menor. As maiores, igualmente, possuem mais potencial para a especialização artesanal conjugada com o cultivo.

Contudo, ao mesmo tempo, a crescente escassez dos recursos da terra fará crescer uma tensão na solidariedade das famílias extensas, acentuando todas as tendências centrífugas que são contidas sempre que a terra e outros recursos são suficientes. Além disso, na medida em que os membros dessas famílias começam a buscar alternativas várias para as tarefas que até agora compartilharam, começam a possuir uma variedade de interesses. Alguns deles desligar-se-ão do grupo maior, às vezes com elevado custo psíquico. Essas pressões adicionam-se às tensões exacerbadas dentro da organização mesma, até que esta se quebre e seus membros se reconstituam em uma série de famílias nucleares.

O predomínio do trabalho assalariado é uma terceira condição para a emergência da família nuclear. Tão cedo tornem-se os camponeses assalariados, tornam-se maiores os indícios segundo os quais a família nuclear prevalecerá, especialmente onde o contrato de trabalho envolve troca de interesses unilateral, de salários por trabalho produzido, sem nenhuma relação adicional entre empregado e empregador. Nessas circunstâncias, o trabalhador é alugado somente para a tarefa e dispensado após. As pessoas são empregadas por sua força de trabalho individual e não de famílias inteiras. O processo de fragmentação em famílias nucleares pode ser atrasado ou estancado onde o empregador aceita a responsabilidade de manutenção de relações multifacetadas com o empregado, que em troca aceita um compromisso perpétuo com o empregador como em muitas fábricas japonesas.[13] Essas relações não envolvem meramente o trabalhador individual, mas o grupo doméstico como um todo.

Há ainda um quarto grupo de condições que favorecem a família nuclear em detrimento da ampliada: são aquelas de um cultivo altamente intensificado dentro de uma família nuclear apropriadamente equipada, que as faz produzir colheita suficiente num pedaço de terra limitado. A terra produz o suficiente e mais: a família nuclear pode perfeitamente fornecer qualquer trabalho adicional para cobrir necessidades temporárias, alugando-se por tempo integral ou parcial. Essas condições são características das fazendas neotécnicas de muitas partes do mundo,

[13] James G. Abegglen, *The Japanese Factory: Aspects of its Social Organization* (Glencoe: The Free Press, 1958).

tanto as que produzem grãos ou que possuem culturas de alto custo, como vinhedos concentrados e altamente capitalizados, quanto no Reno, nos vales ao sul do Passo de Bremer no Tirol meridional.

Deixando temporariamente de lado os tipos de condição, podemos ver que os três últimos casos têm algo em comum. Eles envolvem uma forma mais avançada de divisão de trabalho na sociedade, comparadas com as sociedades camponesas dominadas por famílias extensas. Estas últimas conduzem muito mais processos produtivos conjugados na sua própria terra e produzem muito mais itens do que consomem as famílias nucleares. Estas podem ser carentes de terra e por isso não confiar prioritariamente no cultivo. Elas desenvolvem a divisão social do trabalho, tomando a si especializações de tempo parcial ou total para comprar comida, ou especializam-se em vender sua força de trabalho, tornando-se assalariadas. No cultivo intensivo, por outro lado, a produção agrícola ergue-se ao ponto em que somente alguns produtos são cultivados em grandes quantidades, mas a família nuclear deve confiar na venda proveitosa desses produtos para comprar a maior parte de sua comida e também produtos artesanais e industriais. Um fazendeiro de trigo que o cultiva intensamente não pode somente comer trigo, ainda que transforme tudo em pão. Um produtor de vinho não pode viver somente de vinho; ele deve vendê-lo para obter alimentos e outras comodidades. Em conseqüência, podemos dizer que estamos prestes a encontrar indícios de famílias nucleares onde a divisão do trabalho é acentuada na sociedade, mas não na família; enquanto as famílias extensas possuem acentuada divisão de trabalho em si mesmas, mas não na sociedade.

A divisão do trabalho é, pois, pesadamente acentuada com o crescimento da indústria. A industrialização teve um efeito quase imediato num grande número de pessoas na agricultura. À medida que os empregos na indústria se ampliaram, os subempregados ou que o fazem sazonalmente na agricultura emigram para buscar trabalho nas fábricas. Essa migração reduz a população, deixando uma quantidade maior de terra e de capital *per capita* na área rural. O efeito é o de aumentar a produtividade do trabalho, mesmo onde não ocorrem inovações tecnológicas de grande monta. Onde o capital é usado para aperfeiçoar a tecnologia da agricultura, o efeito é naturalmente aumentado. Na medida em que as máquinas assumem o papel do homem, ou o

trabalho é de tal modo organizado que ocupa menos homens, a necessidade de trabalho na agricultura decresce. Os excedentes produzidos por um pequeno número que permanece canalizam-se para menos famílias: há, pois, um aumento da renda. Inversamente, o aumento da renda possibilita ao camponês comprar mais bens industriais. Na verdade, eles terão que comprá-los, porque a imigração fez decrescer o número de especialistas que se dedicavam em tempo parcial a prover a família camponesa com bens específicos.

Ao mesmo tempo, o deslocamento da demanda de produtos industriais tem implicações importantes para a existência continuada do campesinato. Onde as condições sociais, políticas e econômicas o permitirem, o investimento do capital maciço na agricultura levará ao estabelecimento de "fábricas do campo" tão logo a taxa de lucro derivada dessas empresas se iguale às da indústria. Essa mudança da organização produtiva é por certo acompanhada de deslocamento simultâneo do campesinato. Onde a taxa de lucro nos investimentos da agricultura é marcadamente menor do que a da indústria, o tamanho das fazendas permanece pequeno, contudo. Assim, a família nuclear será o grupo social dominante na lavoura camponesa.

Padrões de Herança

O grupo doméstico camponês não se acha exposto às tensões de conjugar todas as suas finalidades no tempo devido, ao mesmo tempo que mantém a sua solidariedade interna, mas também precisa persistir através do tempo. Ele sempre experimenta tensões. Isso é mais evidente onde a cabeça do grupo doméstico deve ser substituída por um sucessor, e sua prole reivindica os recursos que ele controlou durante a sua vida ativa. Cada substituição de um membro da velha geração por outro coloca em questão a existência da unidade familiar camponesa como estava constituída previamente. Como conseqüência, a sucessão é regulada por normas especiais. De grande importância são aquelas que governam a herança, regulamentando a passagem de recursos sob seu controle, do velho ao jovem.



Há, basicamente, dois sistemas de herança. O primeiro envolve a passagem dos recursos a um único herdeiro ou *herança*

sem partilha. Este possui variantes: a propriedade pode passar para o primogênito, ou para o caçula ou ainda para algum descendente solteiro designado pelo cabeça da família, fora dos já citados. O segundo consta de sistemas de herança envolvendo mais de um herdeiro ou sistemas de *herança por partilha.* Este tem a vantagem de manter intacta a fazenda familiar. Um herdeiro recebe a parte produtiva da propriedade; todos os outros devem aceitar posições subordinadas nela ou consentir em abandoná-la com ou sem compensações. Os sistemas baseados na herança por partilha outorgam alguma parte da propriedade ancestral ou alguma reivindicação quanto ao seu rendimento a todos os membros da nova geração. Entretanto, assim procedendo, subdivide-se a unidade estabelecida, de modo que cada sucessor recebe uma combinação de recursos menos importantes do que aquela dirigida pela parte distribuinte. Os sistemas de herança por partilha ou sem partilha podem ainda ser mais diferenciados, dependendo de terem ou não direitos sucessórios outorgados a todos os filhos ou somente aos varões. A sucessão restrita a estes somente é mais comum no geral das heranças, sendo que as filhas recebem geralmente compensações na forma de dotes ou pagamentos monetários definitivos.

A despeito de muitas investigações detalhadas no que diz respeito aos padrões de herança em períodos e locais específicos, as causas a eles subjacentes são ainda pouco compreendidas. Devemos tentar uma explicação preliminar de tipo funcional com a certeza de que um trabalho posterior pode qualificar mais acentuadamente as nossas proposições. Para começar, as concomitâncias funcionais desses sistemas podem ser agrupadas em dois contextos principais: o ecológico, que envolve a relação entre tecnologia e ambiente; e o contexto social hierárquico, que envolve a relação do grupo doméstico com outros: os mecanismos e as instituições econômicas e políticas superordenados.

É provável que a pronta disponibilidade da terra tal como uma região fronteiriça favoreça a herança por partilha, posto que cada sucessor potencial tem terra suficiente a seu dispor. Nessas circunstâncias, entretanto, o fator crítico não será a terra, mas a disponibilidade de outros recursos, como trabalho ou animais de tração. Nas condições de fronteira, encontrar-se-á o grupo doméstico mantendo sua integridade; a herança por partilha da terra e de outros bens permanecerá mais potencial do que propriamente efetiva.

Sempre que novos membros são adicionados ao grupo doméstico por nascimento ou adoção, este simplesmente tomará a nova terra até que um *optimum* seja alcançado, o qual se define pela quantidade de força de trabalho requerida e pela dificuldade do governo interno do grupo. Tanto quanto a unidade mantém sua coesão interna, com mais razão ela persistirá, mesmo que alguns de seus membros se retirem para buscar novas formas de emprego, sazonais ou periódicas, fora do cultivo do núcleo familiar. Assim, é possível manter o grupo doméstico num estado de *partilha potencial,* contanto que as tendências centrífugas, representadas pelos migrantes temporários, não excedam a pressão centrípeta dos elos sociais constitutivos do grupo doméstico.

Uma vez perdida essa coesão, a herança por partilha vem à luz. Ocorre tão logo os migrantes se tornem completamente independentes. As condições estão maduras quando a fronteira de terra desaparece e um número cada vez maior de membros ameaça acumular-se dentro do grupo doméstico, diminuindo a parte de cada herdeiro. Mas ocorre também quando a terra for altamente produtiva, possuidora de culturas que trazem rendimento imediato, como por exemplo as vinhas européias, onde cada pedaço de terra fértil significa a existência independente de uma nova família nuclear.

Mas a herança por partilha pode ser também influenciada pelos interesses dos detentores do poder que sugam os excedentes dos camponeses. Argumenta-se pois que o Estado chinês favoreceu a partilha, de modo a maximizar o número de pagadores de impostos no Reino. Ainda mais decisivo tem sido o interesse do Estado em evitar a expansão de grandes monopólios da terra por funcionários. Pareceria nesse caso que, por serem fortemente centralizados, os assim chamados Estados "despóticos" que reivindicam domínio absoluto para o soberano também favorecem o domínio prebendal mais do que o patrimonialismo, porque também os funcionários pagos com prebendas dos cofres estatais estão assim ligados ao Estado e impedidos de construir domínios rivais. Tal sujeição dos direitos humanos quanto ao domínio pelo Estado resulta no que Karl Wittfogel chamou de "propriedade fraca". Na China, a regra de herança por partilha serviu para acabar com o complexo cumulativo de propriedade no curso de várias gerações. Martin Yang descreveu bem esse processo numa vila do norte da China:

A ascensão de uma família agrícola está totalmente consumada pela compra de terras; sua queda é ocasionada por emergências que forçam a venda da terra. É interessante notar que nenhuma família de nossa vila conseguiu manter a mesma extensão de terra por três ou quatro gerações. Geralmente, a família trabalha muito, vive frugalmente até que começa a comprar terra. Os membros da segunda geração desfrutam-na simplesmente, gastando muito e ganhando pouco. Nenhuma terra nova é comprada e gradualmente torna-se necessário vender. Na quarta geração, a terra é vendida até que a família cai na pobreza. O ciclo leva menos de 100 anos para se completar. Desaparecem os membros extravagantes, e os filhos voltam novamente a acumular propriedades. Como sofreram, estão conscientes do que querem, reconhecem a necessidade do trabalho árduo e abstêm-se de muitas coisas, de modo a refazer a fortuna da família. Nessa época, a família original já deixou de existir e em seu lugar há várias pequenas famílias pobres.[14]

Os padrões da herança por partilha predominam na China, na Índia, no Oriente Próximo, na Europa mediterrânea e na América Latina, para onde foram levados pelos conquistadores mediterrâneos.

Em contraste, a herança sem partilha, de um único herdeiro, é favorecida nas regiões de domínio "feudal" da Europa e do Japão. Áreas caracterizadas pelo forte desenvolvimento do domínio patrimonial, em oposição ao sistema prebendal. Em parte, essa preferência é devida a fatores ecológicos, onde o sistema de único herdeiro atua para manter a combinação de recursos construídos no passado. Em algumas áreas montanhosas da Europa, os Pirineus, norte da Espanha e Alpes, por exemplo, a propriedade característica deve incluir os prados, o pasto, a floresta e os campos de cultivo. Essa combinação ecológica ótima estaria ameaçada pela subdivisão. Ao mesmo tempo, tal unidade não pode sustentar mais do que certo número de pessoas. As normas que governam a herança servem para eliminar da sucessão todos aqueles cuja competição potencial diminuiria a capacidade latente da fazenda. Temos visto tal mudança de herança por partilha para herança sem partilha na Irlanda, onde os padrões antigos de herança por partilha abriram caminho para o sistema de um único herdeiro em meados do século passado, tendo como causa as pressões de uma forte superpopulação. Aquêles que não se qualificaram para a sucessão da propriedade sob a

[14] Martin Yang, *A Chinese Village: Taitou, Shantung Province* (Nova York: Columbia University Press, 1945), p. 132.

regra da ausência de partilha tiveram de sair em busca de outro emprego na região ou fora dela, fato que sublinha a emigração dos irlandeses depois das grandes fomes dos meados do século XIX.

Contudo, o sistema de um só herdeiro aparece também como resultado de pressões hierárquicas sobre os camponeses. Argumenta-se que os senhores patrimoniais favoreciam o sistema de único herdeiro, certamente contra os desejos do campesinato. Tratava-se possìvelmente de uma tentativa de tanto manter intacta a estrutura de pagamentos por aluguel como manter econòmicamente viáveis as unidades desse tipo. Se não, em cada repartição, os débitos teriam que ser realocados. Não somente a unidade resultante estaria inapta a produzir os encargos impostos de fora para dentro como o custo da direção do empreendimento teria que responder às contínuas modificações.

Uma das conseqüências do sistema de herdeiro único é a divisão da sociedade camponesa em dois grupos: herdeiros e deserdados. Essa divisão implica que o estágio estabelecido para o desenvolvimento de uma aristocracia camponesa, entre aquêles que necessitam manter intactas suas propriedades, é dominante. Desenvolvem-se fortes pressões que inibem os casamentos de filhos e filhas deserdados. Ao mesmo tempo, diferentes reivindicações sobre a terra vão significar que somente os herdeiros possuidores poderão ter famílias, geralmente escolhendo seu cônjuge entre outros grupos domésticos do seu nível. Esse tipo de relação forja fortes alianças entre os seus componentes, geralmente dirigidas contra os seus colaterais e membros de *sibs* despossuídos. Os sem-terra e os deserdados formam uma reserva de trabalho. Se permanecem na comunidade camponesa, têm que trabalhar para parentes aquinhoados. Se vão embora, procurarão emprego em algum lugar. Alguns pesquisadores têm encontrado uma relação entre herança sem partilha e desenvolvimento industrial. Na medida em que o campesinato formou uma leva permanente de homens e mulheres desempregados, estabelece-se um estágio do desenvolvimento da indústria, que pode dar emprego contínuo e em grande escala a uma população antes desprovida de uma base social e econômica e suficientemente numerosa para manter o trabalho a baixo custo proporcionalmente a outros fatores.

A herança por partilha, de outro lado, parece encorajar o inverso. Não dará terra suficiente para um herdeiro viver, mas

poderá dar a todos os membros da sociedade alguma terra. Assim fazendo, dará a cada qual um elo contínuo no sistema de adaptação camponês. A venda de qualquer pedaço de terra poderá não trazer grandes lucros, mas quase todas as pessoas desejam adicionar um pequeno pedaço à propriedade original, não só por pequenas compras de terra de vez em quando como casando-se com alguém que tenha herdado uma pequena porção. Contrastando com os regimes de herança sem partilha, que favoreceram o crescimento da grande indústria ao fazer uso de grandes massas com excedente de trabalho, essa situação de contínua divisão favorece a introdução da pequena indústria. Com parcelas de terra suficientemente restritas para absorver o pleno emprego de seus ocupantes, alguns empregos de tempo parcial podem cobrir a margem econômica que tornou praticável a persistência do camponês. É, pois, em áreas de herança por partilha que hoje encontramos também a pobreza rural de maior extensão. Porque as pequenas indústrias, retrógradas e ineficientes, têm de competir com grandes indústrias, alijando do camponês sua margem de segurança econômica. Enquanto as áreas de herança sem partilha tenderem a modificar para uma organização neotécnica, as áreas de herança com partilha, ameaçadas pela "desindustrialização" de seu fragmentado campo, enfrentarão o futuro com uma base paleotécnica manejada por uma população que cresceu mais do que a capacidade da terra.

Pressões Seletivas e Estratégias Defensivas

Vimos que o campesinato se expõe continuamente a toda uma gama de pressões que se chocam contra ele e desafiam sua existência.

Primeiramente, há aquelas que derivam do ecótipo camponês específico. São produzidas pelo ambiente que os homens podem controlar de maneira parcial somente: quando a seca cresta os campos nas áreas de chuva insuficiente ou sobrevêm inundações em áreas de chuva abundante. Ou quando gafanhotos invadem a terra e pássaros devoram as plantas. De forma similar, os camponeses devem lutar contra as conseqüências da exaustão ou da superprodução. Ou ainda a erosão causada por seus próprios métodos.

Em segundo lugar, há as pressões que emanam do sistema social de um campesinato. Algumas derivam da necessidade de manter uma unidade familiar trabalhadora em detrimento dos desentendimentos pessoais e dos arrufos de independência. Outras têm sua causa na pressão da população sobre a terra e a conseqüente necessidade de redistribuir a terra escassa entre vários reivindicantes ou de privar alguns reivindicantes potenciais do acesso a ela. Outras pressões podem-se dever a formas rivais de empreendimentos, como quando unidades agrárias neotécnicas — *plantations* ou fazendas coletivas — fazem competição pela terra e pelo capital com a empresa paleotécnica, menor e mais frágil.

Em terceiro lugar, há as pressões que emanam da sociedade global da qual a propriedade camponesa faz parte. Elas podem ser econômicas e tomar a forma de exigência tributária, aluguéis e pagamento de juros. Podem ser políticas, tomando a forma de interferência legislativa na autonomia do campesinato. Ou podem ser militares, como quando o Estado chama os jovens aptos, privando o cultivador de uma parte estratégica de seu suprimento de trabalho; ou como quando um Estado hostil invade uma região camponesa matando, roubando gado ou queimando suas colheitas maduras.

Tais pressões atingem todos os membros do campesinato, mas sempre uns mais que outros. Dessa maneira, um homem que vive perto de um curso d'água e outro que cultiva próximo a uma região seca; é claro que ambos necessitam da água, mas o que está mais próximo dela a obtém mais regularmente, com menos gasto de energia. De igual maneira, os gafanhotos poderão destruir o campo de um deles somente. Alguns camponeses terão menos filhos e mais terras, produzirão mais sementes de cereal em um ano do que outros, perderão menos filhos no exército do que outros, ou ainda terão mais parentes do sexo feminino. Em cada geração, portanto, as pressões que recaem sobre a totalidade das pessoas são desiguais. Com o decorrer do tempo, podemos esperar que alguns lares estarão mais pressionados que outros. Essas pressões são seletivas, favorecendo a sobrevivência de algumas unidades em detrimento de outras e servindo para diferenciar a população camponesa.

Como pode determinado grupo doméstico camponês melhor sobreviver em face dessas pressões diferenciadoras? O campesinato como um todo pode tentar resolver o problema

movendo-se em direções contraditórias. Para alguns, a força da pressão seletiva pode ser reduzida pelo desenvolvimento de mecanismos de partilha de recursos nos tempos de necessidade. Assim, se um grupo doméstico tem falta de farinha, pode tomar emprestado de outro. Se precisa de sementes, fará o mesmo. Ou se precisa de um pedaço de terra adicional, tomará emprestado ou alugará de outra propriedade que tem menos bocas para alimentar. Poderá ainda chamar outros grupos domésticos para ajudar a suportar os encargos ou taxas ou partilhar igualmente o ônus dos impostos militares e governamentais. Isto é, o campesinato pode tentar refrear o efeito diferenciador das pressões seletivas que sôbre ele recaem nivelando seu impacto. No fundamental, tal sistema conclama os grupos domésticos mais bem sucedidos a conjugar-se diante do impacto de pressões, ajudando as mais problemáticas. É óbvio que, em tal situação, o ganho de alguns é obtido com a perda de outros.

A solução é apresentada na sua forma mais extrema por vários arranjos niveladores e igualitários, tal como a organização do *mir*, comum na Rússia pré-soviética e na Sibéria. Nela, o título da terra era conferido à comunidade camponesa e não ao grupo doméstico individualmente. Contudo, todos os membros de um *mir* tinham direito a uma porção na mesma base que uma propriedade da família. Ela era então cultivada separadamente. Ao mesmo tempo, a comunidade tinha direito à repartição periódica da terra entre os grupos domésticos constituintes. Tanto a freqüência de loteamentos de terra como os princípios de governo sobre eles variavam de região para região. A terra podia esr repartida em algumas áreas na base do número de adultos ativos por grupo doméstico, na base do número de varões por grupo doméstico, ou ainda na base do número total dos membros de todos os grupos domésticos. Outro modo é o da comunidade decidir não lotear por um período de tempo, retendo no entanto o direito último de fazê-lo. Essa terra loteada não podia ser vendida, hipotecada ou herdada. Nenhum membro da comunidade poderia recusar tal loteamento caso desejasse, quando a capacidade da terra em produzir excedente fosse menor que os tributos exigidos. Existem acertos similares em outras partes do mundo, como a posse da terra denominada *musha'a* no Oriente Próximo. Ela impõe uma igualdade sancionada socialmente aos membros da comunidade, não só direta como indiretamente. Onde um pedaço de terra muda de dono

periodicamente, poucos cultivadores farão melhoras duradouras nele. O sistema reforça assim o cultivo tradicional e relativamente extensivo de colheitas anuais e desencoraja a introdução de colheitas perenes produzidas de forma intensiva.

Resultados similares são obtidos onde a comunidade não afeta o sistema de produção camponês, mas em vez disso corta os excedentes produzidos por ela. Assim, por exemplo, entre o campesinato indígena da América Central e dos Andes é costume que os cabeças dos grupos domésticos contribuam com soma consideráveis de dinheiro, comida, presentes e fogos de artifíci etc. para o culto dos santos da comunidade. Na medida em qu o trabalho de sustento dos santos circula periodicamente ent os que são aptos a fazer pagamentos, a comunidade obtém meios cerimoniais de demonstrar e realçar sua solidariedade através de festas, ao mesmo tempo que nivela as distinções de riqueza entre seus membros.

Precissão em Santa Maria Jesus, perto de Antigua, Guatemala. (Foto de Joseph Seckendorf, extraída de Sons of the Shaking Earth, *obra publicada por The University of Chicago Press, 1959.)*



A solução oposta ao problema é deixar que as pressões seletivas recaiam onde devem, maximizando o sucesso dos aquinhoados e eliminando os que não conseguem subir. Essa tem sido a solução adotada na Europa continental sob o domínio mercantil, onde o campesinato paleotécnico foi substituído pelo neotécnico num processo de seleção forçada por mais de 200 anos. Em ambos os casos, a adoção da solução extrema foi trazida por intensa pressão externa.

A maioria dos campesinatos fica entre os dois extremos citados, possivelmente por razões óbvias, e deve buscar uma situação de compromisso para seu problema. Essa tendência ao compromisso deve-se talvez ao simples fato de que os problemas de um grupo doméstico camponês são possivelmente os mesmos dos demais. Mais ainda, um grupo doméstico que obteve um êxito temporário percebe ao voltar os olhos para vizinhos menos aquinhoados que, geralmente (essa sorte é a "graça de Deus"), contribuiu para seu êxito e para as dificuldades do vizinho; a situação inversa em uma outra época poderia trazer exatamente o contrário. Essa abordagem é baseada muito menos nos princípios da caridade cristã do que na percepção dura de que uma ajuda a um vizinho pode ser uma forma simples de seguro contra um dia negro. Ao mesmo tempo, deve haver um limite para a quantidade dos recursos de cada um que podem ser reunidos aos de um vizinho para que este não seja arrastado pela falência em potencial do outro. Em toda parte, os camponeses tendem a entrar em alianças que se mantêm frouxamente, de modo a permitir a sua dispensa num período de provação severa. Embora as famílias camponesas tendam a aumentar sua segurança ampliando seus recursos em bens e pessoas, devem manter também suficiente autonomia funcional para resguardar sua própria sobrevivência. Chamarei de coalizões tais *alianças,* entendendo por isso "uma combinação ou ligação entre pessoas, facções e Estados, em geral temporária".

Mas os camponeses não só as constroem com seus companheiros para neutralizar as pressões seletivas que sobre eles recaem, mas também para neutralizar aquelas de tipo individual, especialmente se emanam dos indivíduos de posição elevada, de pessoas com mais poder militar, político ou econômico do que eles. Têm de buscar ajuda no mercado de seu produto, competindo com funcionários governamentais no contato com o emprestador de dinheiro. As coalizões envolvendo camponeses podem assim envolver não só relações entre eles mesmos, mas entre camponeses e superiores de outra origem.

Coalizões Camponesas

Nosso critério para distinguir entre vários tipos de coalizão camponesa são três:

1. O grau no qual são formadas as coalizões entre pessoas que compartilham muitos interesses ou entre pessoas ligadas por um único interesse. Chamaremos o primeiro tipo de multilinear e o segundo de unilinear. A imagem subjacente nessa terminologia é a de um cordão que possui vários fios torcidos juntos ou de um único fio. Uma aliança multilinear organiza-se pelo entrelaçamento de muitos laços. Cada um implica o outro, como, por exemplo, quando trocas econômicas implicam parentesco, amizade ou vizinhança. Essas relações de parentesco e amizade com a vizinhança implicam a existência de sanções legais que as governam. Estas implicam a existência de símbolos que as reforçam e representam outras relações. As várias relações sustentam-se mutuamente. Uma aliança construída em termos de tal variedade dá ao homem segurança em diferentes contextos. Nisso está sua força específica e sua fraqueza. Cada laço é sustentado por outros que a ele estão ligados e à maneira pela qual vários fios são entrelaçados para produzir um cordão mais forte. Ao mesmo tempo, tal coalizão é relativamente inflexível. Existirá somente quando os fios se mantiverem unidos. A eliminação de um deles enfraquece os outros. Em conseqüência, tais coalizões resistirão a forças cujo objetivo é desatar os fios. As alianças unilineares são mais flexíveis e podem ser ativadas em contextos onde um único interesse pertinente predomina, sem ao mesmo tempo comprometer os participantes no envolvimento em qualquer outra situação vital.

2. O número de pessoas envolvidas na coalizão. Ela pode ser *diádica* quando envolve duas pessoas ou dois grupos de pessoas, ou *poliádica* quando envolve muitas pessoas ou grupos de pessoas.

3. O grau no qual são formadas as coalizões, tanto por pessoas com as mesmas oportunidades de vida, ocupando a mesma posição na ordem social, quanto por pessoas ocupando dife-

rentes posições na ordem social. Tal como vimos, as coalizões podem envolver camponês com camponês: a estas chamaremos coalizões *horizontais*. Ou podem envolver camponeses e superiores fora do grupo: a estas chamaremos coalizões *verticais*.

Podemos encontrar coalizões multilineares acima de tudo em situações nas quais a propriedade camponesa é "individualizada" nas suas relações com exigências exteriores. Por isso, entendemos os vários fatores da produção e as atividades levadas a cabo dentro da propriedade camponesa como despidos de quaisquer embaraços e considerações que possam impedir a maximização da resposta às forças externas. Já vimos que isso pode dar-se sob três condições: primeiramente, quando a velha ordem se enfraquece e famílias camponesas individuais aumentam seu controle de bens e serviços alijando seus vizinhos e entrando em novas alianças com o mundo exterior em seu próprio interesse. Segundo, quando um aumento marcante da divisão social do trabalho permite a novas famílias nucleares estabelecer propriedades próprias e iniciar relações autônomas com intermediários e patrões. Terceiro, quando mercados em rede penetram na comunidade camponesa transformando todas as relações para aquelas de interesse único de indivíduos com bens para vender. Isso converte os membros da comunidade em competidores de objetos que são avaliados primariamente em termos econômicos sem consideração a valores não-econômicos.

Sob cada uma dessas condições ou sob todas elas juntas, os camponeses têm possibilidade de se encontrar em diferentes contextos sociais, lidando com diferentes indivíduos, engajados em diferentes atividades, estas por sua vez dirigidas a fins diversos. O resultado será que muitas relações serão vividas a curto prazo, com os participantes encontrando-se apenas por breves momentos. Onde contudo acontecer o contrário, ou seja, onde os camponeses seguirem mais a estratégia de subconsumo do que a de produção aumentada; onde a divisão de trabalho é forte dentro do grupo doméstico, mas fraca fora dele; e onde o sistema de mercado é socialmente periférico ao invés de central, o campesinato manter-se-á enlaçado por numerosas relações multilineares. Nessas circunstâncias, podemos encontrar grupos domésticos fortes e duradouros, condições estáveis entre os grupos domésticos e laços pluridimensionados com superiores e intermediários, no plano econômico ou político.

Coalizões Unilineares

Vejamos agora mais de perto os tipos de relações unilineares do campesinato. A permuta de nossos três critérios transforma-se em quatro tipos de relações unilineares, que são:

1. Diádica e horizontal.
2. Diádica e vertical.
3. Poliádica e horizontal.
4. Poliádica e vertical.

Tomando cada uma dessas possíveis relações, podemos notar que os primeiros três tipos, importantes como são para a vida camponesa, se vividos no contexto apropriado, produzem no máximo coalizões muito frouxas. As díades horizontais unilineares estão melhor exemplificadas pela relação de troca entre camponeses tomados individualmente e o mercado. Já discutimos isso. Nessa relação, duas pessoas de *status* equivalente encontram-se momentaneamente envolvendo com isso como único interesse a troca de bens. Nenhuma consideração posterior mantém os dois participantes em contato. No melhor dos casos, a relação entre comprador e vendedor, como nos laços favorecidos de comprador e vendedor do Haiti, o *pratik* envolve-se em vantagens mútuas econômicas de longo alcance. Ela vai até certo momento, pois a relação não adquire interesses secundários em adição ao que lhe deu origem, isto é, não redunda numa ligação, mas permanece como uma relação de interesse único. Isso é também verdade para o segundo tipo de díade no desempenho de um único interesse, aquele entre o camponês e o detentor do poder. Esse tipo acha-se exemplificado por relações entre o camponês e o emprestador de dinheiro e entre o camponês e o coletor de impostos, sempre que a execução de uma tarefa particular está em jogo. Não são possíveis ligações diádicas até que a transação de interesse único seja suplementada por considerações de "boa vontade" ou ajustamentos feitos na taxa de juro ou na quantia da taxa em pagamento por serviços ou favores estranhos à transação dominante. Quando tal acontece, as relações começam a ser providas de laços que as aproximam das multilineares.

O mesmo processo é verdadeiro para as relações poliádicas verticais, baseadas num interesse único. Elas estão ilustradas pe-

las relações hierárquicas ou relações entre supervisores e supervisados numa repartição. Os camponeses tendem a esse tipo de laço quando entram num emprego, numa plantação ou fábrica. Mesmo aqui haverá tendência para converter os laços do interesse único prescritos pela organização formal em relações multilineares, nas quais a boa vontade e os favores são trocados informalmente, de modo a fazer o processo de trabalho desenvolver-se mais suavemente. Isso tende a fragmentar o limite de apoio poliádico em várias díades mutuamente sustentadoras para a desgraça de qualquer administrador que deseje aplicar regras formais pura e simplesmente e sem mostrar favoritismo.

As relações de quarto tipo, poliádicas e horizontais — que ligam um número de pessoas em relações equivalentes e estão organizadas em torno de um único interesse — efetivam coalizões duradouras. O melhor exemplo de tal coalizão é a confraria ou associação. Elas ocorrem em muitas sociedades, incluindo sociedades camponesas de todos os tipos. Encontraremos clubes de ajuda mútua, associação para enterro dos pais, grupos produtores de açúcar, sociedades de irrigação, sociedades de vigia para plantações como nas aldeias chinesas, ajuda mútua, associações de seguro e crédito como na Europa medieval. Entretanto, a forma associativa aparece como *dominante* entre as coalizões de camponeses da Europa transalpina, especialmente no despertar da Revolução Industrial combinada com a Segunda Revolução Agrícola. Robert T. e Gallatin Anderson, investigando as mudanças sociais em Wissous (Seine-et-Oise), uma vila perto de Paris, chamaram a atenção para o crescimento rápido e a proliferação de associações nessa zona. [16] O que se passou nesse local é típico de muitas outras comunidades camponesas. Com cada família exercendo domínio mercantil sobre seus próprios recursos, dentro de um mercado em franco crescimento, a aldeia acha-se diferenciada em vários grupos de interesses, cada um voltado para a estabilização e o fortalecimento de sua posição, criando sua própria coalizão de interesse único.

> A estrutura organizacional de uma associação é eficiente. Toma providência para uma tomada de decisões ordeira através de convocação regularizada, de associados disciplinados, ou um corpo de funcionários que os representam. Têm uma base de poder bem definida em termos de um número de membros computáveis e um tesouro robustecido, em parte, pelo menos, pela tributação regular. Possui uma liderança autoritária, geralmente sob o comando unificado de um presidente, com tarefas especializadas delegadas aos líderes secundários. Além disso, essas virtudes no nível da comunidade são duplicadas em nível regional e nacional pela incorporação em associações parentais mais amplas, similarmente construídas.

16 Robert T. Anderson e Gallatin Anderson, "The Replicate Social Structure", *Southwestern Journal of Anthropology,* XVIII, n.º 4 (1962), pp. 365-370.

As associações não agrupam apenas membros de uma comunidade em têrmos diferenciais, pois servem também para ligar esses grupos diferenciados a uma estrutura de poder e interesse mais amplos. Tal agrupamento poderá não somente ter relações unilineares poliádico-horizontais, mas também conter laços multilineares poliádico-verticais.

Ao mesmo tempo, sabemos que as associações de interesse único, uma vez estabelecidas, tendem a assimilar objetivos secundários. Os membros de uma cooperativa vinícola bem sucedida podem exibir e solidificar seu prestígio patrocinando danças, e uma associação de criadores de gado pode contribuir para fundos eclesiásticos e de caridade. Apesar disso, na medida em que o interesse dominante estrutura as relações estratégicas que sustentam a associação, a sobrecarga de outras relações mantém-se periférica e secundária.

Coalizões Multilineares

Distinguimos quatro espécies de relações de interesse unilineares que desempenham um papel na formação de coalizões camponesas. Podemos distinguir agora quatro tipos de relações multilineares, sob as quais podem ser selados pactos sociais duradouros, que são:

1. Diádico e horizontal.
2. Poliádico e horizontal.
3. Diádico e vertical.
4. Poliádico e vertical.

Relações de tipo horizontal, diádicas e multilineares exemplificam-se por laços de amizade ou vizinhança nas quais famílias se associam em laços muito repetidos de vários tipos, que vão desde ajuda mútua na produção até a troca de favores. Na América Latina, por exemplo, esses laços de amizade são formaliza-

dos no que se chama co-parental ou relação de compadre entre pessoas do mesmo *status*. Tal relação é criada quando dois adultos concordam em apadrinhar uma criança de um deles, o que está geralmente ligado a algum cerimonial de etapas da vida. Primordialmente batismo, mas também a primeira comunhão, casamento, colheita, mutilação da orelha, construção da Igreja e assim por diante. Isso cria uma relação padrinho-afilhado que também constrói relação duradoura entre o primeiro e os pais do afilhado, conhecidos desde então como compadres cerimoniais. Essas pessoas geralmente são amigas ou buscam as vantagens da amizade. E o laço cerimonial garante a troca de bens e serviços entre eles.

As relações multilineares podem também produzir coalizões poliádicas e horizontais. Já falamos delas em nossa breve discussão sôbre comunidades niveladoras ou igualadoras. Para estas, o nome dado é de comunidades corporativas fechadas. Essas comunidades restringem os associados àqueles que nasceram e cresceram em seus limites. Poderão reforçar essa restrição coagindo os membros a se casarem dentro dos limites da comunidade. A comunidade, mais que o indivíduo, possui o domínio último sobre a terra e este não pode vendê-la, hipotecá-la ou alienar sua parcela de terra comunitária em benefício de forasteiros.



Exemplo de uma relação multilinear, diádica, horizontal. Aqui os aldeões trocam alimento e conversam em Saint Véran, França. (Foto de Robert K. Burns.)

Essas comunidades corporativas apresentam também mecanismos pelos quais se nivelam as diferenças entre os membros, tanto por periódicos reloteamentos de terra, como no *mir* russo ou no *musha'a* do Oriente Próximo, quanto pela sanção sobre o uso do excedente nos cerimoniais comunais como na América Central, Andes ou Java central. A comunidade guarda sua ordem interna, tanto por sanções formais quanto informais, como o cochicho, as acusações de feitiçaria e as acusações diretas. Mas age também como grupo unitário face aos pedidos de aluguel vindos de fora. O aluguel de trabalho, espécie ou dinheiro é distribuído igualmente entre os membros, tanto quanto se nivela o acesso aos recursos dentro dos limites da região. A comunidade adquire a forma de uma corporação, uma organização durável de direitos e deveres, mantida por um grupo de membros estável. E tenderá a lutar contra mudanças e inovações tidas como ameaças potenciais à ordem interna, que se esforça por manter.

Essas coalizões multilineares, poliádico-horizontais, tenderam a desenvolver-se em sistemas sociais que deixaram intacta a base de produção camponesa, mas que levantaram reclamações contra o fundo de rendas do campesinato, com uma importante cláusula: a comunidade mesma é que distribui o peso das dívidas, coleta-as e transmite-as ao verdadeiro reclamante. Em outras palavras, estamos próximos de encontrar tais comunidades em ordens sociais dominadas por uma adaptação paleotécnica do campesinato, combinando com formas de domínio indireto ou prebendal. [16]

Os tipos 1 e 2 de coalizões multilineares são horizontais, envolvendo relações entre as classes, de camponeses para camponeses. Os tipos 3 e 4 são entre as classes, envolvendo relações de camponeses a superiores não-camponeses num conjunto de laços verticais.

O tipo 3 está representado pela coalizão de tipo multilinear diádico e vertical. Sua forma característica é a coalizão entre patrão e empregado. Ela envolve uma pessoa superior social, política e economicamente numa relação vertical com um inferior nos mesmos moldes. Esse laço é assimétrico e é descrito como

[16] Eric R. Wolf, "Closed Corporate Peasant Communities in Mesoamerica and Central Java", *Southwestern Journal of Anthropology*, XIII, n.º 1 (1957), pp. 7-12.

um tipo de "amizade torta".[17] Ao mesmo tempo, é multilinear. Os dois companheiros devem estar aptos a crer-se mutuamente e, na ausência de sanções formais, a relação de confiança envolve uma compreensão mútua de motivos e conduta que não podem ser criados em um momento, mas crescem através do tempo e se testam em vários contextos. Isso é verdade especialmente onde não há sanções formais para reforçar o contrato. Em conseqüência, as relações patrão-cliente envolvem múltiplas facêtas dos seus atores e não meramente o interesse único segmental do momento. Em tal relação, o patrão oferece ajuda econômica e proteção contra extorsões legais ou ilegais das autoridades. Em troca, o cliente paga os bens não-materiais. Ele pode apoiar o patrão com seu voto, uma expectativa que sublinha uma das variantes da "lei do patrão" (caciquismo) no mundo hispânico Ele pode manter o patrão informado das conspirações e maquinações alheias. Agradá-lo-á, ajudando a elevar seu *status* na comunidade. "Assim fazendo", diz Michael Kenny, "ele estimula constantemente os canais da lealdade, cria a boa vontade, faz crescer o nome e a fama de seu patrão e lhe assegura uma espécie de imortalidade."[18] Mas trata-se também da parte do contrato segundo o qual ele deve agradar somente aquele patrão do qual recebe bens e crédito. Ele deve oferecer mais do que protestos de lealdade. Deve demonstrar a sua lealdade quando a maré estiver baixa. Nos períodos de crise política, ele reanimará o patrão, ao qual está ligado por contrato informal e do qual recebe favores. Ao mesmo tempo, as crises constituem um desafio a estabelecer contratos, pois eles testam tanto a alma dos homens quanto seus bolsos. Um patrão que tem menos a oferecer será abandonado por um em situação melhor. Um patrão cuja estrela declina perderá seus clientes para um em ascensão. Assim, esses homens competem, adquirindo apoio pela concesão de favores em muitas dessas coalizões diádicas.

As coalizões multilineares, construídas por laços poliádicos verticais entre camponeses, acham-se melhor exemplificadas na organização de parentesco chamada grupo de descendência. Os

[17] Julian Pitt-Rivers, *The People of the Sierra* (Nova York: Criterion Book, 1954), p. 140.

[18] Michael Kenny, *A Spanish Tapestry: Town and Country in Castile* (Bloomington: Indiana University Press, 1961), p. 136.

grupos de descendência são de dois tipos: grupos de descendência locais ou grupos de descendência multilocais ou políticos. O primeiro é em essência o grupo doméstico camponês, mantido através do tempo. Já discutimos seus problemas específicos de manutenção. O grupo de descendência multilocal ou político, entretanto, é uma coalizão na forma de um grupo de parentesco, atuando para concentrar, manter e defender o poder contra possíveis competidores, enquanto outros grupos como ele ou órgãos do Estado desejam truncar sua expansão. Trata-se de um grupo poliádico, porque inclui muitas pessoas ligadas por laços de parentesco verdadeiros ou fictícios. É multilinear porque o parentesco implica a existência de interesses diversos, unificados num conjunto comum de relações. É vertical porque essa unidade de parentesco lembra uma associação com um comitê executivo. Eles diferem de uma associação, entretanto, porque seus executivos são geralmente recrutados somente entre a nata do grupo de parentesco, como os mais poderosos ou ricos, ou uma linha especial de descendência. Tal linha de descendência num grupo mais amplo controlará prerrogativas especiais, mas estará investido também de responsabilidades de direção especiais. Para o camponês, a filiação em tal coalizão multilinear poliádico-vertical pode oferecer algumas recompensas às quais ele mobilizará para ajudar os parentes que estão próximos do poder, enquanto os detentores deste se mobilizarão em troca para sustentar o parentesco também numa luta para manter e exercer sua riqueza e poder. Tal unidade de parentesco tem assim uma relação organizada patrão-cliente e representa uma contraparte de tipo poliádico às relações multilineares diádico-verticais.

Tais coalizões de parentesco, englobando camponeses e detentores do poder de outra origem, agem mais comumente em sociedades onde o Estado coleta e acumula excedentes significativos, ainda que pelas mãos de funcionários prebendais, como foi o caso da China. Quando olhamos a aldeia chinesa tradicional, descobrimos primeiro todo um conjunto de grupos domésticos, que vão desde a família nuclear à extensa. Já vimos que a riqueza é um pré-requisito da família extensa. Podemos notar que as famílias que se tornam ricas em recursos e extensas na composição social formam também uma coalizão chamada *tsu* ou clã. Ela é ativada pela invocação do princípio de descendência comum através dos ancestrais masculinos. À medida que essas famílias se tornam ricas, solicitam a ajuda de especialistas para

reconstruir as genealogias, organizando livros de clã que contam os benefícios creditados de membros falecidos, tomam um cuidado especial com as tábuas ancestrais, para possuir conjuntos cerimoniais e talvez para financiar um templo do clã. Um parente proeminente da família pode para outras famílias ficar em parte despido de sua proeminência no seu próprio clã. "Quando um clã é próspero, as famílias são fortes; quando é decadente, as famílias estarão aproximando-se da pobreza e desintegração. Um clã que funciona bem é um indicador de que a maioria das famílias básicas do grupo se está desenvolvendo e não declinando." [19]

Em algumas regiões da China, especialmente no Sul, onde a riqueza mobilizável potencialmente nas plantações de arroz é talvez maior que no Norte, e onde o comércio estrangeiro trouxe fontes adicionais de riqueza, alguns *tsu* cresceram de modo a tornar-se corporações baseadas no parentesco, de grande porte e interlocais. Quando isso aconteceu, outra feição do *tsu* tornou-se clara: sua divisão nas linhas familiares caracterizada pelo poder e riqueza diferenciais. Alguns membros da coalizão por parentesco eram de fato muito ricos e poderosos e pertenciam à pequena nobreza, na qual era recrutada a burocracia regional e nacional. Um *tsu* tão importante poderia ter desse modo membros no ápice da sua organização e cujos laços e esferas de influência se estendiam à área nacional de tomada de decisões. Conteria também famílias de nível econômico não-espetacular, mas pelo menos bom, tanto quanto grupos domésticos pobres, cujo papel era ser dependente e subordinado, mas que mesmo assim se mantém fiel pela necessidade de segurança e apoio. Essa necessidade ocorria, permitindo ao grupo de parentesco cultivar terras *tsu* preferencialmente em relação a estrangeiros, fator importante em áreas superpopulosas. Os *tsu* também ganhavam pelos aluguéis pagos aos seus próprios cofres em vez de a um senhor de terra forasteiro. Similarmente, os membros pobres poderiam beneficiar-se pela associação com um *tsu* poderoso, sempre que necessitassem de apoio em disputas legais ou políticas com outros proprietários do mesmo tipo. Em troca, ganhava-se força de trabalho, que se traduzia num poder político e econômico, prova de força nas querelas sobre recursos disponíveis de riqueza ou espólios.

[19] Yang, *Chinese Village*, p. 134.

Nessa instância, temos uma coalizão baseada no parentesco, que mantinha as famílias da aldeia unidas horizontalmente numa associação, ao mesmo tempo que unia grupos camponeses verticalmente numa coalizão com os detentores do poder, nos vários níveis da hierarquia social e econômica.

Coalizões Camponesas e Ordem Social Envolvente

Agora que discutimos as características de coalizões abertas ao campesinato, em várias situações, é também importante reconhecer que esses princípios de formação de coalizões não se encontram em oposição absoluta, mas numa situação dada podem interpenetrar-se e complementar-se. Encontraremos aquelas situações em que um ou outro princípio organizacional exerce predominância clara. Assim, na China, especialmente no Sul, o princípio de coalizões por parentesco predominou sobre outros, enquanto na área do Mediterrâneo os laços diádicos patrão-cliente prevaleceram sobre outros competidores. Apesar disso, existem áreas onde diversos princípios são funcionais em um determinado momento, embora em diferentes aspectos da vida ou diferentes níveis da estrutura social. Assim, na Europa medieval, no norte dos Alpes combinou-se a organização comunal corporativa entre os camponeses com a ligação a um grupo de parentesco nobre que centraliza uma relação patrão-empregado nas comunidades camponesas. Do mesmo modo, em regiões da Índia, organizam-se comunidades camponesas em torno de certos pontos. A comunidade local pode ter fortes aspectos corporativos porque está centralizada numa casta dominante. Contudo, a filiação a uma casta implica a presença de uma coalizão de parentesco com os detentores do poder superiores, como quando uma vila dominada por um *Jat* como a Kishan Gari na planície norte indiana de Uttar Pradesh possui relações de parentesco com funcionários e legisladores territoriais *Jat*. Ao mesmo tempo, famílias individuais da alta casta dentro da vila mantêm o *jajman-kamin*, ou seja, os laços patrão-cliente com unidades familiares de especialistas típicas. Há trezentos anos passados, um grupo de chefetes de *Jat* apoderou-se da região. Seus descendentes obtêm rendimentos como líderes apontados pelo Governo nacional. São chefes de famílias com liderança em seus grupos de descendência localizados, ou seja, os principais proprietários das

QUADRO 1

Modelos Dominantes de Formação por Coalizão em Sociedades Camponesas

Área	*Horizontal*	*Vertical*
Europa feudal	Poliádicas, multilineares	Diádicas, multilineares
Índia	Poliádicas, multilineares	Diádicas e poliádicas, multilineares
Andes, América Central pós-colombiana	Poliádicas, multilineares	Diádicas, relações unilineares proporcionadas por coalizões multilineares diádicas
Mediterrâneo	Diádicas, unilineares	Diádicas, relações unilineares proporcionadas por coalizões multilineares diádicas
Oriente Próximo	Diádicas, unilineares	Diádicas, unilineares proporcionadas por coalizões multilineares diádicas e poliádicas
China	Diádicas, unilineares	Diádicas, relações de unilineares proporcionadas por coalizões multilineares diádicas e poliádicas
Europa contemporânea	Diádicas, unilineares	Coalizões de unilineares, diádicas e poliádicas

terras das aldeias. Ao mesmo tempo, são quase-funcionários do Estado.

Se fixarmos nossa atenção nas formas dominantes de relações, podemos caminhar na análise das ordens sociais mais amplas das quais o campesinato forma um segmento:

Nosso primeiro passo nessa direção é repassar os olhos nas sociedades que citamos ilustrativamente até agora, arranjando-as em séries de acordo com o grau em que favorecem um ou outro tipo de relação social. Tomemos, primeiro, as relações que caracterizam os grupos domésticos ao nível local (ver Quadro 1). Notamos que nessas séries a Europa feudal, Índia, América Central pós-colombiana e a área dos Andes são zonas fortemente dominadas por formas organizacionais que favorecem coalizões multilineares poliádico-horizontais. No caso da Índia, a comunidade camponesa consiste numa série dessas coalizões, as chamadas castas, organizadas hierarquicamente, sendo que as inferiores servem à dominante na comunidade. Essas três sociedades favorecem de alguma maneira a continuidade da estrutura corporativa da comunidade através do tempo. São também sociedades em que as relações de troca se acham mediadas ou por relações de serviço recíprocas ou por um sistema de mercado secional. Apesar de haver mercados em rede, eles estão subordinados às camadas superiores e são manipulados por elas.

Em contraste, notamos a predominância de laços diádicos horizontais no caso do campesinato do Mediterrâneo, Oriente Próximo, China e Europa contemporânea. No Oriente Próximo, essas séries estão a meio caminho entre o conjunto previamente descrito e o atual, devido à ocorrência do tipo *musha'a* e outras entidades corporativas na área. Em contraste, as relações são diádicas, sendo multilineares ou unilineares, dependendo do grau a que chegaram os grupos domésticos em termos de ajuda mútua e arranjos recíprocos. É notável que, em cada um desses casos, as relações de troca tendem para o padrão de mercado em rede que reforça a tendência na direção de relações diádicas unilineares.

Quando nos voltarmos para os arranjos verticais que ligam o nível local com hierarquias superiores, nossas séries dividem-se diferentemente da maneira que acabamos de apontar. Uma distinção fundamental que emerge é a presença ou ausência de alianças multilineares, poliádico-verticais do tipo de grupo de parentesco, ligando pessoas na comunidade camponesa aos detentores do poder de fora. Elas ocorrem na Índia, Oriente Próximo e China, mas não ocorrem na Europa feudal, América Central pós-colombina, na área andina, mediterrânea ou na Europa neotécnica. Novamente aparece o Oriente Próximo com características intermediárias. Essa distinção aparece para dividir sociedades baseadas no poder despótico e centralizado exercido largamente pela delegação de domínios prebendais em vez daqueles em que o poder está mais descentralizado. Os sistemas descentralizados mostram dois subpadrões. O primeiro, característico do Mediterrâneo, está organizado amplamente em termos diádicos, em relações patrão-cliente. O segundo, encontrado na Europa medieval, nos Andes e na América Central depois da conquista espanhola, geralmente subordina uma comunidade camponesa corporativa a um proprietário predominante na vizinhança.

Uma segunda distinção fundamental separa todos os sistemas do da Europa neotécnica, que por sua ênfase em formas associativas pôde construir relações verticais numa base unilinear, mais do que numa multilinear.

Em nossa discussão sôbre campesinato, ressaltam-se duas características da organização social: primeiro, a forte tendência à autonomia das famílias camponesas; segundo, a também forte tendência a formar coalizões numa base mais ou menos instável para objetivos a curto prazo. Entrando numa coalizão, a família não pode perpetuar-se a si própria. Agindo numa coalizão, mostrará uma tendência a subordinar os interesses mais amplos e a longo prazo aos mais estreitos e a curto prazo. Essa combinação de aspectos tem sido perfeitamente compreendida pelas personalidades políticas modernas, que percebem o poder potencial do campesinato, quando *estimulado* à ação conjunta, ainda que também estão cônscios de sua inabilidade em *manter-se* organizados tanto na ação quanto depois dela. Assim escreveu Marx sobre o campesinato da França:

> O pequeno camponês forma uma vasta massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, sem entrar contudo em relações múltiplas entre si. Seu modo de produção isola-os uns dos outros em vez de trazê-los a relações mútuas... A pequena propriedade, o camponês e sua família, mais adiante outra propriedade, outro camponês, outra família. Alguns deles constroem uma aldeia, um pequeno núcleo de aldeias constrói um departamento. Desse modo, a grande massa da nação francesa é formada pela simples adição de magnitudes homólogas, tal como batatas num saco formam um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições e existência que dividem seu modo de vida, seus interesses e sua cultura das outras classes e os colocam em oposição hostil a elas, eles formam uma classe. Na medida em que há uma simples interconexão local entre esses pequenos camponeses, e a identidade de seus interesses não leva a nenhuma unidade, a nenhuma união nacional e a nenhuma organização política, eles não formam uma classe. Eles são conseqüentemente incapazes de forçar seu interesse de classe em seu próprio nome, seja pelo Parlamento ou por uma convenção. Não podem representar-se, têm de ser representados.[20]

Os representantes russos do marxismo, Lênin, Trotsky e Stalin, perceberam as potencialidades do apoio do camponês na derrubada da ordem social, mas também sabiam perfeitamente

[20] Karl Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* (Nova York: International Publishers, 1957), p. 109.

que o campesinato desejava terra. Em conseqüência, este poderia levantar-se por terra, mas esta, uma vez ocupada, cessaria sua força revolucionária. "Apoiamos o movimento camponês", escreveu Lênin em setembro de 1905, "até onde é democrático e revolucionário. Estamos prontos (fazendo isso agora e de uma só vez) para lutar contra ele no momento em que se tornar reacionário e antiproletário."[21] Ou ainda: "O campesinato será vitorioso na revolução democrático-burguesa", escreveu ele em março de 1906, "e então cessará de ser revolucionário."[22]

O moderno marxismo tem tratado o campesinato como um aliado potencial, mas um aliado que tem de ser organizado do nada. O que ao campesinato faltasse em organização potencial, o partido revolucionário supriria com seu grupo treinado. Nas palavras do Primeiro Congresso dos Povos do Leste, realizado em Bacu em 1920 (palavras que provaram ser proféticas), o campesinato seria a "infantaria" da revolução com direção adequada fornecida pelos organizadores da revolução, ou seja, o grupo especializado. Contudo, o marxismo defrontou-se com outro problema criado pela organização social camponesa, com sua tendência a tornar-se acomodada tão logo tivesse conseguido seus objetivos: aquisição de terra pela reforma agrária e sua distribuição. Testemunhamos tanto na União Soviética como na China Popular tentativas maciças de transmutar propriedades camponesas em fazendas coletivas dirigidas por controle centralizado de cima. Os *kolkhozes* e os *sovkhozes* foram introduzidos na União Soviética "para evitar a liquidação da revolução" no campo por um campesinato firmemente enraizado em seus pedaços de terra. Com o *slogan* "cultivo individual é capitalismo espontâneo", os camponeses chineses foram igualmente organizados em comunas em grande escala.

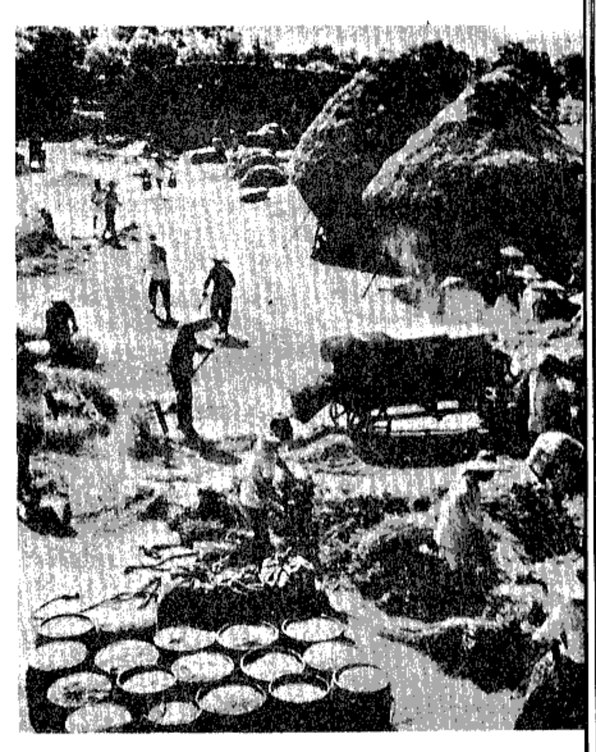
As mesmas razões que levaram os revolucionários a controlar e subjugar o campesinato, puseram os tradicionalistas a favor da continuação do cultivo familiar e da preservação do campesinato conservador na terra. A reforma agrária e os esquemas visando melhorar o quinhão do cultivador na terra muitas vezes conseguiram efeito contrário aos desejados pelos revolucionários. Reforma agrária não é panacéia. Se há terra suficiente para todos nas gerações vivas, em apenas algumas gerações haverá de

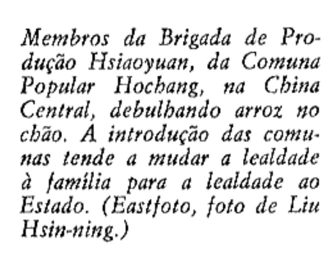
[21] Vladimir I. Lenin, *Collected Works* (Londres: Lawrence and Wishart, 1962), IX, pp. 235-236.
[22] *Ibid.*, X, p. 259, nota.

novo muitos reclamantes para pouca terra. É precisamente nos países mais necessitados de reforma agrária e de melhoramentos que o crescimento de população tem sido particularmente forte, tendendo a aumentar no futuro. A reforma agrária deve caminhar *pari passu* com projetos de industrialização ou outros meios de retirar as pessoas da terra. Dito de outro modo, o cultivo camponês em pequenas propriedades pode ser fortalecido somente pela redução do papel do camponês numa ordem social mais ampla. O que é ganho na estabilidade, dando terra aos camponeses, perde-se nas transformações urbanas e industriais necessárias da sociedade.

Nossa discussão das coalizões camponesas também nos desafia a explorar a possibilidade de que alguns de seus tipos sejam altamente compatíveis com a mudança social e econômica para uma ordem neotécnica, enquanto outras coalizões tendem a resistir. O predomínio de associações unilineares organizadas horizontalmente, como na Europa, sugere que a flexibilidade inerente a esse tipo de coalizão foi tanto um resultado como uma condição das mudanças que permitiram à Europa passar com tão bons resultados da base paleotécnica à neotécnica. Por outro lado, as coalizões multilineares poliádico-verticais, a comunidade corporativa e o grupo de descendência mostram-se particularmente arredios à mudança, pois tendem a organizar o campesinato numa multidão de pequenos grupos enquistados ou então organizando coalizões duradouras que exploram os recursos da sociedade em seu próprio benefício. Desse ponto de vista, o sucesso da revolução mexicana, por exemplo, parece estar menos nos esforços de reforma agrária do que nas tentativas de romper as comunidades corporativas indígenas, truncando sua autonomia, estabelecendo um elo entre a máquina política do Estado e os organizadores políticos das aldeias. Do mesmo modo, podemos chamar a atenção para os esforços da China Comunista em abolir os grandes grupos de descendência chineses com sua tendência a favorecer seus membros às custas do Estado, entorpecendo e dispersando o impacto do Governo central na organização do campo. "As instituições que os comunistas atacam não são as familiares no sentido estrito, mas aquelas que se misturam com a esfera nuclear da família." [23]

[23] Morton H. Fried, "The Family in China: The People's Republic"; em *The Family: Its Functions and Destiny*, de Ruth N. Anshen (Nova York: Harper and Brothers, 1959), p. 166.





Membros da Brigada de Produção Hsiaoyuan, da Comuna Popular Hochang, na China Central, debulhando arroz no chão. A introdução das comunas tende a mudar a lealdade à família para a lealdade ao Estado. (Eastfoto, foto de Liu Hsin-ning.)

Igualmente, a sociedade modernizadora que deseja incrementar e diversificar a base de recursos no modelo neotécnico terá que transcender as coalizões multilineares do tipo patrão-cliente. Estas estão firmadas sobre a escassez; nelas, o poder do patrão depende em larga medida de sua habilidade em distribuir alguma porção do seu suprimento de bens e serviços, bastante limitados. Como os grupos descendentes do tipo chinês, esses conjuntos patrão-cliente tendem a explorar os recursos da sociedade para seu próprio benefício: algo especial e altamente restrito. A solução adotada por muitas sociedades modernizadoras, embaraçadas nessa rede de relações multilineares, consiste na recolocação de patrões individuais com instituições centralizadas do Estado, que dispensam a figura patronal. Dando direitos patronais à maioria das entidades burocráticas, tais Estados trabalham para a substituição do laço entre Estado e cidadão por uma aliança personalizada entre patrões específicos e seus clientes.

4. *O Campesinato e a Ordem Ideológica*

Assim como os camponeses fazem parte de uma ordem social mais vasta e se relacionam com ela através de suas coalizões, do mesmo modo participam de uma compreensão simbólica, uma ideologia, que se relaciona com a natureza da experiência humana. Tal ideologia consiste em atos e idéias cerimoniais e crenças; esses conjuntos de atos e idéias preenchem diversas funções. Algumas são expressivas como quando os homens desfilam com objetos simbólicos à vista de todos pela ocasião de um casamento, funeral, festa religiosa ou festa da colheita. Esses conjuntos de atos e idéias têm também uma função imitativa: ajudam os homens a lidar com crises inevitáveis e irredutíveis da vida como falência, doença e morte. Além disso, ajudando a mitigar os ansiosos e secando as lágrimas dos deserdados, ligam sua experiência individual ao domínio público. Através disso, as pressões seletivas que se imprimem numa família em particular adquirem significação geral. A doença de um indivíduo torna-se ocasião para uma cura pública. O mesmo com a morte, que transforma o funeral em ato público. Uma ideologia tem significado moral. Ela sustenta a "vida reta" que assegura os laços sociais que mantêm unida a sociedade; ajuda no controle das tensões que nascem no seio das transações entre os homens. E ainda reforça os sentimentos dos quais depende a continuidade social.

Cerimonial

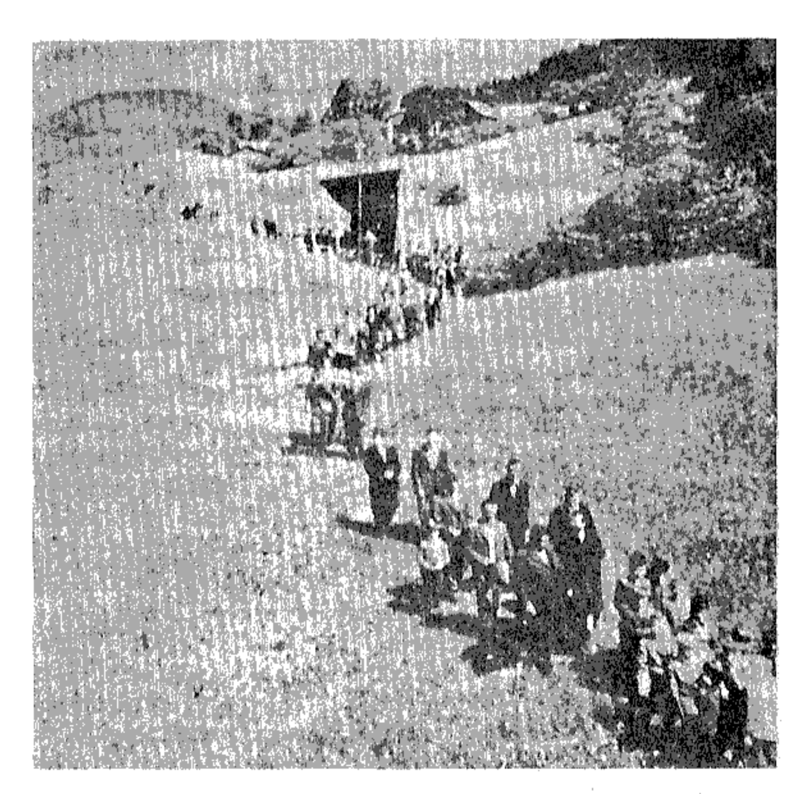
Vimos que nas sociedades camponesas as relações entre as unidades familiares devem marcar-se por um equilíbrio entre os interesses das unidades participantes e das coalizões que ligam o campesinato à sociedade mais ampla. A esse respeito o cerimonial tem uma função específica, validando as unidades sociais e suas relações entre si.

Nas sociedades camponesas em geral, grande parte dos cerimoniais gira em torno de um novo casamento e, por êle, a criação de um novo grupo doméstico. Esse cerimonial não somente fixa os laços entre marido e mulher, mas convida o público a tomar nota de que se formou uma unidade mínima da comunidade. Nas sociedades camponesas o cerimonial gira em torno da unidade doméstica, ajudando o contrôle das tensões que surgem no decorrer das ações. Já nos referimos às sociedades nas quais uma díade conjugal fraca entre marido e mulher é sustentada pela concessão de prestígio adequado ao marido no sistema cerimonial, ainda que suas contribuições econômicas sejam parcas e esporádicas. Falamos das tensões entre marido e mulher, das tensões e pressões que surgem entre geração mais velha e mais moça e entre os *sibs* da família extensa. Veremos que o cerimonial existe para sustentar e unir conjuntos de atores que, sem isso, poderiam decair e buscar identidades sociais separadas. Encontramos em todos os lugares símbolos que sublinham a continuidade da unidade familiar, seja por um recanto cerimonial na casa, como na Europa, ou por um conjunto de tábuas ancestrais adoradas com oferendas e incensos e presentes feitos de papel, como na China.

Encontramos também cerimoniais que sustentam a integridade das relações sociais mais amplas pelas quais os homens estruturam sua vida. As estruturas sociais criam sua ordem, mas às vezes, no momento mesmo em que a criam, provocam desordem. Quando um homem é bem sucedido casando-se com uma mulher recebendo seu dote, forma-se uma nova unidade, mas os que não tiveram a mesma sorte pendem sua cabeça com abatimento, reagindo com inveja ou vergonha. Quando duas unidades familiares se aproximam pela amizade ou pelo sustento, outros sentir-se-ão em desvantagem por tal aliança. A família que enriquece pode ser uma fonte de conselhos e ajuda aos vizinhos, mas também atrai a maledicência e má vontade e excita os ânimos dos despossuídos. Há sem dúvida muitas situações em que os homens cooperam e coordenam suas ações para seu bem comum e individual. Mas há também aquelas em que eles falharão nas expectativas, errarão no seu julgamento social, violando a boa vontade, fraudando, enganando e transgredindo. Contudo, em uma comunidade camponesa os homens geralmente dependem mutuamente, o que lhes dá um senso de continuidade que torna a vida praticável e significativa. Assim, encontraremos

cerimoniais nas comunidades camponesas que envolvem seres humanos como seus membros e que agem para sustentar a ordem social comum perguando-a da desordem e restaurando sua integridade.

Em muitos tipos de festividades camponesas de diferentes regiões do mundo, celebra-se seu sentido de interdependência e afirmam-se as normas que as governam. Essas festividades são desde as preces do santo padroeiro na Espanha, até os fogos de artifício em honra do Deus tutelar em partes da China. Podem também ser derivados de um incidente envolvendo uma unidade familiar em particular, como a morte. Fred Gearing descreveu [1] como entre os gregos da aldeia de Kardamili os homens afirmam seu senso comunitário num funeral. A ele vêm não só os amigos e parentes, mas também os inimigos. Os últimos são recebidos com cortesia; sua participação não acaba com as hostilidades, ao contrário, afirma a existência de uma ordem moral e social mais ampla na qual as hostilidades se acham contidas e constrangidas. Dito de maneira jocosa, uma comunidade pode interpretar seus interesses dominantes numa festa ritual comum, como fazem os habitantes de Mitla no México, juntando petições para o ano vindouro na véspera do ano novo, próximo a uma cruz de pedra nos arrabaldes da aldeia. Depois compram e vendem réplicas em miniatura dessas coisas: campos, animais, casas, com pedrinhas que denominam "dinheiro de Deus". [2]



Procissão através dos campos de St. Felix, Alpes italianos, cuja população fala alemão. O cerimonial comum envolve os homens como membros de uma comunidade e cria um sentimento de interdependência mútua. (Foto de Eric R. Wolf.)

Vimos nesses exemplos que os focos do cerimonial camponês em ação, não em crença, dão ênfase ao caráter regulativo de normas em um conjunto de *sim* e *não*. Corporificados em regras, esses imperativos morais tornam a ação praticável e constroem um contexto comum para sua avaliação. O objetivo é a ordem social, não a vida examinada. A religião camponesa é utilitária e moralista e não ética e questionadora. [3]

Além disso, suas normas acham-se unidas com parcelas de crença vindas de cima. Representando os interesses da comunidade mais ampla, essas normas flutuam acima dela para possuir uma realidade independente das reivindicações rivais dos que contestam. Têm-nas como sobrenaturais. Guy Swanson argumentou que os controles sobrenaturais sobre as relações morais dos indivíduos aparecerão nas sociedades onde: primeiro, exis-

1 Fred Gearing, "Religious Ritual in a Greek Village", papel lido na 62.ª Reunião Anual da American Anthropological Association, San Francisco, 21 de novembro de 1963.

2 Charles M. Leslie, *Now We Are Civilized: A Study of the World View of the Zapotec Indians of Mitla, Oaxaca* (Detroit: Wayne State University, 1960), pp. 74-75.

3 Sigo aqui a distinção significativa feita por Fred Gearing entre normas *morais* e *éticas*. Normas morais são diretrizes que se aplicam a papéis sociais específicos tais como "pai", "policial". As normas éticas são diretrizes que se aplicam a membros da sociedade a despeito de seus papéis sociais específicos. Ver Fred Gearing, "Idioms of Human Interaction: Moral and Technical Orders", em *Symposium on Community Studies in Anthropology*, de Viola E. Garfield e Ernestine Friedl, Proceedings of the 1963 Annual Spring Meeting of American Ethnological Society (Seattle: American Ethnological Society, 1964), p. 19.

tem relações importantes mais instáveis entre os indivíduos; segundo, onde o número de pessoas que têm interesses próprios se tornou suficientemente grande de modo a criar relações sociais suficientemente amplas nas quais as pessoas interagem mais como indivíduos específicos do que como membros de algum grupo.[4] Se substituirmos família por indivíduo, veremos que as hipóteses são aplicáveis às sociedades camponesas como as discutimos neste livro. Elas são baseadas em relações importantes, mas movediças, entre unidades específicas que são as famílias, e o número dessas relações entre as famílias avoluma-se num número total de todas as relações no setor camponês da sociedade. Podemos esperar uma forte ênfase nas sanções sobrenaturais de conduta nas comunidades camponesas nas quais as tensões estruturais entre grupos domésticos são comumente violentas, ainda que sejam silenciadas em nome do interesse da união e da coexistência vicinal. Ademais, essas comunidades são muito conservadoras a esse respeito.

Níveis de Tradição Religiosa

A religião camponesa não se explica unicamente em seus próprios termos. Ela funciona para sustentar e equilibrar o ecossistema camponês e a organização social e também constitui um componente da ordem ideológica mais ampla. Responsiva aos estímulos que derivam tanto do setor camponês como da ordem social envolvente, a religião forja mais um elo que liga o campesinato àquela ordem.

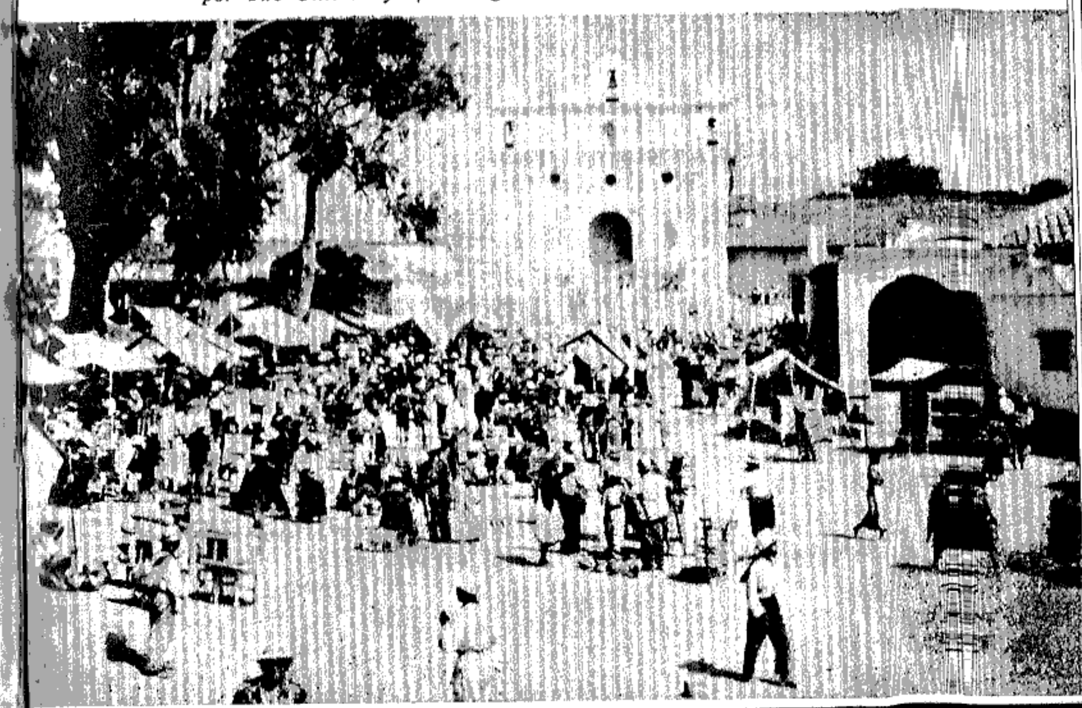
O trabalho de relacionar as cognições camponesas, no que diz respeito ao sagrado e suas técnicas para manipulá-las, com as crenças e técnicas da sociedade total, está geralmente nas mãos de especialistas religiosos, tanto quanto o de relacionar o campesinato econômica e politicamente a uma ordem mais ampla está nas mãos de especialistas políticos e econômicos.

Em algumas tradições religiosas, o especialista é um camponês como qualquer outro. Assim, no Islã confia-se nos *imamas* locais, que diferem do conjunto do campesinato por seu conhecimento um pouco mais profundo de livros sagrados e cultura esotérica; na verdade, no Islã qualquer homem piedoso pode oficiar uma cerimônia religiosa. Em outros lugares, poderá haver especialistas, como entre os maias do Yucatán, onde encontramos *xamãs* e rezadores, além do clero católico regular. Na Índia, o trabalho de elaboração de modelos novos ou mais consistentes de significação ritual está nas mãos de vários grupos de especialistas, dos quais são apenas um exemplo os *brâmanes*, tradicionalmente o grupo de maior importância cerimonial. O padrão católico-romano é excepcional e mesmo entre estes encontramos padres, especialmente no nível local, que recebem dinheiro por seus deveres religiosos, mas que vivem como camponeses na metade do tempo no seio do ciclo agrário da aldeia.

A tarefa de ligar a variante religiosa camponesa à estrutura religiosa total da sociedade é tarefa de muitas mãos e cabeças.

[4] Guy E. Swanson, *The Birth of the Gods: The Origin of Primitive Beliefs* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1960), pp. 159-160.

Igreja e mercado (feira) em San Tomás, Chichicastenango, Guatemala. Além de ser parte da estrutura ideológica da comunidade camponesa, a religião empresta apoio à organização social e econômica dos camponeses. (Foto de Joseph Seckendorf, de Sons of the Shaking Earth, *obra publicada por The University of Chicago Press, 1959.)*



É uma rede multilinear mais do que uma transmissão direta. Ainda assim, discernimos a direção geral desses processos. Onde o camponês está apto a aceitar o ritual tal como é dado e a aceitar as explicações de suas ações como coerentes com suas próprias crenças, o especialista religioso busca os significados atrás dos já conhecidos, lança-se à tarefa de examinar símbolos e rituais, explorando os primeiros significados e esforçando-se em torná-los mais consistentes; o mesmo com as ações. As referências religiosas do camponês são objetos naturais dos seres humanos que o cercam. Poderemos chamar suas explanações de explicações de primeira instância, enquanto o especialista religioso lida com explicações de segunda e terceira instâncias.

Os dois conjuntos de explicações e o ritual conseqüente encontram-se infalivelmente em pontos de interesse comum. Onde a religião camponesa focalizar o indivíduo e sua passagem por uma série de episódios cruciais, como nascimento, circuncisão, puberdade, casamento, morte, as interpretações de alto nível fixam-se nesses fatos do ciclo vital em termos abstratos, encarando-os como degraus na trilha humana pela vida e morte. Onde a religião camponesa se dirige ao ciclo regenerativo de cultivo e proteção da colheita contra os ataques repentinos da natureza, as interpretações de alto nível falam de ciclos regeneradores em geral, como a recorrência da vida e da morte. Onde a primeira sintonizasse com a desordem e o sofrimento na vida de indivíduos específicos, pertencentes a um grupo social concreto, as interpretações de alto nível falam dos infortúnios e a revelação do pecado no mundo.

Os dois níveis de explicação e a ação ritual podem coexistir lado a lado interpenetrando-se e complementando-se. O budismo camponês da Birmânia permite-nos distinguir dois níveis de prática e crença religiosa.[5] No nível doméstico e da aldeia, encontramos a crença em *nats*, seres potencialmente hostis. Há *nats* familiares e da aldeia. Há também aqueles sem referências sociais específicas. Esses espíritos inimigos, tidos como portadores de doenças e outros males, são mantidos afastados por oferendas e rituais próprios. Um barbante amarelo pode ser usado no pulso esquerdo para prevenir a cólera, a casa pode ser espargida

[5] Manning Nash, "Burmese Buddhism in Everyday Life", *American Anthropologist*, LXV, n.º 2 (1963), pp. 285-295.

com água benta ou pode-se deixar comida em santuários especiais devotados aos *nats*. Se advém uma doença, ela é tratada com ritos de propiciação e expulsão. Existe um amplo número de técnicas de primeira instância para lidar com essas incertezas semelhantes, desde a astrologia, previsão do futuro, uso de amuletos e tatuagem mágica. Cedo, torna-se claro que muitas dessas técnicas empregadas em nível de primeira instância se encaminham para um nível superior. Assim, a utilização da astrologia possui uma referência específica: a pessoa cujo horóscopo está sendo organizado. Isso implica a crença em dimensões mágicas do tempo e noções de predestinação, que se coadunam com as crenças e técnicas de primeira instância, num sistema superior e mais amplo de significação.

Os camponeses da Birmânia não acreditam somente em *nats*, mas também em *kan*, o equilíbrio dos méritos e defeitos que o indivíduo acumula durante a vida. Este influi em sua condição não só na vida atual como na futura e posteriormente na passagem ininterrupta da alma de um corpo a outro. Os méritos e os defeitos são definidos ao camponês em versos, contos e provérbios associados à vida de Buda, que mostrou *O Caminho* ao povo. Essas idéias são também corporificadas em fórmulas rituais recitadas diariamente num altar da família, num pagode ou diante da imagem de Buda. Também aqui o camponês sente-se próximo do monge que é honrado por estar mais próximo dos ensinamentos sagrados; ele honra-os com presentes. Além disso, os meninos camponeses passam uma parte da vida como noviços ou serventes nos mosteiros que na Birmânia são abertos a todos e onde os homens podem compartilhar a vida monástica por curtos períodos ou para sempre, de acordo com a sua disposição. Assim, vemos como a religião pode funcionar diferentemente, de acordo com as disposições do momento, trazendo níveis diversos de referência às relações. A distinção entre religião como foi exemplificada no tratamento aos *nats* e religião como exemplificada na emulação pelo *kan* é útil analiticamente ao antropólogo, mas na vida do camponês esses dois aspectos da religião interagem e se interpenetram.

Ainda que se entrecruzem a religião do especialista e a religião do camponês, elas respondem a diferentes necessidades e processos. O camponês mantém-se absorvido nos requisitos do seu sistema social limitado; o especialista responde a estímulos mais amplos e configura uma rede social maior. Não que o cam-

ponês seja estéril em termos de criação ideológica, mas ele está limitado na sua criatividade por sua concentração em tarefas de primeira ordem, que se expressam no seu ecossistema e companheiros de trabalho.

As inovações religiosas raramente são trabalho dos camponeses. Existe freqüentemente uma lacuna antes que eles adotem os conceitos e rituais de uma elite religiosa inovadora. Desse modo, os grupos camponeses retêm normas tradicionais de religião enquanto os sistemas religiosos de maior peso são construídos e levados avante por uma elite. Vemos que a atividade de missionários no exterior possui uma contrapartida local que sincroniza as formas de primeira instância da religião tradicional com uma compreensão e técnicas de instância superior.

Tal processo toma freqüentemente a forma de sincretismo que é a mescla de formas derivadas de duas esferas culturais. Nesse caso, a tradição cultural mais antiga com a mais recente. Esse processo poderá ser levado a cabo consciente ou inconscientemente, como quando o Papa Gregório Magno prefaciou uma mensagem a Santo Agostinho no ano 601. Segundo ele, os templos pagãos da Bretanha

> não deviam ser destruídos de maneira alguma. Deviam-se destruir os ídolos, mas os templos propriamente ditos deveriam ser aspergidos com água benta, erguer-se-iam altares nos quais seriam guardadas relíquias. Se esses templos são bem construídos, devem ser purificados do culto ao demônio e dedicados ao serviço de um verdadeiro Deus. Desse modo, esperamos que as pessoas, ao verem que seus templos não são destruídos, abandonem a idolatria e voltem a esses locais como dantes e venham a conhecer e adorar o verdadeiro Deus. E, na medida em que têm o costume de sacrificar vários touros ao demônio, façam que outra solenidade substitua essa como, por exemplo, no dia de dedicação ou festas dos santos mártires, cujas relíquias estão aí encerradas. Em tais ocasiões, poderemos construir abrigos de ramagens para eles em volta das igrejas que um dia foram templos e celebrar a solenidade com festa devota. Não sacrificarão mais bestas ao demônio, mas as matarão e comerão em honra ao Senhor e darão graças ao Doador por todos os presentes de sua generosidade. Se as pessoas se permitiram prazeres mundanos anteriormente, mais rapidamente virão a desejar as alegrias do espírito, pois é certamente impossível erradicar de um só golpe todos os erros de mentes obstinadas. Quem quer subir à montanha vai passo a passo e não de um salto.[6]

[6] Bede, *A History of the English Church and People*, trad. inglesa de Leo Sherley-Price (Harmonsdsworth: Penguin Books, 1955), pp. 86-87.

Assim, a Perséfone mediterrânea tornou-se a Virgem Maria Negra, a deusa asteca Tonantzin do México transmutou-se na Virgem cristã de Guadalupe. Igualmente, a pedra negra da *ka'aba* em Meca, centro de peregrinações no modelo de adoração da pedra no Oriente Próximo, tornou-se sob Maomé o símbolo central do Deus islâmico. Os processos envolveram operações em duas direções: para além do campesinato na direção de uma tradição religiosa superordenada, para aquém dessa tradição superordenada para o local.

McKim Mariott mostrou num estudo de caso da vila indiana de Kishan Gari[7] que a deusa sânscrita Lakshmi é a segunda ou terceira contrapartida de uma deusa de primeira instância local e como as festas de toda a Índia do *Charm-Tying* (Atar-o-Amuleto) fundiram-se com uma festa local, que marca o fim da visita anual das jovens esposas às suas famílias de origem. No momento em que estas colocam os brotos de cevada, considerados sagrados na região, sobre as cabeças e orelhas de seus irmãos, os sacerdotes domésticos amarram no pulso de seus benfeitores amuletos na forma de cordão multicolorido que lembra uma "fruta" que cai em cachos. Os costumes começaram a se misturar quando algumas irmãs começaram a atar os cordões de amuletos no pulso de seus irmãos. Igualmente o festival muito difundido do Alimentador-de-Vacas adquiriu alguns detalhes locais que não se justificam no mito sânscrito de ordem superior. O morro sagrado de Krishna no mito é simbolizado no quintal de cada casa com pequenas pilhas de esterco, e os benefícios concedidos por Krishna aos adoradores sobre o monte sagrado estão representados pelo gado e objetos domésticos modelados com fezes. Esses objetos são feitos para aumentar a quantidade de riqueza da família, um tema que aparece também na canção Riqueza do Esterco de Vaca, entoada na manhã seguinte, antes que sejam quebrados esses objetos e usados para combustível. Mas uma parte do esterco que restou da cerimônia é reservada e transformada numa espécie de hóstia que se doa à grande celebração anual de toda a aldeia, em volta de uma fogueira, quando se esquecem todas as diferenças entre as famílias.

[7] McKim Mariott, "Little Communities in a Indigenous Civilization", em *Village India: Studies in the Little Community* (Chicago: University of Chicago Press, 1955), pp. 195-200.

Num estudo da religião javanesa, Clifford Geertz [8] traz-nos um contraste entre as religiões camponesas e as formulações de um especialista. Em Java, o padrão camponês é chamado *abangan,* que se opõe ao *prijaji,* complexo religioso da pequena nobreza guerreira tradicional javanesa, que almeja a excelência espiritual e o aperfeiçoamento estético. O terceiro complexo religioso é o *santri,* modelo islamita de Java. Trata-se de uma introdução tardia, associada ao estrato mercantil da sociedade javanesa, mas também abraçada pelo campesinato mais rico. A religião *abangan* incorporou elementos animistas, hinduístas e islâmicos, enfocando-os no desempenho de festas rituais ou *slametans.* Pode-se oferecer um *slametan* sempre que se desejar aperfeiçoar-se ou santificar-se. Seu alvo é neutralizar as dificuldades ou crises da vida, para retirar da aldeia espíritos maus, para celebrar datas do calendário muçulmano, para defrontar-se com acontecimentos inesperados como doença, mudança de residência ou uma viagem. Os atos de neutralização são desempenhados por curas, feiticeiros ou especialistas em cerimonial.

O *prijaji* é a variante religiosa da pequena nobreza citadina tradicional e contrasta com o descrito anteriormente em todos os aspectos. Enquanto o *abangan* é concreto, o *prijaji* é místico; o primeiro envolve representações de primeira instância, enquanto o segundo diz respeito a simbolismos de uma ordem superior. As técnicas de cura do primeiro encontram paralelo nas práticas místicas do *prijaji.* O *abangan* leva em consideração uma casa, o *prijaji* um indivíduo, ou ainda, os jogos de sombra do *abangan* reproduzem os feitos dos heróis lendários. No *prijaji,* esses jogos têm significado mais profundo, representando um conflito entre a paixão crua e o autocontrole desinteressado e natural. Enquanto o primeiro envolve um politeísmo concreto, o segundo envolve um panteísmo abstrato e especulativo. O que se considera como simbolismo ritual de primeira instância para o camponês parece *kasar* (cru) para o aristocrata cujas normas são sancionadas pela excelência espiritual, tal como se expressa em seu polido controle nas artes como a dança, o jogo de sombra, a música, o desenho têxtil, a etiqueta e a língua. Embora sejam polarmente opostas, as duas variantes religiosas também se complementam como afirmações simbólicas de uma relação social recíproca. Em contraste com as duas outras, a terceira variante da religião javanesa, o *santri,* põe ênfase na crença no ritual, visando à participação numa estrutura social mais ampla, a das comunidades religiosas de crentes pan-islâmicas, chamadas *ummat.*

[8] Clifford Geertz, *The Religion of Java* (Glencoe: The Free Press, 1960).

Nessa oposição entre o camponês e a religião mais sofisticada, discernimos um conjunto de tensões sociais e ideológicas que correm paralelamente àquelas que ventilamos no campo social e econômico. Na ordem social paleotécnica o camponês não é visto como um ser religioso *par excellence.* E mais, como notou Max Weber, [9] do ponto de vista do especialista religioso, a tendência camponesa de aplicar sua religião concretamente aos problemas da vida está repleta de cruezas mágicas e privada das racionalizações éticas e significados de ordem superior na direção dos quais lutam os especialistas ideológicos. No hinduísmo, budismo, judaísmo e islamismo, o habitante do campo era suspeito no plano religioso. Assim, nos albores do cristianismo, o rústico que vivia no campo ou *pagus* era chamado simplesmente pagão (*paganus*). "Mesmo a doutrina oficial das igrejas medievais, tal como foi formulada por Tomás de Aquino", diz Weber, "tratava o camponês como um cristão de baixo nível e na melhor das hipóteses lhe concedia pouco apreço. A glorificação religiosa do camponês e a crença no valor especial de sua piedade é resultado de um desenvolvimento muito moderno." O reverso ocorreu somente quando do advento de uma ordem social neotécnica, na qual o camponês, relegado a uma posição secundária e agarrando-se a sua religião ancestral como uma defesa contra o salto de uma transformação, era visto como um crente fiel em contraste com as massas secularizadas da sociedade industrial.

Essa tensão real entre a religião dos bem-nascidos e a religião dos camponeses produz ocasionalmente uma quebra entre os dois segmentos. Especialmente nos momentos de crise, quando a comunicação entre especialistas e o campesinato se enfraquece, e os dois grupos se defrontam conflituosamente, o camponês poderá produzir através do seu cerimonial concreto de primeira instância uma fé simplificada em reação à versão oficial superelaborada. Muitos tipos de movimentos "protestantes"

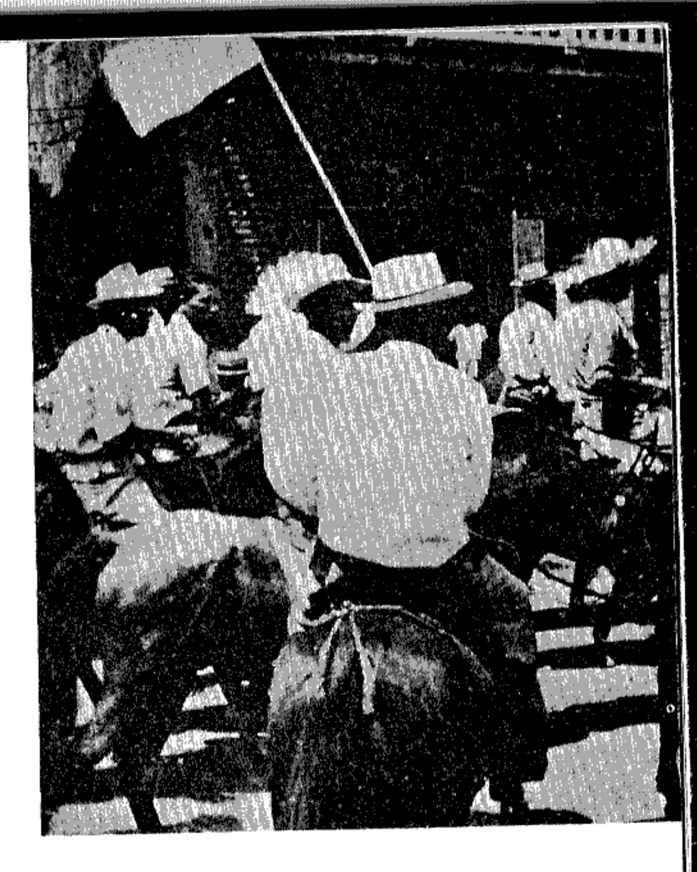
[9] Max Weber, *The Sociology of Religion* (Boston: Beacon Press, 1963), pp. 80-84.

no sentido amplo de "protesto" organizaram-se entre os camponeses. Exemplos são as várias seitas protestantes milenárias na Europa, desde a Idade Média, o tauísmo que é uma reação popular ao budismo e confucionismo na China, os movimentos purificadores do Islã, a emergência dos Velhos Crentes na Rússia pré-revolucionária. De igual modo, o campesinato é capaz de cristalizar "sua" religião quando despojada de uma elite ideológica. Isso aconteceu com sucesso nas áreas indígenas da América Central e dos Andes, quando a religião elaborada foi destruída pelos espanhóis, e também na Grécia e na Sérvia, onde a adesão à crença greco-ortodoxa tornou-se um baluarte simbólico contra os senhores turcos que destruíram a elite indígena. Nesses casos, encontramos os especialistas religiosos assimilados ao campesinato mesmo, tanto na forma de um líder cerimonial nas comunidades meso-americanas como na de sacerdotes greco-ortodoxos que são camponeses entre camponeses.

Movimentos Camponeses

Os movimentos simples de protesto entre os camponeses freqüentemente se centralizam num mito de uma ordem social mais justa e igualitária do que no presente que ora é hierarquizado. Esses mitos voltam-se para o passado, para a recriação de uma idade de ouro de justiça, igualdade, ou no futuro ao estabelecimento de uma nova ordem na terra, uma mudança completa e revolucionária das condições existentes. Esses desejos animaram os movimentos revolucionários quiliastas na Europa depois do século XI, o crescimento dos anarquistas espanhóis no século XIX, a rebelião Taiping na mesma época e assim por diante. Muitas vezes as expectativas de reordenamento radical da sociedade podem mobilizar o campesinato por algum tempo e levar a uma *jacquerie* típica ou derramamento de sangue.

Tem-se notado o sangue e a crueldade desses levantes que parecem uma contradição curiosa na vida diária do camponês, que para o forasteiro se assemelha a uma dócil ocupação da terra. No entanto, vistas de outra perspectiva, essas explosões são manifestações ocasionais abertas de oposição latente que divide o campesinato daqueles que sugam seus excedentes. Se mais comumente dá a César econômica e cerimonialmente o que é de



Camponeses chegando à cidade para participar de um comício político, Porto Rico, 1949. Os movimentos de protesto dos camponeses podem constituir uma forma de atividade política organizada. (Foto de Eric R. Wolf.)

César, outras vezes mostrará hostilidade aos agentes de César. Não nos esqueçamos de que o camponês idolatra, em canções e histórias, figuras que desafiam a ordem social que ele sustenta com seu trabalho. Caracteristicamente, há líderes revolucionários bandidos, ou quase-bandidos, que punem os ricos e ajudam os pobres como Robin Hood, na Inglaterra, Diego Corrientes, em Andaluzia, Janosik, na Polônia e Eslováquia, Pancho Villa, no México, Stenka Razin, na Rússia, ou os bandidos glorificados pelas doutrinas dos camponeses chineses. Tais bandidos são campeões do povo; executam a vingança e corrigem os erros, reclamam terra para os deserdados. Também essas aspirações mostram seus limites. Como apontou E. J. Hobsbawm, tal atividade, com toda a sua violência, não tem como objetivo uma reconstrução realista da ordem social.

> Eles protestam não contra o fato de que haja camponeses pobres e oprimidos, mas contra o fato de que estão muitas vezes por demais pobres e oprimidos. Dos bandidos-heróis não se espera que façam um mundo de igualdade. Eles corrigem os erros e provam

que algumas vezes a opressão pode ser derrubada. Além disso, o bandido-herói é somente um sonho de como seria maravilhoso se tudo estivesse sempre bem. [10]

Nem o milenarismo camponês é mais efetivo que os bandidos-heróis. A emergência de um mito comum de justiça transcendental pode freqüente e efetivamente levar os camponses tanto a ações impossíveis como a outras formas de organização. Mas concede-lhes somente uma visão comum, não uma estrutura organizacional para ação. Esses mitos unem os camponeses, mas não os organizam. Se às vezes um bando de camponeses varre o campo como uma avalanche, do mesmo modo dispersar-se-á na resistência, desintegrando-se se uma liderança adequada não vier de fora. Os movimentos camponeses, como as alianças, são instáveis e rápidos alinhamentos de unidades antagonizadas e autônomas, nascidas momentaneamente de um sonho milenário. Onde o poder do Estado mantém-se intacto, o movimento camponês é dissolvido em sangue. E, mesmo assim, esse sonho milenário de justiça persiste e o interesse a curto prazo de um camponês individualmente toma precedência inevitável sobre fins a longo prazo. Parados em seu curso e freados ao longo dos problemas de cada dia, cedo os camponeses readquirirão sua aquiescência e passividade. O corolário dessa afirmação é entretanto de grande significado para a compreensão do cenário atual do mundo. Se o campesinato não tem *permissão* de negar os seus estreitos limites tradicionais, seu descontentamento pode ser mobilizado para abastecer uma insurreição revolucionária. Essa condição é alcançada, em circunstâncias atuais, em países tão devastados pela guerra que experimentam uma quebra da liderança tradicional e da ordem social.

Um exemplo de uma ruptura de grande porte no século XX foi a Revolução Russa. A Primeira Guerra Mundial enfraqueceu o Estado russo tradicional até o ponto de ruptura. O fracasso da velha organização dos recursos e da liderança tradicional, baseada nessa mesma organização, permitiu ao Partido Comunista tomar o poder. Com a força concedida pela insurreição do exército derrotado, os comunistas conseguiram organizações al-

[10] E. J. Hobsbawm, *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries* (Manchester: Manchester University Press, 1959), pp. 24-25. (Editado em português, sob o título *Rebeldes Primitivos,* por Zahar Editores, 1970.)



Camponeses exigindo terra durante a Revolução Russa. Um marinheiro da aldeia apela para a tomada rápida da terra dos grandes proprietários. (Sovfoto.)

ternativas para um campo que declinava rapidamente para o caos. Uma situação paralela explica a tomada do poder pelos Partidos Comunistas da China e Iugoslávia. [11] Na China, a agressão japonesa trabalhou como uma alavanca nas áreas rurais, obrigando os camponeses a pegar em armas para sua proteção. Ao mesmo tempo, a liderança tradicional retraiu-se para uma área liderada pelo Governo de Chungking ou fez a paz com o inimigo japonês, comprometendo a legitimidade de suas decisões. A partida ou o fracasso da liderança criou um vácuo de poder, nos quais pôde mover-se a liderança comunista. Ela ofereceu ao campesinato, primeiro, orientação para resistir aos invasores e, segundo, padrões de organização designados para conter a onda de anarquia nas áreas rurais, tão duramente atingidas com a guerra. Também na Iugoslávia um Partido Comunista subiu ao poder em condições idênticas de agressão estrangeira, no caso os

[11] Chalmers A. Johnson, *Peasant Nationalism and Communist Power: The Emergence of Revolutionary China* (Stanford: Stanford University Press, 1962).

exércitos da Alemanha e Itália, conjugando-se com o fracasso da liderança existente.

Voltando ao ponto central de nossa discussão, podemos colocar a hipótese de que a organização do Partido Comunista possui um quadro de revolucionários profissionais, cuja função integral é prover o campesinato de uma estratégia a longo prazo, de que ele é incapaz por si só. Somente sob condições de um distúrbio social prolongado, especialmente condições de guerra que abalam os alicerces da ordem tradicional, é possível a esse quadro revolucionário geral tornar-se apto a guiar o campesinato numa revolução vitoriosa. O exemplo russo e chinês indica que tal revolução é feita com a ajuda do campesinato, mas não para ele, pois essas revoluções têm por objetivo último a subjugação e a transformação do campesinato em um novo tipo de grupo social.

Referências Bibliográficas

CAPÍTULO 1

A melhor introdução geral em língua inglesa ao tema de estudos camponeses é o livro *Peasant Society and Culture*, de Robert Redfield (University of Chicago Press, Chicago, 1956). Também de grande interesse é *The Little Community: Viewpoints for the Study of a Human Whole* (Chicago: University of Chicago Press, 1955), uma introdução técnica e filosófica aos problemas dos estudos de comunidade, do mesmo autor.

Quatro outras publicações com introduções úteis:

I. Chiva, *Rural Communities: Problems, Methods, and Types of Research*, Report and Papers in the Social Sciences N.º 10 (Paris, UNESCO, 1958), uma bibliografia anotada.

Ernestine Friedl, "Studies in Peasant Life", em *Biennial Review of Anthropology* 1963, de Bernard J. Siegel (Stanford: Stanford University Press, 1963).

Clifford Geertz, "Studies in Peasant Life: Community and Society", em *Biennial Review of Anthropology* 1961, de Bernard J. Siegel (Stanford: Stanford University Press, 1962).

Verne F. Ray, *Intermediate Societies, Social Mobility, and Communication*, Minutas do Encontro Anual da Primavera de 1959 da Americam Ethnological Society (Seattle: American Ethnological Society, 1959).

A discussão sobre excedentes continua a ser um argumento de longo alcance entre cientistas sociais de ser ou não possível chegar a um critério absoluto para a definição desses mesmos excedentes. São relevantes a essa discussão os trabalhos de: Harry W. Pearson, "The Economy Has No Surplus: Critique of A Theory of Development", em *Trade and Market in the Early Empires*, de Karl Polanyi, Conrad M. Arensberg e Harry W. Pearson (Glencoe: The Free Press, 1957); e Marvin Harris, "The Economy Has No Surplus?", *American Anthropologist*, LXI, N.º 2 (1959).

A idéia de mínimo calórico acha-se bem discutida em: Fred Cottrell, *Energy and Society: The Relation between Energy, Social Change and Economic Development* (Nova York: McGraw-Hill, 1955). O conceito de um fundo de manutenção aparece num trabalho ainda inédito de Marvin Harris, "A Taxonomy of Significant Food Surpluses". A idéia de excedente cerimonial deriva de Thorstein Veblen. Está implícita no seu *The Theory of Business Enterprise* (Nova York: Scribner's, 1904). Tornou-se um conceito-chave nos estudos recentes de Ecologia Cultural, como na obra de Marshall D. Sahlins, "Culture and Environment: The Study of Cultural Ecology", em *Horizons of Anthropology*, de Sol Tax (Chicago: Aldine Publishing Company, 1964), pp. 141-142.

CAPÍTULO 2

Os antropólogos abordam a Economia camponesa sob dois pontos de vista divergentes. O primeiro está intimamente relacionado ao nome de Karl Polanyi, que recusa as categorias de economia de utilidade para o estudo de sistemas econômicos não-ocidentais. Nos estudos sobre camponeses, esse ponto de vista aparece em Alexander Chaianov, *Die Lehre von der Bäuerlichen Wirtschaft* (Berlim: Parey, 1923). O segundo ponto de vista expressa-se na obra de Raymond Firth: *Malay Fishermen: Their Peasant Economy* (Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner and Co., 1946) e predomina na recente obra sobre *Capital, Saving and Credit in Peasant Societies*, de Raymond Firth e Basil S. Yamey (Chicago: Aldine Publishing Company, 1964).

Os ecótipos camponeses têm recebido tratamento intensivo, mas fragmentário. A bibliografia sobre cultivo *swidden* acha-se coberta por Conklin no seu recente *The Study of Shifting Cultivation*, Studies and Monographs, VI, Department of Social Affairs (Washington, D. C.: Pan American Union, 1963). Para cultivo hidráulico ver Karl A. Wittfogel: "The Hydraulic Civilizations", em *Man's Role in Changing the Face of the Earth*, de William L. Thomas, Jr. (Chicago: University of Chicago Press, 1956) e seu maciço *Oriental Despotism* (New Haven: Yale University Press, 1956). Clifford Geertz no seu *Agricultural Involution: The Processes of Ecological Change in Indonesia* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1963) comparou os efeitos de um cultivo *swidden* com a agricultura hidráulica na Indonésia. Gilles Sautter, em "A Propos de quelques terroirs d'Afrique Occidentale: Essai comparatif", *Etudes Rurales*, n.° 4 (1962), fez observações interessantes sôbre os vários sistemas rotativos da Europa e da África. O livro mais fácil de se conseguir sobre implementos agrícolas e fazendas cerealíferas euro-asiáticas é o de E. Cecil Curwen, *Plough and Pasture* (Londres, Cobbett Press, 1946) e agora em edição popular, de E. C. Curwen e G. Hatt, sob o título *Plough and Pasture: The Early History of Farming* (Nova York: Collier Books AS 96). Importantes contribuições ao estudo do campesinato europeu são: Doreen Warriner, *Economics of Peasant Farming* (Londres: Oxford University Press, 1939), e Folke Dovring, *Land and Labor in Europe, 1900-1950* (Haia: M. W. Nijhoff, 1956).

Sobre distribuição e comércio de mercadorias, ver Sydel F. Silverman, "Some Cultural Correlates of the Cyclical Market", em *Intermediate Societies, Social Mobility, and Communication*, de Verne F. Ray, Minutas do Encontro Anual da Primavera de 1959 da American Ethnological Society (Seattle: American Ethnological Society, 1959), e Sidney W. Mintz, "Internal Market Systems as Mechanisms of Social Articulation", na mesma publicação. Mintz escreveu também um artigo sôbre "Peasant Markets", *Scientific American*, CCIII, n.° 2 (1960). E, finalmente, Pauline Mahar Kolenda reuniu a literatura e os pontos de vista sobre relação patrão-clientela e especialização ocupacional na Índia em "Toward a Model of the Hindu Jajmani System", *Human Organization*, XXII, n.° I (1963).

Nenhuma discussão sobre os tipos de "domínio" é possível sem referência aos trabalhos de Karl Marx e Max Weber. O primeiro toca especificamente no tema agricultura e campesinato no volume III de *O Capital*. *The Theory of Social and Economic Organization*, de Max Weber, é igual fonte de inspiração. *Feudal Society*, de Marc Bloch (Chicago: University of Chicago Press, 1961), fornece um "insight" do feudalismo como um tipo de relação patrão-cliente, enquanto S. N. Eisenstadt, em *The Political Systems of Empires* (Nova York: The Free Press of Glencoe, 1963), especifica de modo útil as dimensões do domínio prebendal.

CAPÍTULO 3

A distinção entre família e grupo doméstico, muitas vezes implícita na discussão sobre campesinato, torna-se explícita na "Introdução" de Meyer Fortes a *The Developmental Cycle in Domestic Groups*, de Jack Goody, Cambridge Papers in Social Anthropology N.° 1 (Cambridge: Cambridge University Press, 1958), pp. 8-9. Na minha discussão sobre padrões de herança utilizei a abordagem expressa em H. J. Habakkuk, em "Family Structure and Economic Change in Nineteenth-Century Europe", *Journal of Economic History*, XV, n.° 1 (1955).

Até agora o assunto organização social camponesa foi primordialmente tratado pela elaboração de perguntas sobre a qualidade das relações interpessoais na sociedade camponesa. Robert Redfield defende que os camponeses lutam por uma harmonia, enquanto George M. Foster e outros a discutem em "Interpersonal Relations in Peasant Society", *Human Organization*, XIX, n.° 4 (1960-61), e XXI, n.° 1 (1962).

Os seguintes livros são úteis para a discussão sobre organização social camponesa como formas de coalizão:

1. *Sobre relações patrão-cliente*: George M. Foster, "The Dyadic Contract in Tzintzuntzan, II: Patron-Client Relationship", *American Anthropologist*, LXVI, n.° 6 (1963); Morton H. Fried, *Fabric of Chinese Society: A Study of the Social Life of a Chinese County Seat* (Nova York: Frederick A. Praeger, 1953); Michael Kenny, "Patterns of Patronage in Spain", *Anthropological Quarterly*, XXXIII, n.° 1 (1960).

2. *Sobre comunidades corporativas*: "Types of Latin American Peasantry: A Preliminary Discussion", *American Anthropologist*, LVII, n.° 3 (1955), e "Closed Corporate Peasant Communities in Mesoamerica and Central Java", *Southwestern Journal of Anthropology*, XIII, n.° 1 (1957). Ver também Lazar Volin, "The Peasant Household under the Mir and the Kolkhoz in Modern Russian History", em *The Cultural Approach to History*, de Caroline Ware (Nova York: Columbia University Press, 1940), sobre tais comunidades na Rússia, e ver também André Latron, *La vie rurale en Syrie et au Liban* (Beirute: Memoires de l'Institut Français de Damas, 1936), para uma discussão sobre o *musha'a*.

3. *Sobre grupos de descendência*: Seu papel estratégico aparece em Morton H. Fried, "The Classification of Corporate Unilineal Descent Groups", *Journal of the Royal Anthropological Institute*, LXXXVII, Parte I (1957. Tratando especificamente da China, há o artigo de Hsiao-Tung Fei, "Peasantry and Gentry: An Interpretation of Chinese Social Structure and Its Changes", *American Journal of Sociology*, LII, n.° 1

(1946), e Maurice Freedman, *Lineage Organization in Southwestern China*, London School of Economics Monographs on Social Anthropology, n.º 18 (Londres: Athlone Press, 1958).

4. O estudo das *associações* dá agora seus primeiros passos. Consiste a maioria dos casos na organização de classificações lógicas. "The Replicate Social Structure", de Robert T. Anderson e Gallatin Anderson, *Southwestern Journal of Anthropology*, XVIII, n.º 4 (1962), abre um novo caminho, dando ênfase às associações como mecanismos *adaptativos*.

CAPÍTULO 4

Os estudos antropológicos sobre a religião não marcam passo com aqueles sobre outros aspectos da sociedade, o que é verdade também para o estudo das religiões camponesas. Uma exceção é *The Religion of Java*, de Clifford Geertz (Glencoe: The Free Press, 1960), cuja inspiração teórica deriva largamente de Max Weber. Uma edição recente do *Journal of Asian Studies*, XXIII (junho de 1964), trata de "Aspects of Religion in Southeast Asia". O trabalho de Fred Gearing sobre a religião na Grécia promete abrir novos caminhos.

Vários estudos sobre milenarismo apareceram nos últimos anos, destacando-se: Wilhelm E. Mühlmann, *Chiliasmus und Nativismus* (Berlim: Dietrich Reimer, 1961), e Sylvia L. Thrupp, *Millennial Dreams in Action*, Comparative Studies in Society and History, Supplement II (Haia: Mouton and Co., 1962). E. J. Hobsbawm, *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries* (Manchester: Manchester University Press, 1959), contribuição notável ao estudo dos movimentos camponeses. (Editado em português, sob o título *Rebeldes Primitivos*, por Zahar Editores, 1970.) Ver P. Vakar, *The Taproot of Soviet Society: The Impact of Russia's Peasant Culture Upon the Soviet State* (Nova York: Harper and Brothers, 1961), um estudo do campesinato russo sob o Governo soviético. Para uma abordagem sobre o impacto do comunismo chinês no campesinato da China, devo muito à obra de Alexander Eckstein, a sair: *Internal Trade and Economic Development in Communist China* (Nova York: McGraw-Hill).



Este livro foi impresso nas oficinas da

SÃO PAULO EDITORA S. A.
Rua Barão de Ladário, 226
03010 SÃO PAULO, SP — BRASIL
com filmes fornecidos pelo editor

SOCIEDADES TRIBAIS

MARSHALL D. SAHLINS

Voltada para o estudo do homem, do qual é etimologicamente a ciência, a Antropologia abrange hoje campo tão amplo, que terminou por adquirir *status* de conjunto de ciências — a tanto a levou a investigação a que se propõe. Esse quadro policientífico compreende desde a Antropologia Física à Antropologia Cultural, da Antropobiologia à Antropologia Filosófica, numa diversificação em que o estudo do homem e de sua evolução, tanto quanto de seus modos de vida e suas realizações, foi levado a limites com os quais jamais sonharam os fundadores desta hoje multi-ciência essencial. Essencial porque dos seus conhecimentos não mais podemos prescindir, quer se trate do estudo dos hominídas fósseis, quer se trate do estudo do homem situado nas sociedades primitivas. E não podemos prescindir por que esses estudos versam basicamente sobre o produto mais importante já elaborado pelo homem: a sua *cultura*.

É da cultura dos povos primitivos que trata *Sociedades Tribais*, de MARSHALL D. SAHLINS. Aqui aparecem as populações primitivas com a sua cosmologia, o seu código de valores, a sua estruturação social, sua organização política, suas instituições, sua economia, suas técnicas de trabalho e de convivência. Em síntese: a cultura tribal e suas transformações.

Que pode o mundo moderno esperar do conhecimento das culturas tribais? Acossado pelos problemas da megalopolização e do crescente artificialismo da vida, é possível que o homem contemporâneo seja levado a optar por outro estilo de existência, inclusive mais próximo da natureza, como já denota sua atual preocupação com a agressão ecológica. Nessa hipótese, das sociedades tribais não será de todo improvável que o homem moderno recolha ensinamentos e inspirações que lhe possam ser úteis, na reestruturação de seus modos de viver. Por outro lado, no Brasil, nunca se discutiu tanto como atualmente a sorte de nossas populações tribais, preocupada a Nação com o que fazer com nossos índios, postos em risco pela insopitável expansão das frentes pioneiras da sociedade nacional. É diante dessa soma inquietante de problemas vitais que assume magna importância este livro sobre um estágio da condição humana que, apesar de ultrapassado pelo progresso, representa mais uma forma de saber, uma fonte de sabedoria para nossa própria civilização. A reedição de *Sociedades Tribais* é sua melhor recomendação.

ZAHAR EDITORES
a cultura a serviço do progresso social
RIO DE JANEIRO